

Diálogos da Conservação



INSTITUTO
DE PESQUISAS
ECOLÓGICAS

Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação

Angela Pellin, Jussara Christina Reis, Cibele Tarraço



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boas práticas em voluntariado em unidades de
conservação [livro eletrônico] / organização
Angela Pellin, Jussara Christina Reis, Cibele
Tarraço. -- 1. ed. -- Nazaré Paulista, SP :
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2022. --
(Diálogos da conservação)
PDF

ISBN 978-85-86838-10-1

1. Áreas protegidas 2. Meio ambiente - Conservação
3. Meio ambiente - Proteção 4. Voluntariado
I. Pellin, Angela. II. Reis, Jussara Christina.
III. Tarraço, Cibele. IV. Série.

22-125077

CDD - 304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Meio ambiente : Proteção : Ecologia humana 304.2
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB - 8/9380

Diálogos da Conservação

Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação

Angela Pellin, Jussara Christina Reis, Cibele Tarraço



Nazaré Paulista, São Paulo
2022



VOLUNTÁRIO

Parceiros:



**#UNIDOS
CUIDAMOS**

Agradecimentos

Agradecemos aos parceiros que estiveram conosco durante a realização do I Fórum Brasileiro de Voluntariado em Unidades de Conservação e do I Encontro de Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação; aos convidados que contribuíram com o seu conhecimento e a sua experiência; a todos os gestores, coordenadores de iniciativas e programas e os voluntários, que acreditam que o voluntariado pode ser uma estratégia de conservação e de engajamento da sociedade nessa pauta.

O Fórum e o Encontro contaram com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da GIZ, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e com apoio técnico do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e do Projeto LIRA – IPÊ. Além do apoio institucional do ICMBio, da SEMAD - GO, do IMASUL - MS, da Fundação Florestal - SP, da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, do Comitê Brasileiro-UICN, da Coalizão Pró-UC, da Rede Nacional de Brigadas Voluntárias (RNBV), da Confederação Nacional de RPPN (CNRPPN), do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial (GEVE).

Suzana M. Padua
Presidente

Eduardo H. Ditt
Diretor Executivo

Angela Pellin
Coordenadora da Iniciativa Voluntariado
para Conservação e Ação Climática

Organizadores
Angela Pellin
Jussara Christina Reis
Cibele Tarraço

Textos
Jussara Christina Reis
Angela Pellin

Colaboração
Andrea Pellin
Cibele Quirino

Diagramação (texto, ilustrações e gráficos)
Mandalla Comunicação
Clodoveu Afonso de Almeida Castro

Paineis ilustrativos
Rodrigo Bueno

Revisão
Marcos de Souza S. Filho

Projeto gráfico
Tauana Fernandes

Foto da capa
Josângela Jesus



1

14 | **Apresentação**

2

16 | **Voluntariado:
Um Tema que Mobiliza**

3

20 | **Fórum de Voluntariado em
Unidades de Conservação**

4

28 | **Boas práticas em voluntariado em
Unidades de Conservação**

32 | **4.1 Eixo Temático: Uso Público**

34 | Rede Brasileira de Trilhas conecta paisagens e parceiros em prol da conservação e da qualidade de vida

38 | Restauração florestal em trilha de longo curso é instrumento de conservação, manejo e educação ambiental

41 | Usuários de parque nacional desenvolvem iniciativas voltadas a travessias e trilhas de longo curso

44 | Sociedade civil se alia ao setor público para implantar Trilha de Longo Curso e fomentar o turismo local

46 | Floresta Nacional de Brasília convidou seus usuários para parceria, e tudo melhorou!

48 | Travessia Transmontana investe em comunicação ambiental para visitantes

50 | O caso do Ciclotrilhas Floripa: boas práticas no manejo de trilhas para ciclismo de montanha

54 | **4.2 Eixo Temático: Brigadas Voluntárias e Comunitárias**

56 | Rede Nacional de Brigadas Voluntárias (RNBV) foi criada para apoiar e fomentar iniciativas em todo território brasileiro

59 | Gestão de Reserva Extrativista se une às comunidades locais para a formação de brigadas comunitárias

62 | Grande incêndio na Chapada dos Veadeiros impulsiona a criação de uma Brigada Voluntária Ambiental

65 | Brigada comunitária localizada no Pantanal investe na capacitação e na prevenção de incêndios

4 (cont.)

67 | Bombeiros civis atuam pela defesa de unidades de conservação goianas

69 | Conselho gestor de APA se mobiliza para criação de uma brigada de incêndios que expanda o seu território de atuação

74 | **4.3 Eixo Temático: Capacitação, Pesquisa e Monitoramento**

76 | Monitoramento Participativo da Biodiversidade conecta voluntários aos monitores comunitários

78 | Gestores de RPPN e universidade estabelecem parceria para implementar ações voltadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento territorial sustentável

81 | Conselho Gestor de Reserva Extrativista recebe capacitação para gestão participativa

83 | Parque Nacional realiza monitoramento da biodiversidade com voluntários

85 | Intercâmbio de saberes é tema de programa que beneficia povos e comunidades tradicionais da Amazônia

90 | **4.4 Eixo Temático: Educação e Comunicação**

92 | Projeto Sala Verde na Amazônia contribui para o envolvimento das comunidades com as unidades de conservação

95 | Sociedade civil valoriza público infantil em mutirões voluntários

98 | Comunidade local é envolvida em ações voluntárias que beneficiam unidade de conservação e seu entorno

100 | Macaco-prego é espécie alvo de trabalho voltado à sensibilização ambiental de visitantes

4 (cont.)

103 | Programa de educação ambiental envolve jovens e contribui para a formação de novos atores na conservação da natureza

106 | Produção de documentário mobiliza jovens para difundir conhecimentos sobre unidades de conservação

110 | **4.5 Eixo Temático: Gestão e Operacionalização de Programas e Iniciativas**

112 | Programa se consolida valorizando a qualidade da experiência dos voluntários na unidade de conservação

115 | Área de Proteção Ambiental é território estratégico para a implementação de sistema de trilhas regional

118 | Lideranças voluntárias apoiam estruturação de programa de voluntariado

120 | Iniciativa se constitui como oportunidade para a formação complementar de estudantes universitários

123 | Pandemia impulsiona voluntariado à distância em Floresta Nacional

5

128 | **Manifesto voluntariado
para conservação**



1

Apresentação

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido ao seu interesse pessoal e espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades de bem-estar social ou de outros campos, como assistencialismo ou meio ambiente. Desse modo, o voluntariado produz inúmeros benefícios tanto na esfera econômica quanto social, portanto contribui para a construção de uma sociedade mais coesa e justa.

O voluntariado em unidades de conservação (UC) é uma atividade que, além de proporcionar maior engajamento dos cidadãos brasileiros para a conservação, tem apoiado o trabalho dos gestores desses locais e o alcance dos seus objetivos. Dentre as atividades possíveis, estão o apoio à visitação, a educação ambiental, a pesquisa, o monitoramento, a comunicação, entre muitas outras, inclusive o voluntariado à distância.

No Brasil, o voluntariado associado às UCs tem crescido nos últimos anos. No nível federal, desde 2015, o IPÊ tem sido parceiro do Programa de Voluntariado do ICMBio. E o interesse de gestores e voluntários pelo programa tem se intensificado cada vez mais. Isso aconteceu, principalmente, após o ano de 2016, quando o instituto passou a considerar o voluntariado como uma estratégia de gestão voltada para o engajamento social em prol

da conservação da biodiversidade. Apenas entre 2017 e 2020, houve aumento de quase 90% no número de áreas aptas a receberem voluntários, com cerca de 260 unidades cadastradas. No final de 2021, o número de interessados em realizar o voluntariado já alcançava mais de 40.000. Avanços também têm sido observados em algumas iniciativas estaduais, que têm buscado maior estruturação para o desenvolvimento de seus próprios programas.

No entanto, embora seja possível perceber um cenário favorável, em que o voluntariado em UCs federais e estaduais tem crescido, é importante buscar mecanismos para compartilhamento de experiências e aprendizados, intercâmbio de boas práticas e para a discussão sobre arranjos e instrumentos que possam apoiar o fortalecimento dessa estratégia, ampliando-a dentro do SNUC, inclusive junto às UCs municipais, e para envolver outros setores da sociedade.

Os resultados positivos alcançados com o voluntariado em UCs federais serviram de motivação para o IPÊ avançar no desenvolvimento de ações relacionadas ao tema. Em outubro de 2021, junto com uma rede de parceiros, foram realizados o I Fórum Brasileiro de Voluntariado em Unidades de Conservação e o I Encontro de Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação.

Os eventos foram uma iniciativa do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, com o apoio técnico e financeiro da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da GIZ, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com apoio técnico do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e do Projeto LIRA – IPÊ. Também contou com o apoio institucional do ICMBio, da SEMAD-GO, do IMASUL-MS, da Fundação Florestal - SP, da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, do Comitê Brasileiro-UICN, da Coalizão Pró-UC, da Rede Nacional de Brigadas Voluntárias (RNBV), da Confederação Nacional de RPPN (CNRPPN), do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial (GEVE).

A Série Técnica Diálogos da Conservação visa compartilhar experiências e aprendizados ligados aos projetos de pesquisa e de conservação que vêm sendo desenvolvidos no IPÊ, para, assim, ampliar o diálogo sobre esses temas com a sociedade. O tema volun-

tariado já foi abordado em uma publicação anterior **Voluntariado: uma estratégia de conservação da natureza e aproximação com a sociedade**¹, que apresentou resultados, aprendizados e reflexões sobre o tema e sugeriu uma trilha para implantação de programas de voluntariado.

Esta edição da Série Técnica Diálogos da Conservação tem o objetivo de apresentar alguns resultados do I Fórum Brasileiro de Voluntariado em Unidades de Conservação e o I Encontro de Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação. O IPÊ acredita que o voluntariado é uma estratégia essencial para aproximar a sociedade das áreas protegidas. Para isso, continuaremos investindo na disseminação de informações sobre o tema e na criação de espaços de reflexão e compartilhamento de boas práticas. A ideia é ampliar, cada vez mais, a rede de parceiros e voluntários que acreditam nessa causa.

Se você não acompanhou os eventos, acesse o canal do IPÊ no YouTube e a plataforma da iniciativa: www.voluntariado.ipe.org.br. Lá você encontrará publicações, os vídeos das Boas Práticas selecionadas, nosso vídeo-manifesto do voluntariado e diversos outros conteúdos relacionados ao tema.



Clique e acesse a plataforma da iniciativa

¹ Disponível em: <https://escas.org.br/serietecnica-ipevoluntariado>.

2

Voluntariado: Um Tema que Mobiliza

A realização do Fórum e Encontro teve o objetivo de estimular o voluntariado em UCs como estratégia de conservação e de aproximação da sociedade, com maior disponibilidade de informações sobre o tema e compartilhamento de experiências e de boas práticas, que possam influenciar positivamente a qualificação dos programas já existentes e o surgimento de novas iniciativas entre as diversas esferas do SNUC.

A ideia do Fórum foi promover uma ampla mobilização em torno do tema. O Fórum foi realizado nos dias 14 e 28 de outubro de 2021, com a transmissão realizada via estúdio para o Canal do IPÊ na plataforma do YouTube. Houve grande participação, com mais de 1.300 inscritos provenientes de várias regiões do Brasil e do exterior.

A maioria dos participantes se autoidentificou como do gênero feminino - 66,3%; entre os demais, 32,4% como do gênero masculino; 0,7% como não binário; e 0,7% não especificou. Além disso, entre os inscritos, 13 se autoidentificaram como ribeirinhos, 10 como indígenas, 10 como quilombolas e 10 como extrativistas, o que, apesar de ainda ser um número pequeno, reforça a importância do olhar para a diversidade dentro do tema.

Dentre os estados brasileiros com maior representatividade estavam os da região Sudeste: São Paulo (21,8%), Rio de Janeiro (16,3%) e Minas Gerais (8,9%), conforme Figura 1. No entanto, também foram registradas inscrições de outros países, entre os quais Estados Unidos, Bolívia, Espanha, Portugal, Albânia, Argentina, Bermudas, Brunei, Butão, Hungria, Países Baixos e Reino Unido.

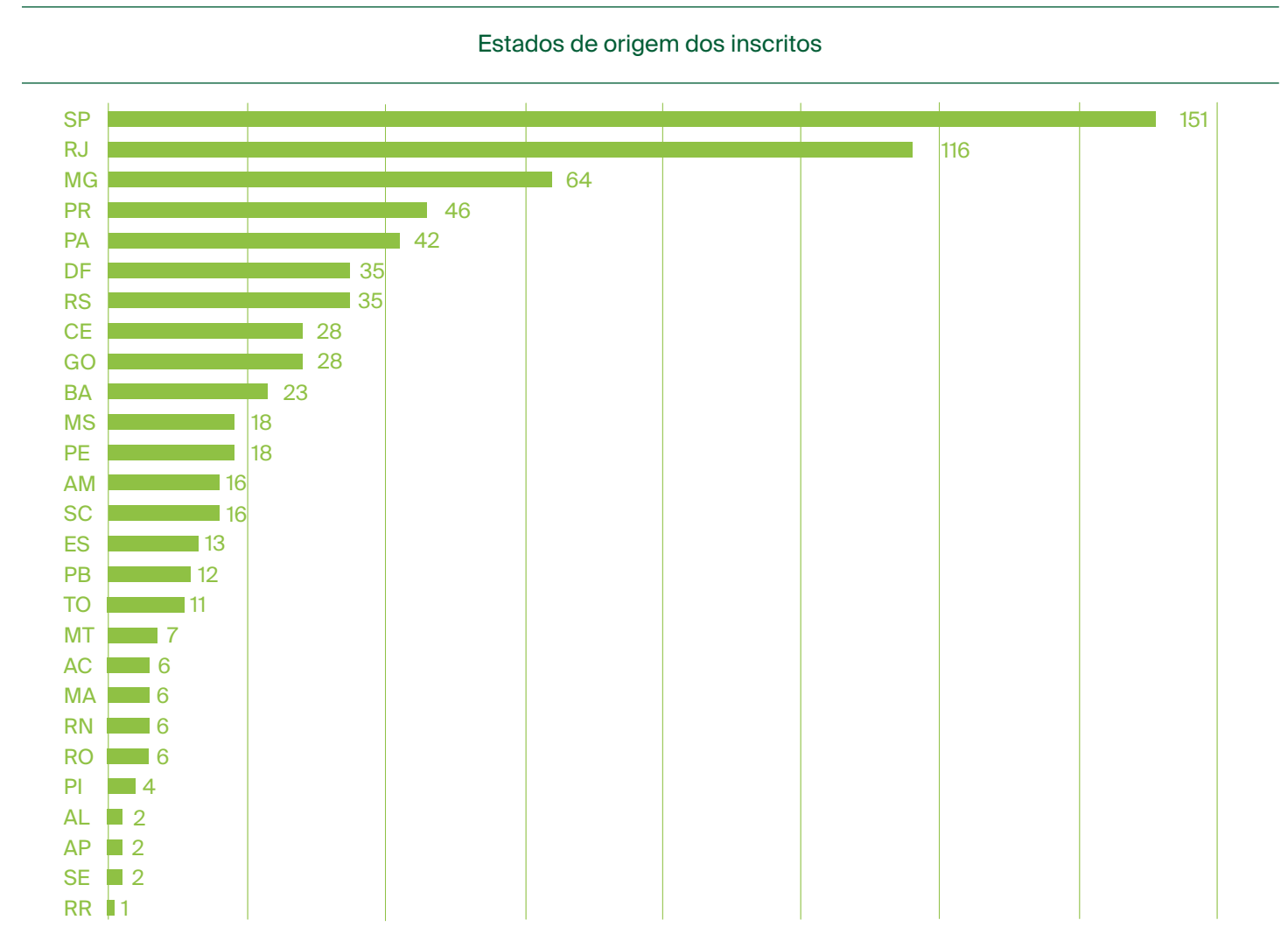


FIGURA 1
ESTADOS BRASILEIROS DE ORIGEM DOS INSCRITOS NOS EVENTOS.

Quanto à escolaridade dos inscritos, os que possuem pós-graduação totalizaram 35,4%, ensino superior 53,5%, ensino médio 10,8% e ensino fundamental 3,0% dos inscritos. Já em relação ao setor de atuação, notou-se grande participação de estudantes, com 32,4%. No entanto, houve também uma diversidade de profissionais de diferentes setores, o que evidencia que o tema está na pauta de profissionais do governo, de empresas e da sociedade civil. Dentre os classificados como outros, estão voluntários, pessoas não empregadas e profissionais autônomos (Figura 2).

Dentre as motivações para a participação nos eventos, a mais citada foi “aprender mais sobre o tema”, com 25,8%, seguida de “ser voluntário em UCs”, com 22,8%, e “conhecer experiências nacionais e internacionais de voluntariado em UCs”, com 20,0%. Apesar de os principais motivadores terem sido a obtenção de conhecimento e ser um voluntário, nota-se que uma parcela dos participantes tinha intenção de apoiar ou estruturar iniciativas ou programas de voluntariado (Figura 3).

Os principais temas de interesse dos inscritos, foram: “pesquisa e monitoramento”, com 21,5%, “gestão e operacionalização de iniciativas e programas”, com 16,5%, e “educação e comunicação”, com 16,1% (Figura 4).

Setor de atuação dos inscritos

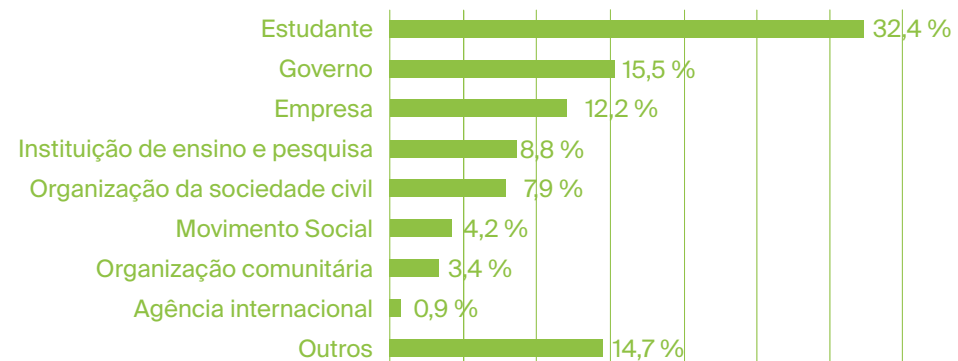


FIGURA 2
SETOR DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL
DOS INSCRITOS NOS EVENTOS

Motivações dos inscritos

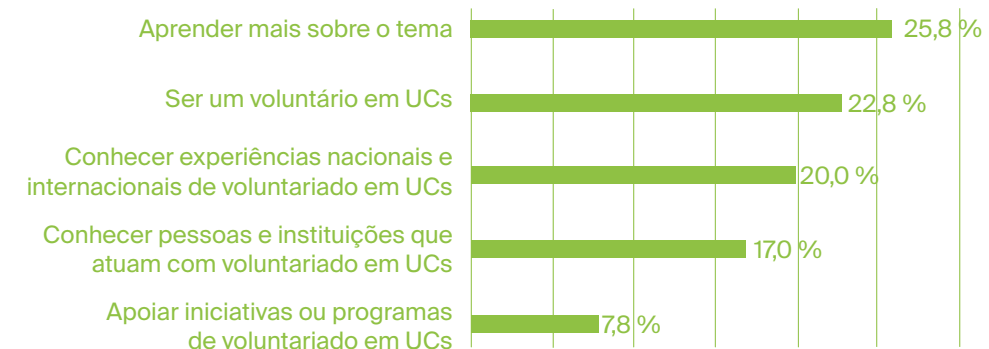


FIGURA 3
MOTIVAÇÕES DOS
INSCRITOS NOS EVENTOS

Temas de interesse dos inscritos



FIGURA 4
TEMA DE INTERESSE DOS
INSCRITOS NOS EVENTOS

3

Fórum de Voluntariado em Unidades de Conservação

O Fórum foi realizado nos dias 14 e 28 de outubro de 2021 e reuniu servidores federais, estaduais e municipais, gestores de UCs públicas e privadas, representantes de instituições parceiras, pesquisadores, estudantes e voluntários, com o objetivo de compartilhar experiências, além de inspirar e promover o engajamento no tema. A intenção foi promover um espaço de convergência de ideias e motivar mais pessoas e instituições a aderirem a essa causa, para fortalecer a rede de iniciativas de voluntariado para a conservação da natureza.

Na abertura, Suzana Pádua, cofundadora e presidente do IPÊ, destacou a atuação da instituição com o tema e a importância dessa rede de parceiros.

"O Brasil é um país megadiverso, temos uma responsabilidade muito grande com esse patrimônio natural, quanto mais pessoas conseguirmos envolver em programas de voluntariado, melhor".

María Olatz Cases, diretora do Projeto Regional Áreas Protegidas Locais, da GIZ - Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, ressaltou o número de apoiadores já na primeira edição do Fórum.

"São 15 entidades apoiadoras. É uma lista grande que reflete a relevância do voluntariado nas áreas protegidas no Brasil. Esse evento é um momento coletivo de reflexão e fortalecimento do tema. Nos dias de hoje, sabemos que uma gestão isolada não consegue superar os atuais desafios da perda de biodiversidade e da crise climática. O voluntariado é uma peça-chave na gestão colaborativa e também uma dessas ações transformadoras que a nossa sociedade está precisando".

Jayllen Vera, coordenadora do Programa Brasil do Serviço Florestal dos Estados Unidos, pontuou a importância do voluntariado e o seu potencial de apoio para manejo integrado do fogo.

"Atualmente atuamos em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil, no manejo florestal e na prevenção do fogo e reconhecemos que o voluntariado tem um papel importantíssimo nesses temas".

Fabiana Prado, coordenadora do Projeto LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica, do IPÊ, comentou que a construção de redes também é estratégica no voluntariado e mencionou os valores compartilhados pelos voluntários.

"Não fazemos nada sozinhos, destaco a importância de trabalharmos em rede com as organizações. O voluntariado em UCs é algo que nos aproxima de nossa atuação como cidadão, para uma ação coletiva em um espaço público; algo muito nobre".

Durante a abertura do evento, a jornalista Cláudia Gaigher (TV Globo/TV Morena), que se dedica ao jornalismo ambiental com grande experiência no Pantanal e que cobriu os grandes incêndios que ocorreram em 2020, reforçou o potencial da soma de esforços para a proteção do meio ambiente e trouxe uma reflexão inspiradora: **Como todos nós podemos ser protagonistas na conservação?**

"Depois dos grandes incêndios do Pantanal, tivemos uma mudança que espero seja mantida, pessoas no mundo inteiro se mobilizaram para fazer doações para as ONGs, para os institutos de pesquisa e com isso foi possível montar brigadas voluntárias, ribeirinhas. Quando a gente fala em voluntariado não precisa ser apenas em um momento de tragédia. De casa, dentro da sua expertise, da sua doação, daquilo que você pode, você consegue fazer a diferença".

Veja alguns highlights da fala da Cláudia Gaigher no painel abaixo:



O painel **Experiências internacionais e brasileira** reuniu reflexões e aprendizados do ICMBio; do Serviço Florestal dos Estados Unidos e do Parque Natural de Eifel, na Alemanha.

Paulo Russo, coordenador geral de proteção do ICMBio, compartilhou parte da trajetória do Programa de Voluntariado da instituição:

“Em 2019 tínhamos 750 voluntários, a partir do momento que começamos a abrir os canais de diálogo, com a ajuda de parceiros como o IPÊ, conseguimos chegar a 40 mil voluntários cadastrados no sistema. Saímos de menos de mil para 40 mil cadastrados. Nosso maior desafio é acolher os voluntários. Até o momento, 5 mil foram absorvidos pelo Programa, mas o nosso coração bate forte com todas essas pessoas mobilizadas”.

Kristin Schmitt, coordenadora do Programa de Voluntariado na região das Montanhas Rochosas, do Serviço Florestal Americano, destacou as oportunidades que o voluntariado representa para a gestão das áreas protegidas nos EUA.

“Já temos cinco gerações trabalhando conosco. O mais importante é entender a construção de relações, incluindo a participação na gestão, fomentando a inovação e o compartilhamento de ideias”.

Sylvia Montag, do Parque Natural de Eifel, na Alemanha, trouxe exemplos de como tornar o voluntariado mais inclusivo.

“O que mais me tocou foi quando trabalhei com voluntários quando era responsável pelo desenvolvimento de uma trilha inclusiva que pode ser usada por pessoas cegas e também por aquelas que utilizam cadeiras de rodas, sem precisar da ajuda de outras pessoas”.

Sylvia também compartilhou aprendizados relacionados ao engajamento de empresas e escolas, que estão no livro “Boas Práticas Voluntariado, Trilhas de longa distância e Marca de Origem”.

https://voluntariado.ipe.org.br/files/AF_GIZ_FichasSNUC.pdf

Veja os *highlights* da mesa Voluntariado para Conservação: experiências internacionais e brasileira abaixo.

O painel **Vozes do voluntariado: inspira ação** trouxe experiências de lideranças que atuam com voluntariado no governo e na sociedade civil.

Felipe Martins, analista ambiental do ICMBio e coordenador do Programa de Voluntariado do Parque Nacional da Tijuca, falou sobre avanços.

“O voluntariado lá no Parque da Tijuca tem realmente acrescentado resultados em termos de conservação. A gente consegue resultados como quilômetros de trilhas manejadas, milhares de mudas plantadas. Mas o que eu acho mais importante é o engajamento da sociedade. Fazer com que a sociedade participe dessas atividades no Parque é conquistar aliados para a conservação”.

Outra experiência compartilhada foi a do Núcleo de Gestão Integrada de Carajás, no sudeste do Pará. André Luís Macedo, analista ambiental do ICMBio, compartilhou uma série de avanços em um contexto repleto de desafios.

“Inicialmente, os voluntários foram mobilizados com a função de nos ajudar nesse processo de sensibilização social, de promover o sentimento de pertencimento na sociedade local. O resultado foi muito positivo. Começamos com 20 voluntários em 2016 e desde então cerca de 300 já colaboraram conosco. Muitos que começaram como voluntários atualmente trabalham conosco no ICMBio ou com parceiros. A metodologia que usamos em Carajás é muito forte em formação, em um ciclo de aproximadamente 2 anos com espaços de formação, discussão e interação”.



Já da perspectiva da sociedade civil, Pedro Cunha e Menezes, diplomata e um dos diretores da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, que contabiliza mais de 10.000 voluntários, destacou a importância da criação de um verdadeiro sistema integrado de UCs.

“O uso público como ferramenta de conservação já está consolidado. Precisamos que todos trabalhem juntos por um Sistema de Unidades de Conservação e não por um conjunto, para que nossos filhos possam ter Unidades de Conservação conectadas”.

Maria de Lourdes de Arruda também participou do painel e trouxe a perspectiva da comunidade, por meio da sua atuação como brigadista comunitária na Área de Proteção Ambiental da Baía Negra, no Pantanal. Ela destacou:

“Em 2020, tivemos muito fogo, na área em que atuo mais de 75% do território foi queimado, mas não desistimos e estamos aqui com nossos parceiros. A cada dia contamos com mais pessoas dispostas a ajudar a cuidar do que é nosso, da nossa natureza”.

Veja os *highlights* do painel Vozes do Voluntariado: Inspiração ao lado/abaixo.



O Painel **Caminhos para o fortalecimento do voluntariado** para a conservação trouxe o tema em uma perspectiva internacional e considera o seu potencial de ampliação no Brasil, com a participação de duas referências sobre o tema.

Jim Barborak, um dos coordenadores do Center for Protected Area Management and Training da Colorado State University reforçou:

“É importante criar essa cultura nacional de voluntariado em todas as classes da sociedade, e desde jovens até idosos. Isso requer leis e políticas, a nível federal, estadual e local e também políticas institucionais, não somente das instituições governamentais, também dos privados”.

Marco Van Der Ree, Director Ejecutivo de Desenvolvimento e Mobilização de Recursos na América Latina da The Nature Conservancy, trouxe sua experiência à frente de grandes iniciativas envolvendo voluntariado e ressaltou como esse tema também está integrado aos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODS).

“Os números em termos de horas, de ações e de voluntários envolvidos demonstram que as pessoas se importam enormemente com a questão do desenvolvimento sustentável e da natureza, e isso pode influenciar os políticos a tomarem melhores decisões sobre o tema”.

Veja os *highlights* do painel Caminhos para o fortalecimento do voluntariado para a conservação abaixo.



O painel **Perspectivas para o voluntariado para a conservação: o que aprender e como ampliar a integração com o setor empresarial** trouxe a experiência do setor privado e de instituições parceiras no desenvolvimento de ações de voluntariado.

Gustavo Narciso, do Instituto C&A, que já foi parceiro do IPÊ em ações de voluntariado, trouxe o desafio de discutir voluntariado, moda e conservação e ressaltou:

"A gente tem um propósito de fortalecer comunidades por meio da moda, investimos em projetos que endereçam soluções, oportunidades, plataformas e mentorias para que negócios de moda, de pequenos empreendedores e organizações sociais, fiquem mais resilientes".

Erika Santana, representando o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE), trouxe um pouco das ações do conselho e do seu potencial de mobilização e destacou que o

voluntariado cooperativo e o voluntariado para conservação podem seguir juntos.

"Hoje no conselho somos 20 empresas com 500.000 colaboradores e 36.292 voluntários... entre nossas estratégias está estimular os coordenadores de voluntariado para essa pauta e trazer oportunidades de experiências que sejam significativas aos voluntários".

Silvia Naccache, que atua com voluntariado e responsabilidade social há muitos anos e é uma das fundadoras do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial (GEVE) destaca:

"Voluntariado é uma temática perfeita. Todo mundo ganha com o voluntariado, ganha quem pratica a ação na descoberta e no desenvolvimento de talentos, amplia sua visão de mundo. Essa é também uma oportunidade de participação como cidadão de transformar a sua realidade".

Veja os **highlights** do painel Voluntariado para a Conservação: o que aprender e como ampliar a integração com o setor empresarial abaixo.



4

Boas práticas em voluntariado em Unidades de Conservação

O Encontro de Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação teve a intenção de identificar e compartilhar experiências e boas práticas nos níveis federal, estadual e municipal, em busca de oportunidades de parcerias para fortalecimento dessa agenda, além de estimular um espaço de reflexão para gestores de programas ou iniciativas de voluntariado que contribuam para a implementação de boas práticas que gerem benefícios a todos os envolvidos. O evento aconteceu nos dias 20 e 21 de outubro de 2021, de forma *online*.

Para o Encontro, foi realizada uma seleção de boas práticas, considerando-se certos critérios, como:

- Resultados e impactos alcançados (para os voluntários, para as UCs e para a biodiversidade);
- Clareza na apresentação da experiência;
- Estratégia de sustentabilidade financeira e parcerias para a implementação da prática;
- Estratégia de monitoramento e avaliação;
- Quantidade e diversidade de voluntários engajados (gênero, raça e etnia, pessoas com deficiência, faixa etária etc.);
- Potencial de replicação;
- Inovações ou avanços diante das práticas usuais.

Foram inscritas 42 Boas Práticas, das quais 20 foram enviadas por instituições governamentais, 15 por organizações da sociedade civil, seis por universidades e uma por voluntário. As experiências envolveram mais de 250 UCs, sendo 124 estaduais, 60 federais, 45 municipais e 24 particulares. A distribuição das experiências no território também foi diversa, pois abrangeu 20 estados e o Distrito Federal.

Os relatos das experiências descrevem a mobilização de mais de 85.000 voluntários, com perfis diversos. Os mais citados foram: comunidade local, estudantes, bombeiros civis, profissionais de turismo e montanhistas, mas também houve relatos de ações envolvendo pessoas aposentadas, representantes de comunidades indígenas, pessoas em tratamento

para depressão, turistas, empresários, profissionais da área ambiental, desempregados e autônomos.

Apesar da diversidade relatada, percebemos que ainda são poucas as iniciativas que possuem estratégias específicas para promoção de equilíbrio de gênero, diversidade racial e étnica ou inclusão de pessoas com deficiência ou LGBTQIA+. Dentre as boas práticas recebidas, apenas sete afirmaram ter ações nesse sentido.

Com relação aos temas mais abordados, a “educação e comunicação” esteve presente em 24 delas, seguido de “gestão e operacionalização de iniciativas e programas”, presente em 22, e “uso público”, presente em 16 práticas (Figura 5).

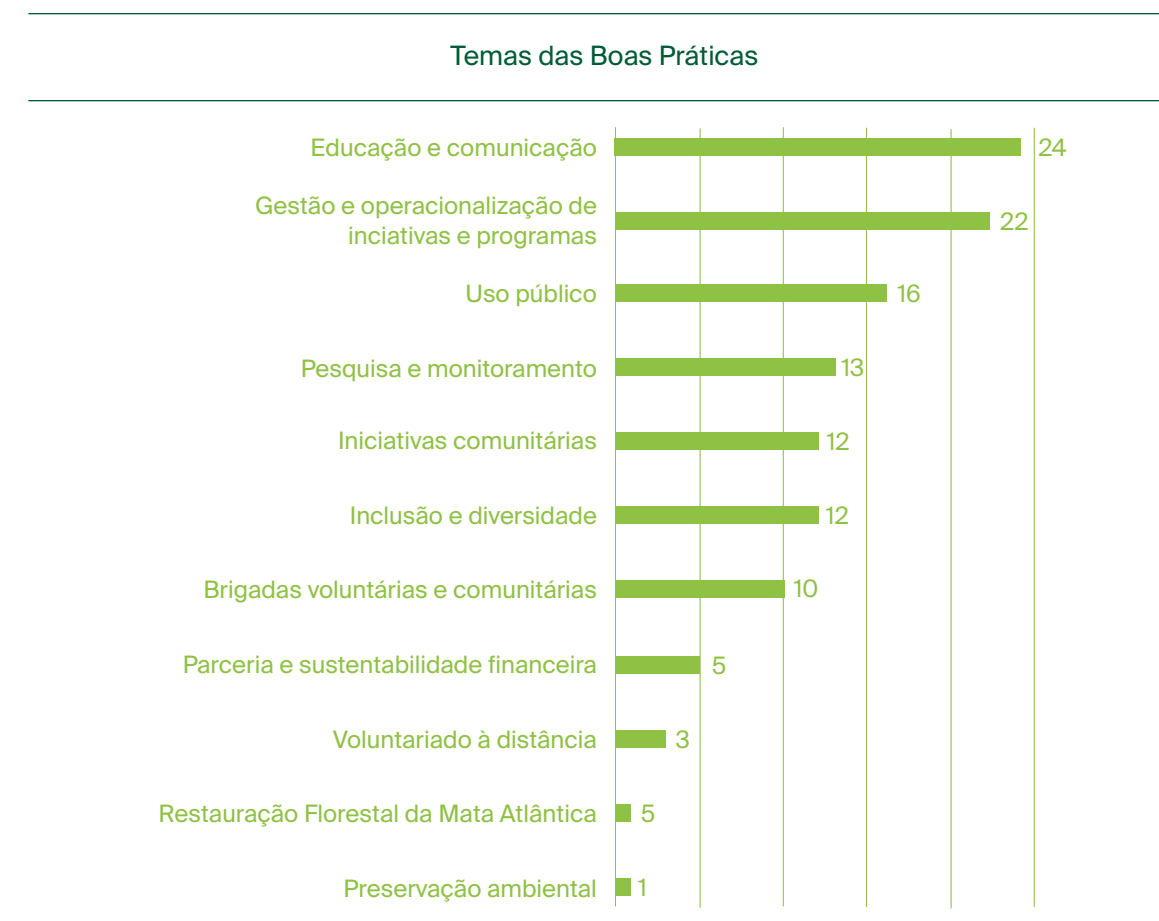


FIGURA 5
TEMAS DAS BOAS PRÁTICAS

Segundo os responsáveis pelas práticas, sua implementação enfrentou uma série de desafios. O principal deles foi a “sustentabilidade financeira”, mas também se destacaram a necessidade de materiais e infraestrutura, a mobilização dos envolvidos, a pandemia causada pelo vírus SARS – CoV- 2, a coordenação das atividades e a dificuldade de acesso às áreas.

Dentre as 42 experiências, apenas 24 citaram a existência de alguma estratégia de sustentabilidade. Em relação às soluções, destacaram-se os exemplos de parcerias, sejam elas com a iniciativa privada, instituições governamentais ou organizações da sociedade civil. Outras estratégias citadas foram: a criação de redes de voluntários, de forma a suprir a carência de recursos humanos; recebimento de doações, da iniciativa privada e sociedade civil; a realização de campanhas de arrecadação em redes sociais; a cobrança de anuidade e taxas para acesso às áreas; a cobrança de estacionamento dos visitantes; a contribuição de condutores locais, para o cumprimento das normas da unidade; editais de financiamento; e os voluntários arcarem com os custos de participação.

O estabelecimento de parcerias para a realização do voluntariado ocorreu em 95% das práticas, o que reforça a importância da articulação e recebimento de contribuições externas para essas iniciativas. A relevância das parcerias para a gestão de UCs já foi ressaltada no primeiro volume da Série Técnica Diálogos da Conservação: Boas Práticas na Gestão de UCs, segundo a qual, em destaque, “o estabelecimento de parcerias tem se mostrado uma das principais estratégias para o desenvolvimento de soluções e de boas práticas na gestão das UCs... Além de auxiliar na superação dos desafios institucionais, elas promovem o envolvimento de diferentes

setores e esferas de atuação, estimulando o desenvolvimento de ações em rede para a conservação” (Pellin *et. al.*, 2019). No caso das boas práticas em voluntariado, foram citadas 123 instituições parceiras, sendo a maioria organizações da sociedade civil, instituições governamentais e iniciativa privada (Figura 6).

As experiências resultaram em uma série de contribuições aos envolvidos. Para os voluntários, as mais citadas foram os aprendizados, as trocas de experiências, a educação ambiental e a formação profissional. Para a UC e órgão gestor, foram a melhoria da estrutura de uso público, a formação de uma rede de parceiros, a divulgação da unidade, a integração entre diferentes atores, o auxílio na manutenção da UC, a maior aproximação da comunidade, a maior celeridade no combate a incêndios florestais, a geração de informações que auxiliam na gestão e a maior visibilidade da área. Já em relação à biodiversidade, destacaram-se contribuições, como o aumento da proteção das áreas, a melhoria da conscientização ambiental dos envolvidos e a geração de informações que auxiliam na conservação. Esses aspectos coincidem com os já apontados no terceiro volume da Série Técnica sobre Voluntariado, a partir das avaliações realizadas com centenas de voluntários do Programa Federal do ICMBio (Pellin *et. al.*, 2020).

A maioria das Boas Práticas adotou estratégias de monitoramento e avaliação. Dentre elas, a elaboração de relatórios, a realização de reuniões de avaliação e a aplicação de formulários de avaliação junto aos participantes. Também foi citado, em menor quantidade, a definição de indicadores, a utilização de depoimentos dos participantes, a adoção de aplicativos e a criação de *dashboards*.

Os aprendizados dos envolvidos foram diversos, com os principais destaques sendo a importância do trabalho voluntário e a necessidade de colocar os voluntários em um papel de protagonismo, integrando-os às ações de coordenação. Outros referem-se à importância do trabalho em conjunto, à integração de diferentes setores, à importância do envolvimento da comunidade local na gestão das UCs e à importância de uma estrutura organizacional adequada para o desenvolvimento do projeto. Também foram citados como aprendizados a importância de instrumentos legais, que viabilizem a execução dos projetos, e a necessidade de formalização do processo.

A seguir serão apresentadas boas práticas em voluntariado em UCs, classificadas segundo cinco eixos temáticos: I. Uso Público; II. Brigadas Voluntárias e Comunitárias; III. Capacitação, Pesquisa e Monitoramento; IV. Educação e Comunicação; e V. Gestão e Operacionalização de Programas e Iniciativas. Cada eixo temático conta com uma breve apresentação e, após a descrição das experiências, um painel ilustrado resume as discussões realizadas sobre o tema no Encontro de Boas Práticas.



FIGURA 6
CATEGORIAS DAS INSTITUIÇÕES
PARCEIRAS CITADAS NAS BOAS PRÁTICAS



4.1 Eixo Temático

Uso Público



Apresentação

Pedro de Castro da Cunha e Menezes

Há várias formas de contribuir como voluntário e apoiar ações relacionadas ao uso público, sendo a implantação, a manutenção e a sinalização de trilhas alguns exemplos, como pode ser observado nas experiências deste capítulo.

A Rede Brasileira de Trilhas é um movimento voluntário, organizado de baixo para cima, presente em todos os estados do Brasil, e seu objetivo é apoiar a política pública da Rede Nacional de Trilhas e Conectividade, estabelecida pela Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio n.º 407 de 2018. Seus voluntários querem semear um Brasil melhor, em que suas UCs e outros fragmentos naturais relevantes estejam todos conectados por corredores verdes, que proporcionem recreação de qualidade, gerem emprego e renda e funcionem como ferramenta de conservação do SNUC, ao facilitar a migração de espécies entre as diferentes áreas protegidas.

Embora, desde seus primeiros passos, no Parque Nacional da Tijuca, em 1999, o voluntariado em uso público tenha avançado muito no Brasil, ele ainda não alcançou uma visão mais estratégica e raramente extrapola o universo individual de cada área protegida. Alguns desafios são notáveis em relação ao voluntariado em nosso país. Um deles é a tendência em tratar o voluntário como mão de obra não remunerada, e não como um parceiro no planejamento e no processo de decisório, ao

menos com relação aos temas em que ele está envolvido. O outro é a manutenção de um processo de trabalho burocratizado, em que a relação se dá entre a UC e cada indivíduo, tendendo a não valorizar a existência de grupos organizados de voluntários, suas respectivas lideranças e estrutura organizacional. Nesse sentido, a própria atuação da Rede pode ser incompreendida por algumas instituições.

Muito embora cada UC tenha alto valor intrínseco agregado e gere pertencimento local, a conservação *in situ* no Brasil foi desenhada na forma de um sistema: o SNUC. Assim, é fundamental que estratégias de conservação e o voluntariado tenham a mesma visão sistêmica. A Rede Brasileira de Trilhas é um exemplo, mas existem outros, como a Rede Nacional de Brigadas Voluntárias. Esses movimentos sociais se relacionam às UCs como sistema e com outras áreas importantes para a conservação e para a conectividade, mesmo que ainda não oficialmente protegidas.

Para que o Brasil faça melhor uso dessas iniciativas cidadãs, urge criar um lócus profissional no âmbito do MMA, para estruturar, assistir e interagir com essas iniciativas, de modo a colher frutos benéficos de forma organizada e coordenada nos âmbitos federal, estaduais, municipais e privados, no melhor espírito que embasou a criação do SNUC.

Seguem as boas práticas deste eixo.

Rede Brasileira de Trilhas conecta paisagens e parceiros em prol da conservação e da qualidade de vida

Pedro de Castro da Cunha e Menezes, Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso

Contexto

A Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso é uma iniciativa da sociedade civil que, ao longo de seus 24 anos de história, tem estabelecido parcerias junto aos setores público e privado e às organizações não governamentais, em busca de envolver milhares de pessoas para a criação e a consolidação de um sistema nacional de trilhas apoiado na integração das dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas. Assim, seu trabalho está focado na promoção da conservação de áreas naturais, associado à geração de emprego e renda e à ampliação das oportunidades de recreação ao ar livre.

As unidades de conservação, nesse contexto, constituem-se como áreas estratégicas para a viabilização e a ampliação da conectividade entre paisagens, ecossistemas e sociedade. O trabalho conjunto que envolve os órgãos gestores de UCs e os proprietários de RPPNs possibilitou a criação de uma rede composta por mais de 300 unidades, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável, distribuídas em 19 estados, ou seja, contempla todas as regiões brasileiras.

Com uma atuação de base essencialmente voluntária, a Rede de Trilhas é constituída por um sistema que integra 114 trilhas e encontra-se, atualmente, amparada por um arcabouço legal que abrange as diferentes esferas governamentais e formaliza o segmento como uma política pública. Possui como meta de longo prazo a conexão entre todas as UCs brasileiras e outras áreas naturais relevantes, por meio de trilhas reflorestadas, de forma a favorecer o fluxo genético e, também, contribuir para a ampliação de seus serviços ecossistêmicos.

Período

Início em 1997 (em andamento).

Objetivo(s)

Constituir-se como ferramenta de conservação socioambiental por intermédio da promoção da recreação ao ar livre, da qualidade de vida e da geração de emprego e renda.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A base teórica que orienta os trabalhos da Rede de Trilhas foi construída ao longo dos anos mediante a participação em grupos especializados, como os organizados pela WCPA/IUCN relacionados às UCs urbanas, às trilhas de longo curso e à conectividade, turismo e áreas protegidas, além de viagens ao exterior realizadas por voluntários para conhecer outras iniciativas de trilhas de longo curso.

Esse conhecimento possibilitou a estruturação de uma governança de abrangência nacional e horizontal, que respeita a autonomia das entidades locais na gestão das trilhas e é composta por representantes da sociedade civil e do setor privado e por órgãos públicos federais, estaduais e municipais ligados ao turismo, ao meio ambiente, à gestão das UCs.

Com o objetivo de coordenar as iniciativas sob a lógica de sistema e consolidar-se como ferramenta de apoio à implementação do SNUC, o trabalho da Rede é organizado por diretorias temáticas que abrangem as áreas de pesquisa, de sinalização, de manejo, de capacitação, de empreendedorismo, de comunicação, de relações institucionais, de segurança, entre outras, com o voluntariado presente em todos esses segmentos. A criação e a normatização da identidade visual, “Trilhas do Brasil”, foi uma etapa importante, pois, além de padronizar a sinalização, tem contribuído para o surgimento de um sentimento de pertencimento entre os envolvidos.

A iniciativa também exerceu forte influência no processo de criação de políticas públicas voltadas ao setor, as quais reconhecem e regulamentam as trilhas e os caminhos brasileiros, o que fortalece a lógica de sistema. Trata-se de instrumentos sob jurisdição federal, estadual ou municipal, a exemplo da Portaria MMA n.º 75/2018, que institui o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens – CONECTA; da Portaria Conjunta MMA MTur n.º 407/2018, que institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – RedeTrilhas; e da Portaria Conjunta MMA MTur n.º 500/2020, que define os critérios previstos no art. 3º da Portaria Conjunta n.º 407/2018.

Orientado pela meta de longo prazo, o trabalho da Rede segue com o planejamento da implantação de cinco grandes corredores que conectam diferentes regiões do país, a exemplo do Corredor Litorâneo, que interliga o Oiapoque/AP à Barra do Chuí/RS.

Número e perfil dos voluntários

A Rede conta com mais de 1.000 voluntários em todo o Brasil, sendo composta por pessoas de diferentes faixas etárias, gênero, renda, etnia e profissões.

Parcerias

ICMBio, organizações estaduais de meio ambiente, municípios, secretarias de turismo, SEBRAEs e Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – PR, além da ABETA e da Aliança Bike.

Principais contribuições

- Ampliação dos conhecimentos dos voluntários em relação ao planejamento, à implementação, à sinalização e ao manejo de trilhas e reflorestamento.

- Geração de oportunidades para exercício da cidadania, nas quais os voluntários desempenham papel de agentes políticos da conservação, por meio da participação em Conselhos Consultivos e outras instâncias decisórias.

- Apoio na gestão das UCs, com trabalho voluntário fortemente comprometido, que gera grande sentimento de pertencimento.

- Fortalecimento da conservação da biodiversidade por meio do ordenamento da visitação, da formação de grupo de apoio político à causa da conservação e da realização de ações voluntárias de educação ambiental e reflorestamento.

- Criação de oportunidades para a progressão de uma rede nacional de trilhas para corredores reflorestados, que promovam a conectividade entre UCs e outras áreas naturais relevantes, mitigando-se, assim, os efeitos da fragmentação.

- Construção e difusão de conhecimentos à sociedade em geral.

- Apoio para a construção de políticas públicas voltadas à criação de sistema de trilhas de longo curso e para o reconhecimento das trilhas como ferramenta de conectividade e de promoção da conservação socioambiental.

Desafios

- Existência de uma cultura centralizadora na maioria dos órgãos ambientais brasileiros, associada à falta de uma política pública nacional consolidada para as trilhas.

- Resistência por parte dos órgãos ambientais em consolidar o uso público em áreas naturais, devido ao desconhecimento do tema e à inexistência de uma base sólida de profissionais e voluntários com conhecimentos especializados.

Principais aprendizados

- O intercâmbio de informações e experiências no âmbito nacional enriquece o trabalho em rede e gera apoio às iniciativas locais.

- A sinalização padronizada contribui para o processo de criação de identidade nacional, o que favorece a geração de sentimento de pertencimento.

- A criação de espaços de participação, em que os voluntários tenham voz ativa e sejam efetivamente ouvidos, assim como a realização de capacitação e de mentoria, que geram maior motivação e engajamento.

- A existência de uma estrutura organizacional, com secretaria executiva capacitada, cronogramas de trabalho pré-estabelecidos e objetivos sólidos e exequíveis, é fundamental para a implementação das ações.

Destaques

Desenvolvimento de um aplicativo para as trilhas, e-trilhas, que conta com uma ferramenta de monitoramento (ferramenta guardião).

Essa prática, que teve início com a Trilha Transcarioca, vem sendo replicada em diferentes regiões do Brasil e da América Latina, o que permitiu a ampliação significativa de sua abrangência. Com o desafio de se criar um Sistema de Trilhas que seja uma ferramenta de conectividade do SNUC, torna-se fundamental criar procedimentos para capacitação e mentoria, viabilizar uma secretaria executiva para a Rede, fortalecer o marco legal da política pública e elaborar manuais para ações e de procedimentos.



CEDIDA POR: PEDRO DA CUNHA E MENEZES



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Restauração florestal em trilha de longo curso é instrumento de conservação, manejo e educação ambiental

Luciana Nogueira e Diego Monsores, Movimento Trilha Transcarioca

Contexto

A Trilha Transcarioca, idealizada em 1995, é uma trilha de longo curso urbana que conecta as regiões oeste e leste da cidade do Rio de Janeiro (RJ) via corredores verdes, e abrange 07 UCs. Ela, também, atua como indutora da gestão e manejo integrado do Mosaico Carioca de Áreas Protegidas.

O trabalho iniciou-se com a articulação de um pequeno grupo de voluntários e envolvia pessoas e instituições, tornando-se, mais tarde, o Movimento Trilha Transcarioca, cuja missão é restaurar o ecossistema degradado ao longo da trilha, desenvolver ações de educação ambiental e promover o senso de pertencimento ao caminhante e à comunidade local.

Nesse sentido, o Movimento atua com a conservação das áreas naturais protegidas da Mata Atlântica e promove a interação e a conexão de pessoas, por meio de ações de reflorestamento, preparo do solo, criação de viveiros de mudas nativas, coletas de sementes e plantio e ações junto às escolas do entorno.

Assim, a Trilha Transcarioca, que integra a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, constitui-se como um importante instrumento de educação, de recreação, de recuperação e de conservação ambiental em meio ao contexto urbano.

Período

Início em 20017 (em andamento).

Objetivo(s)

Promover a conexão das pessoas com as unidades de conservação por meio da interação proporcionada pelas atividades voluntárias de conservação ambiental e de restauração florestal.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A Trilha Transcarioca possui um sistema de governança próprio, com um grupo de coordenadores temáticos e um coordenador geral e um foco de organização com base na interlocução entre voluntários, adotantes e colaboradores junto aos gestores das unidades de conservação abrangidas pela trilha.

O grupo de voluntários é constituído por pessoas, entidades não governamentais ou coletivos não formais, os quais estão organizados por meio da Associação Movimento Trilha Transcarioca e atuam tanto na implantação, sinalização, manejo, restauração florestal, divulgação, captação de recursos e uso público quanto na adoção de trechos específicos da trilha. Os adotantes se comprometem a realizar ações periódicas de manutenção no trecho adotado, relacionados à manutenção da sinalização, à limpeza e à educação ambiental. As ativida-

des são direcionadas tanto à trilha em si quanto ao seu entorno, especialmente, às escolas e suas comunidades, com foco na produção de viveiros de mudas para os plantios. Cabe destacar que a restauração florestal da Mata Atlântica ocorre em trechos situados no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, por meio de um trabalho estreito junto à gestão da UC e seu programa de Voluntariado; já nas demais UCs, são realizados manejo e conservação de trilhas.

Para facilitar a participação dos voluntários de diferentes localidades nas ações de reflorestamento, foi criado um calendário específico, com uma agenda fixa e regular de atividades. Os voluntários são incentivados a participar das várias etapas de ações de reflorestamento e são respeitados as suas individualidades e os seus limites físicos, havendo, ao final do trabalho, caminhadas e passeios pelas áreas naturais como forma de incentivar a sua conexão com a natureza.



Número e perfil dos voluntários

Ao longo dos últimos 04 anos foram envolvidas centenas de pessoas com perfil bastante diverso, abrangendo estudantes, estagiários de áreas ambientais, montanhistas (em especial os caminhantes), profissionais das áreas ambientais e de áreas diversas, famílias, grupos de amigos, guias de turismo especializados em ecoturismo, além de crianças e adolescentes, acompanhados de seus responsáveis e/ou escolas.

Parcerias

Fábrica Carioca de Catalisadores, Refloresta Rio – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Replantando Vidas – Cedae e Parque Estadual da Pedra Branca/INEA.

Principais contribuições

- Incentivo para o aumento de pessoas que conhecem e desfrutam das unidades de conservação localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

- Promoção da interação das pessoas com áreas naturais e maior aproximação com a gestão das UCs.

- Desenvolvimento de ações voltadas à educação ambiental e ao uso consciente e sustentável das UCs.

- Recuperação de áreas degradadas, manutenção e ampliação de áreas verdes conectadas no bioma da Mata Atlântica no contexto urbano.

Desafios

Tornar o projeto sustentável sob o ponto de vista econômico.

Principais aprendizados

- O voluntariado em todas as etapas do projeto, desde a gestão até o trabalho em campo, favoreceu a concretização das ações para viabilizar a trilha.

- O engajamento social por meio da educação ambiental e das atividades voluntárias de conservação florestal se mostrou um caminho exitoso para promover a conexão entre unidades de conservação e comunidades do entorno.

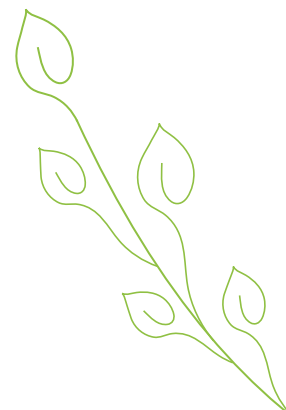
- A restauração e manutenção da Mata Atlântica são etapas fundamentais para implantar uma trilha de longo curso.

Destaques

São realizadas parcerias com organizações sociais, iniciativas privadas e órgãos públicos, com trocas de experiências, insumos, materiais utilizados, entre outros. O Movimento também recebe doações de material, adesões de financiamentos coletivos solidários e ajuda do Mosaico Carioca de Áreas Protegidas, relativos a materiais e ferramentas de trabalho.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo



Usuários de parque nacional desenvolvem iniciativas voltadas a travessias e trilhas de longo curso

André Jean Deberdt, Centro Excursionista Mineiro

Contexto

O Parque Nacional da Serra do Cipó, localizado na porção sul da Cadeia do Espinhaço de Minas Gerais, é composto por uma rede de trilhas utilizadas no passado por tropeiros e moradores da região e, atualmente, por montanhistas e excursionistas, que buscam os atrativos e as belezas cênicas dessa região de transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica, caracterizada por campos rupestres.

As travessias são reconhecidas como uma importante vocação da UC, cujo histórico de uso impulsionou a sua criação, conforme destacado em seu plano de manejo. Nesse sentido, foi criado em 2012 o projeto piloto “Travessias do Parque Nacional da Serra do Cipó”, cujo principal objetivo foi a criação e o ordenamento de roteiros de travessias oficiais na unidade. Essa iniciativa surgiu voluntariamente dos guias, dos condutores, dos montanhistas e dos excursionistas, os quais, por sua vez, atuam em parceria com a gestão do Parque.

Esse projeto integra a Trilha de Longo Curso Transespinhaço, criada em 2018, também de modo voluntário, com o propósito de interligar mais de 50 áreas protegidas, em um trajeto com quase 1.500 km de extensão ao longo do Espinhaço mineiro. A sua implementação conta com a participação de representantes do setor público e da sociedade civil, em especial praticantes de montanhismo. Essas iniciativas compartilham gestão e trabalho voluntário integrado, de forma a potencializar as ações e beneficiar o território como um todo.

Período

Início em 2012 (em andamento).

Objetivo(s)

Ordenar o uso das trilhas do Parque Nacional da Serra do Cipó, com o intuito de aumentar a segurança para os seus usuários, reduzir os impactos ambientais negativos, diversificar a oferta para o uso público, apoiar o turismo de base comunitária e estimular o envolvimento comunitário em ações desenvolvidas na UC, o monitoramento de áreas remotas e a conservação ambiental.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Em 2009, montanhistas e condutores iniciaram um diálogo com o Parque, com o intuito de viabilizar a implantação de roteiros oficiais de travessias na Serra do Cipó. A proposta ganhou força em 2012 e resultou na criação do projeto piloto “Travessias do Parque Nacional da Serra do Cipó”, associado à linha temática Apoio à Implementação do Uso Público. No decorrer dos anos, o projeto foi se estruturando, passando a contar com um planejamento estratégico e uma equipe fixa de coordenação, formada por voluntários, sob a supervisão de um analista ambiental do ICMBio.

Em 2018 foi criada a Trilha de Longo Curso Transespinhaço, outra iniciativa voluntária que partiu de representantes da sociedade civil e do poder público. Por ser um projeto coletivo, sua governança ocorre na forma de uma rede horizontal de cooperação, em que todos os envolvidos são considerados protagonistas em seu trabalho voluntário, responsáveis pela implementação do projeto. Nas oficinas e nas atividades práticas desenvolvidas, o envolvimento de representantes das comunidades locais é sempre bastante incentivado, sendo considerado um ponto fundamental para o bom andamento das atividades, uma vez que eles serão os principais beneficiados.

Número e perfil dos voluntários

Atualmente, a coordenação do projeto piloto “Travessias do Parque Nacional da Serra do Cipó” conta com 8 pessoas, entre moradores locais e montanhistas do município de Belo Horizonte (MG). Já as atividades de campo e os mutirões mobilizam grandes grupos de voluntários locais, em ações pontuais realizadas ao longo do ano.

Parcerias

Centro Excursionista Mineiro e PARNA da Serra do Cipó/ICMBio.

Principais contribuições

- Criação de sentimento de pertencimento dos voluntários em relação ao Parque, às suas trilhas e às suas belezas naturais.
- Contribuição para o desenvolvimento pessoal proporcionado a partir do contato com os demais envolvidos e a comunidade local, em que cada voluntário pode compartilhar suas competências, ensinar e aprender com os demais.
- Mobilização dos diferentes grupos de interesse da UC (comunidades, brigadistas, voluntários, condutores, poder público e excursionistas), que contribuem para a conservação do patrimônio natural, a partir da criação de uma rede de apoio.
- Comunidades no entorno da UC se beneficiam com os roteiros de travessias implantados (turismo de base comunitária) e a biodiversidade passa a ser conhecida e reconhecida por sua beleza e importância, em especial pelas espécies raras, endêmicas e ameaçadas da região.



CEDIDA POR: ANDRE DEBERDT

Desafios

- Logística para as atividades em campo é complexa e exige tempo e boa disposição por parte dos voluntários, por ser uma região com relevo bastante acidentado e de difícil acesso.
- Parte significativa das pessoas não alcança o grau de engajamento e comprometimento necessários para o bom andamento das atividades, assim muitas iniciativas acabam sendo esporádicas e pontuais, embora haja grande interesse na participação voluntária do projeto.
- Por ser uma atividade voluntária, existe uma limitação do tempo de dedicação às atividades do projeto, o que muitas vezes implica uma demora maior para o alcance de alguns objetivos.

Principais aprendizados

- O ritmo de trabalho voluntário e a dedicação são diferenciados e não devem ser confundidos com uma atividade profissional, sendo necessário ter paciência e tolerância.
- É importante celebrar as conquistas com entusiasmo, pois seu valor simbólico muitas vezes ultrapassa o material.
- A valorização do retorno positivo por parte do público interessado estimula a continuidade das ações de voluntariado.
- A existência de uma estrutura de planejamento adequada, com a definição de detalhes dos produtos a serem desenvolvidos, papéis bem delimitados e o alinhamento com o planejamento estratégico da UC são aspectos fundamentais para o sucesso do projeto.
- Estimular a construção participativa das ações possibilita criar conexão entre os participantes e o sentimento de pertencimento.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

- Embora de cunho informal, o projeto conta com o apoio financeiro, logístico e de pessoal por parte do Centro Excursionista Mineiro e dos próprios voluntários. Por integrar a Trilha de Longo Curso Transespinaço, também recebe recursos captados por esta iniciativa, por meio de campanhas de financiamento coletivo, além de ações específicas junto aos órgãos de fomento, como no caso do Plano de Ação Territorial Espinhaço Mineiro (FUNBIO), que contempla ações na referida trilha.
- A coordenação do projeto conta com uma equipe fixa responsável por seu planejamento estratégico e com um componente de monitoramento e avaliação. O acompanhamento das atividades é realizado por meio de reuniões periódicas, de relatórios de atividades elaborados pelos voluntários e de manifestações enviadas pelos usuários das travessias (internet, livros de registro nos locais de pernoite, entrevistas, entre outros).
- O projeto está alinhado com as iniciativas coordenadas pela Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, que são amparadas por um arcabouço legal, e já existem diversas iniciativas semelhantes em andamento por todo o Brasil, o que favorece a consolidação do sistema nacional de trilhas.

Sociedade civil se alia ao setor público para implantar Trilha de Longo Curso e fomentar o turismo local

Anderson Luis Ferreira Ribeiro, Projeto Caminhos de Rio das Ostras

Contexto

Caminhos de Rio das Ostras é um projeto de iniciativa voluntária que prevê a implantação de uma Trilha de Longo Curso, no município Rio das Ostras (RJ), para conectar paisagens e ecossistemas, história e cultura, assim como para contribuir no desenvolvimento local.

O projeto, que conta com a cooperação da gestão pública, contempla UCs municipais de diferentes categorias, gerenciadas pela Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca de Rio das Ostras: o Monumento Natural dos Costões Rochosos, a Área de Proteção Ambiental do Iriry e a Área de Relevante Interesse Ecológico Itapebussus, os quais protegem ecossistemas de manguezal, restinga e Mata Atlântica de Tabuleiro. Além dessas UCs, a trilha abrange ilhas e trechos urbanos, e contempla, assim, os principais atrativos naturais e históricos do município, sendo dividida em duas rotas: a costeira, com 30 km de extensão, e a costeira rural, com 50 km de extensão.

Apesar da diversidade de atrativos naturais e beleza cênica, o município é pouco visitado, o que evidencia a necessidade da realização de projetos e parcerias que estimulem atividades que possam gerar recursos e contribuir para a conservação da biodiversidade local.

Período

Início em 2020 (em andamento).

Objetivo(s)

Contribuir para o desenvolvimento econômico do município Rio das Ostras (RJ), por meio do turismo sustentável apoiado nos pilares que integram a trilha de longo curso: conservação, recreação, saúde, sensibilização e educação ambiental.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Em uma primeira etapa, foram estabelecidas parcerias envolvendo empresas e mídias locais para a realização de diagnóstico e planejamento do traçado da trilha, a criação de logomarca e definição das estratégias de divulgação. O diagnóstico envolveu vistorias em campo, considerando-se as características do terreno, os possíveis pontos de pernoite, os trechos para sinalização, as áreas naturais sensíveis e os potenciais atrativos, o que possibilitou a definição do trajeto da trilha. Posteriormente, articulou-se a parceria junto à prefeitura municipal para a gestão do projeto, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e do Conselho Municipal de Turismo, do que resultou o estabelecimento de um Termo de Cooperação.

A divulgação e a mobilização para ampliação do grupo de voluntários foram os passos seguintes, tendo em vista o refinamento e a conclusão das rotas que compõem o Caminho de Rio das Ostras, a ampliação da rede de parcerias, com empresas e agentes do turismo, e a inserção da trilha na Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso.

Número e perfil dos voluntários

Foram envolvidas 50 pessoas com algum grau de conhecimento na área ambiental para apoiar o processo de articulação e a promoção das ações estruturantes do projeto. Em um segundo momento, pretende-se que a iniciativa esteja acessível a um público amplo e diverso.

Parcerias

Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso; NAATBIO – Consultoria Ambiental e Associação Carioca de Turismo de Aventura e Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (RJ).

Principais contribuições

- Promoção da integração entre governo e sociedade na gestão do projeto.
- Sensibilização ambiental e geração de conhecimento por meio da participação de profissionais especializados.
- Apoio ao desenvolvimento local por meio do fomento do turismo sustentável.

Desafios

Obtenção de recursos financeiros e de algumas autorizações por parte dos órgãos públicos para encaminhamento das atividades.

Principais aprendizados

- O engajamento do poder público em iniciativas de caráter voluntário potencializa o trabalho, o que amplia seus impactos positivos.
- Projetos que buscam conciliar desenvolvimento local com a conservação ambiental requerem uma visão sistêmica para compreender a complexidade da realidade a ser trabalhada.
- A comunicação é uma importante estratégia não somente de divulgação das ações, mas especialmente, de sensibilização e de mobilização de parceiros, apoiadores e voluntários.

Destaques

- Estabelecimento de parcerias com apoiadores locais relacionados ao segmento do turismo, como operadores, hotéis e restaurantes, os quais possuem sua marca associada e divulgada pelo projeto.
- Segmentação das trilhas em que os voluntários realizam monitoramento e avaliação por meio de indicadores registrados em relatórios, que são divulgados à população em geral e à prefeitura, com vistas ao estabelecimento de ações de melhorias.



Floresta Nacional de Brasília convida seus usuários para parceria, e tudo melhora!

Leo T. Gondim de Lima, Floresta Nacional de Brasília/ICMBio

Contexto

Na Floresta Nacional de Brasília (FLONA), em Taguatinga (DF), foi criado o programa “A Floresta é Nossa”, para que a gestão fosse compartilhada com seus frequentadores, a fim de estimular o seu reconhecimento como um bem coletivo, com vistas à melhoria da qualidade da visitação, inspirado na ideia de compartilhamento da gestão da UC junto aos frequentadores, o que, por sua vez, visa a melhoria da qualidade da visitação e o aumento do seu público.

Em parceria com os gestores, foi dada oportunidade aos visitantes e a outros usuários da FLONA para o desenvolvimento de diversas ações com base em suas necessidades, o que contribuiu para a concretização dos objetivos da UC. Dessa forma, gestores, visitantes e usuários que se tornaram voluntários passaram a realizar ações para a conservação desse bem-comum.

Período

Início em agosto de 2015 (em andamento).

Objetivo(s)

Promover o sentido de cuidado e de pertencimento, por meio da participação direta na gestão do uso público da UC.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Teve início com reuniões com grupos de ciclistas e servidores do ICMBio envolvidos com o uso público, para identificar atividades prioritárias. Isso levou à construção de duas pontes, uma trilha suspensa e mais sete trilhas. Posteriormente, foi convidado o Grupo de Caminhadas de Brasília (GCB) para a criação de quatro trilhas para pedestres. Também foi realizado um curso de sinalização, com técnicas internacionais para ciclistas e caminhantes. Por fim, todas as 11 trilhas foram

sinalizadas. Reuniões com escoteiros geraram um acordo, durante o treinamento, para que eles acompanhassem os demais usuários na visitação ao Centro de Visitantes. Eles também construíram mesas ao ar livre, perfeitas e gigantes!

As atividades foram viabilizadas pelos voluntários, os quais, frequentemente, mobilizaram recursos próprios, em conjunto com a gestão da FLONA, que destinou equipe, equipamentos e veículos. Essas ações beneficiaram outras pessoas e influenciaram novas iniciativas, como a organização de corridas e a criação de trilha para pessoas com mobilidade reduzida.

Número e perfil dos voluntários

Cerca de 160 pessoas, entre caminhantes, ciclistas e escoteiros.

Parcerias

A iniciativa não envolveu outras instituições, contou somente com pessoas interessadas e engajadas com o tema.

Principais contribuições

- Voluntários perceberam sua potência de ação, de inspiração, de senso de equipe e de transformação da realidade da UC.

- Os voluntários existem em maior quantidade que servidores públicos, o que amplia a capacidade de execução, pois, como usuários, conhecem as necessidades do público.

- Envolvimento de diferentes grupos para a melhoria de estruturas de seu uso (pontes e trilhas) e a proteção do ambiente.

- Participação dos ciclistas na criação e na sinalização de sete trilhas sinalizadas (inclusive a de 48 km, que é a maior do sistema federal de UCs), em um total de 175 km.

- Aumento da sensibilização dos voluntários para questões ambientais e do seu comprometimento na gestão das trilhas.

- Promoção de maior segurança, satisfação e autonomia dos usuários, graças às trilhas sinalizadas.

- Contribuição para o ordenamento do uso público, que resultou em benefícios para a biodiversidade local.

- Maior visibilidade da FLONA e do ICMBio na mídia e junto ao público do DF.

- Aumento maior que seis vezes, após 2015, do número de visitantes, tornando-se, em 2019, uma das 30 UCs federais mais visitadas, com mais de 70.000 pessoas.

- Replicação da experiência em outras UCs do entorno do DF, o que contribuiu, assim, para a criação dos Caminhos do Planalto Central, que conecta diversas unidades.

- Os avanços gerados no uso público a partir dessa experiência resultaram na inclusão dessa UC entre as que possuem possibilidade de fazer parceria público privada.

Desafios

- Realizar monitoramento de todos os visitantes.

- Desenvolvimento de material de comunicação e de divulgação das melhorias na UC junto à mídia.

- Falta de incentivo e reconhecimento da importância do envolvimento dos visitantes na gestão da UC.

Principais aprendizados

- Servidores públicos, ao ouvir e decidir em conjunto com os usuários o que deve ser feito, podem ampliar os ganhos para todos.

- Os projetos executados em conjunto com voluntários ampliam a capacidade de execução das atividades, dado que o orçamento do governo costuma ser insuficiente.

- É preciso fazer ações voltadas para pessoas com mobilidade reduzida, para cumprir a lei e gerar inclusão social.



Destaques

➤ A estruturação de trilhas para o uso público motivou o grupo a criar uma trilha para pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e para alunos. A partir disso foi doado, pelo Ministério do Meio Ambiente, cinco cadeiras de rodas especiais para trilhas.

➤ É importante considerar o voluntário como um membro ativo na gestão da UC, mediante a criação de canais de participação, como reuniões, em que se possa estabelecer parcerias sólidas com a unidade e sua missão, em consonância com uma perspectiva cidadã, o que aumenta o alcance dos objetivos da área.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Travessia Transmontana investe em comunicação ambiental para visitantes

Fábio Marcelo Engers, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Contexto

A Travessia Transmontana é um projeto executado a partir de 2021, que promove a conexão das UCs situadas em municípios da Mata Atlântica gaúcha: Área de Relevante Interesse Ecológico Morro Ferrabraz, localizada em Sapiranga; e Parque Estadual Caracol, localizado em Canela, com base no envolvimento de múltiplos atores, como representantes do poder público, o setor privado, a organização da sociedade civil e pessoas interessadas.

O projeto constitui um movimento de autogestão comunitária para planejamento e *design* da comunicação ambiental, com o propósito de difundir a conservação ambiental em unidades de conservação do Planalto das Araucárias, em consonância com o fomento ao turismo sustentável, para integração da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso.

Período

Início em julho de 2021 (em andamento).

Objetivo(s)

O projeto está alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável relacionado à proteção, à recuperação, à promoção do uso sustentável dos ecossistemas e à redução da perda de biodiversidade.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A prática foi iniciada com o planejamento para implementar e operacionalizar a Trilha, interligando-se as UCs entre os municípios de Sapiranga e Canela. A primeira atividade prática

foi a realização de saídas de campo para identificar o melhor percurso, com uso de ferramentas de georreferenciamento e informações fornecidas por trilheiros. Em etapa posterior, foram realizados contatos com diversos atores, tanto da comunidade quanto da gestão pública, para envolvê-los na ação.

Como resultado desse processo, foram realizados dois percursos de educação e de interpretação ambiental em uma propriedade particular no trajeto da Travessia Transmontana, nos quais foram realizados levantamentos florísticos das espécies arbóreas, fenologia e etnobotânica. Em seguida, foram instaladas placas em quarenta espécies com as informações coletadas no estudo e sinalização informativa aos turistas com dados gerais e de segurança das trilhas.

Também foram organizados eventos na semana de aniversário do SNUC, como o painel de debate com profissionais da área e a caminhada no dia 18 de Julho, em alusão ao aniversário de 20 anos do SNUC e à colaboração com a iniciativa nacional “Um Dia no Parque”.

Número e perfil dos voluntários

A iniciativa envolveu 30 pessoas que formam um coletivo multidisciplinar e diverso, composto por diferentes gêneros, etnias e profissões, como professores do ensino fundamental e superior, empreendedores de turismo cultural e turismo de aventura e praticantes de caminhada, de ciclo turismo e de voo livre.

Parcerias

Associações PPR, AGVL, UERGS e Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Sapiranga/RS.

Principais contribuições

- Produção de conhecimento sobre o território, com base na realização de estudo de campo, georreferenciamento e levantamento florístico.
- Organização de eventos para troca de saberes, como debates, reuniões semanais e caminhadas de estudo do meio.
- Construção de *design* de comunicação ambiental, com sinalização de trilhas e diálogos com os diferentes atores sociais.

Desafios

- Investimentos financeiros para custear a prática.
- Burocracia da gestão pública em relação à documentação para atividades em UC.
- Falta de apoio político e da comunidade.
- Integração da gestão pública junto aos demais setores da sociedade.

Principais aprendizados

- O conhecimento da sociedade em geral sobre a diversidade de paisagens e ecossistemas da região e a necessidade de sua proteção ainda é incipiente, sendo necessário difundi-lo.
- A existência de demanda de voluntários para atuar em iniciativas voltadas à conservação ambiental e promoção de atividades em contato com a natureza possibilita a ampliação da rede de apoio às UCs.

Destaques

- ✎ O planejamento é fundamental, com especial atenção à organização do tempo e ao delineamento de estratégias de comunicação junto à comunidade local, aos órgãos ambientais, aos empreendedores e aos demais agentes públicos, para que os objetivos possam ser alcançados.



O caso do Ciclotrilhas Floripa: boas práticas no manejo de trilhas para ciclismo de montanha

Julio Cesar Frantz, CicloTrilhas Floripa

Contexto

O Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira situa-se no centro urbano de Florianópolis (SC), abrange um dos maiores complexos de morros locais e teve sua proteção como Parque instituída em 1995, em decorrência de uma mobilização comunitária.

Já o ciclismo de montanha está presente na cidade há mais de 30 anos e, a partir de 2016, com o aumento da atividade e da necessidade de implementar práticas de manejo e de uso sustentável das trilhas, voluntários integrantes do CicloTrilhas Floripa se organizaram para desenvolver um projeto de uso sustentável de trilhas consideradas multiuso, tendo em vista que muitas delas apresentavam alto grau de degradação e abandono.

Período

Início em julho de 2016 (em andamento).

Objetivo(s)

Implementar trilhas sustentáveis apoiadas em práticas de manejo utilizadas internacionalmente no ciclismo de montanha, em busca de minimizar e controlar o impacto ambiental e promover a educação ambiental aos usuários.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

CicloTrilhas Floripa é um grupo de trabalho (GT) da Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis AMOBICI que visa desenvolver trilhas sustentáveis com base em quatro vertentes: 1) manejar, considerando-se as técnicas e normas internacionais e nacionais, de modo a propiciar maior resis-

tência e menos manutenções; 2) conversar, estabelecendo-se diálogo e participação em eventos junto aos diferentes grupos de interesse, como pedestres e ciclistas; 3) respeitar, o que envolve a solicitação de autorização e de comunicação das atividades realizadas junto ao órgão gestor e cumprimento das regras estabelecidas no plano de manejo; 4) pedalar, respeitando-se os usuários, as regras, a trilha e a biodiversidade associada, conforme código de conduta internacional para prática do ciclismo de montanha.

A iniciativa busca realizar um planejamento das ações em conjunto e envolver outras UCs, para o fortalecimento da cooperação e a articulação das demandas emergentes em Florianópolis. Assim, é estimulada a aproximação da comunidade de caminhantes e de ciclistas locais com os órgãos responsáveis pela gestão dos parques.

Também foram estabelecidas diferentes formas de apoio: os ciclistas contribuem se associando à Amobici, respeitando as regras, auxiliando, divulgando e comprando produtos Ciclotrilhas; os comerciantes auxiliam patrocinando, apoiando, divulgando e vendendo produtos Ciclotrilhas; órgãos públicos ajudam fiscalizando, autorizando o trabalho do GT Ciclotrilhas e discutindo readequações e novos percursos.

Número e perfil dos voluntários

Atualmente, na associação Amobici constam 320 associados, sendo entre estes, 185 pessoas ingressantes no GT Ciclotrilhas. A faixa etária varia de 30 a 60 anos.

Parcerias

Lojas de Ciclismo, Prefeitura Municipal de Florianópolis e Associação Amobici.

Principais contribuições

- Contribuição na proteção do solo, dos recursos hídricos, da flora e da fauna.
- Fomento do turismo, da geração de empregos locais e da utilização de recursos privados para conservação.
- Ampliação das oportunidades de recreação e educação, com a promoção da saúde e bem-estar, por meio da conexão com a natureza e do senso de comunidade e de voluntariado.
- Difusão de práticas sustentáveis de manejo, de recreação e de conservação de trilhas.

Desafios

Formalizar a parceria com a gestão pública, devido às questões políticas e entraves burocráticos.

Principais aprendizados

- A mobilização social propicia a ampliação do conhecimento sobre a importância das unidades de conservação locais.
- O trabalho voluntário contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida e para a promoção do sentimento de pertencimento junto à coletividade e à natureza.

Destaques

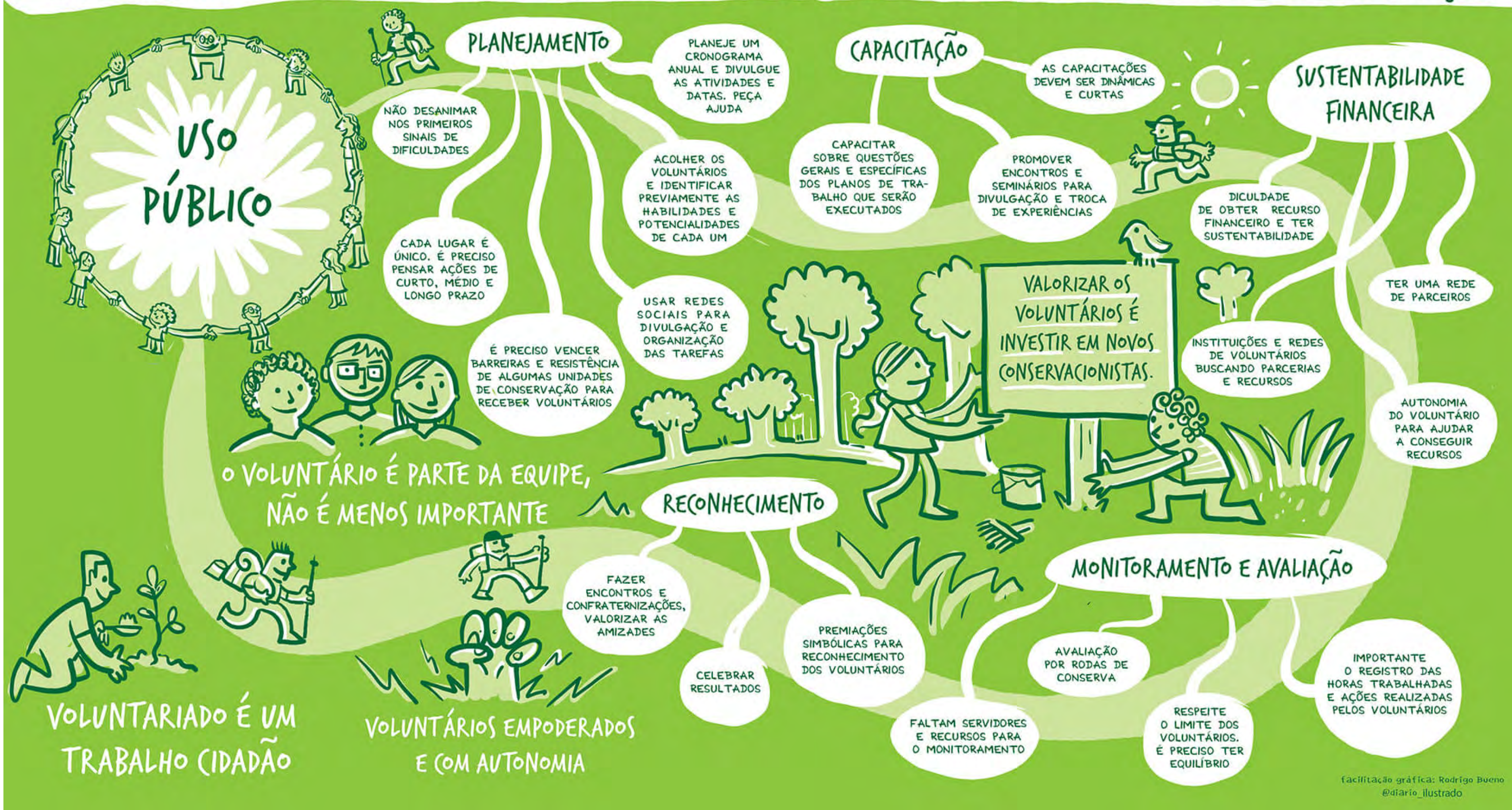
- Realização de plano de apoio para lojas de bicicleta, que contribuem financeiramente ao destinar recursos para compra de materiais, de ferramentas, de lanches etc.
- A plataforma do Trailforks é utilizada para a realização do monitoramento das condições das trilhas.
- A formalização do coletivo em uma associação possibilita melhor estruturação das ações, sendo necessário realizar todos os registros de ações, solicitar pedidos de autorização para o manejo oficial e ter uma boa comunicação com os órgãos gestores das UCs.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo



I ENCONTRO DE BOAS PRÁTICAS EM VOLUNTARIADO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



4.2 Eixo Temático

Brigadas Voluntárias e Comunitárias



Apresentação

Equipe USFS – Brasil

As boas práticas relacionadas às brigadas voluntárias e comunitárias apresentadas neste capítulo retratam experiências de grupos de voluntários que apoiam ações de prevenção, de preparação e de combate a incêndios, ou seja, que promovem transformações positivas nos territórios em que atuam.

O Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) conduz o trabalho voluntário desde 1972, quando houve a aprovação da Lei Nacional das Florestas e a autorização da atividade voluntária nas áreas protegidas do país. Neste meio século de experiências, mais de 3 milhões de pessoas contribuíram para a missão do voluntariado nos Estados Unidos da América (EUA). A instituição prioriza o servir de uns aos outros e ao planeta, além do reconhecimento do voluntariado e das parcerias nas estratégias de conservação. Por isso, acredita no potencial do Brasil acerca da ampliação do voluntariado em diferentes contextos e temáticas, e no alcance de programas tão bem-sucedidos como os desenvolvidos nos EUA.

O voluntariado no manejo integrado do fogo – MIF é um dos caminhos possíveis e, para isso, o USFS tem apoiado, em parceria com o IPÊ e outras organizações, diálogos institucionais que visam mudanças regulatórias para avançar nessa temática. A instituição apoia, também, a criação de brigadas de incêndio voluntárias em paisagens prioritárias e considera as limitações de recursos financeiros e humanos nos órgãos públicos.

As questões de equidade de gênero e de ampliação e disseminação do conhecimento técnico sobre MIF também são ações desenvolvidas pelo USFS no Programa Manejo

Florestal e Prevenção de Fogo no Brasil por meio de cursos, de intercâmbios e de eventos que contam com a participação de pessoas do serviço público ou que prestam serviços voluntários.

No Brasil, percebemos uma tendência de crescimento de grupos de voluntários que atuam em ações associadas ao fogo, geralmente por meio de brigadas voluntárias. Essa situação representa uma oportunidade e também um desafio, devido à necessidade do estabelecimento de diretrizes e de regulamentações, para que isso ocorra de forma segura e com os melhores resultados. Além disso, as ações desenvolvidas por esses grupos ainda estão muito associadas ao combate aos incêndios, enquanto, na perspectiva do MIF, existiria uma gama muito mais ampla de possibilidades de atuação com atendimento às diferentes necessidades e aos perfis e capacidades dos voluntários que desejam contribuir.

Para avançar nesse tema, são necessários esforços para ampliar a participação das diversas esferas da sociedade, com o envolvimento do governo nas esferas federal, estadual e municipal, proprietários de terras, empresas, organizações da sociedade civil e voluntários. É preciso, também, que a sociedade, inclusive os tomadores de decisão, estejam mais informados e tenham maior compreensão sobre a contribuição das práticas tradicionais e culturais do uso do fogo e sobre a necessidade de integração desse conhecimento aos sistemas de gestão e de MIF em desenvolvimento no Brasil.

Seguem as boas práticas deste eixo.

Rede Nacional de Brigadas Voluntárias (RNBV) é criada para apoiar e fomentar iniciativas em todo território brasileiro

Rafael Hartmann Gava, Diretor Presidente Provisório - Rede Nacional de Brigadas Voluntárias

Contexto

A Rede Nacional de Brigadas Voluntárias é formada por 15 Organizações da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, distribuídas em oito estados brasileiros e que buscam, de forma voluntária, o desenvolvimento de ações relacionadas à prevenção e ao combate a incêndios florestais, o que contribui e beneficia diretamente 75 UCs.

Idealizada por lideranças de algumas dessas organizações, a RNBV foi estruturada em 2019, após o primeiro encontro presencial de seus representantes, ocorrido na 7ª Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais – Wildfire 2019, com o intuito de apresentar as proposições e direcionar as ações necessárias à formalização da Rede. Dessa maneira, a Rede se torna mais um instrumento para viabilizar a participação da sociedade civil nas várias etapas de elaboração, de organização, de execução, de controle e de aprimoramento das ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais realizadas no território brasileiro.

Período

Início em 2019 (em andamento).

Objetivo(s)

Orientar os grupos organizados das diversas regiões do Brasil a se estruturarem e se formalizarem, o que possibilita que estejam aptos a unirem forças com as instituições governamentais e os demais atores parceiros na busca conjunta da resolução dos inúmeros desafios ambientais que resultam nos incêndios florestais.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A RNBV surgiu a partir da interlocução entre brigadas voluntárias distribuídas em diferentes estados, como a Brigada 1 (MG), a Brigada FEPAM (PR), a Brigada Alter do Chão (PA), a BRIVAC e a Rede Contra o Fogo (GO), o que possibilitou a troca de aprendizados e a identificação de desafios predominantes, como, por exemplo, a necessidade do seguro de vida para os voluntários, o custeio mínimo do desenvolvimento das atividades e o apoio para formação e consolidação das iniciativas regionais de organização dos grupos civis.

A identificação de dificuldades comuns a essas organizações, associada a eventos de significativo impacto socioambiental, como o grande incêndio na Chapada dos Veadeiros (GO) em 2017, resultaram no aumento do intercâmbio e no surgimento de várias brigadas, como a BRIVAC e a Rede Contra o Fogo (GO). Isso motivou a criação de um grupo que agregasse o maior número possível de iniciativas no país, o que culminou na articulação do movimento pela criação da Rede Nacional de Brigadas Voluntárias.

Com a sua criação, em 2019, formou-se um conselho, uma diretoria provisória e canais de comunicação e divulgação das ações realizadas localmente, como perfis em redes sociais, grupos de Whatsapp e *sites*. Desse modo, mesmo antes de estar formalizada, a Rede se estabeleceu como referência para os grupos interessados em se organizar para buscar o enfrentamento aos incêndios florestais em suas regiões.

Número e perfil dos voluntários

Atualmente, são 932 brigadistas cadastrados, envolvendo empresários, servidores públicos, profissionais liberais, empregados da indústria, comércio e serviços, autônomos, desempregados, entre outros.

Parcerias

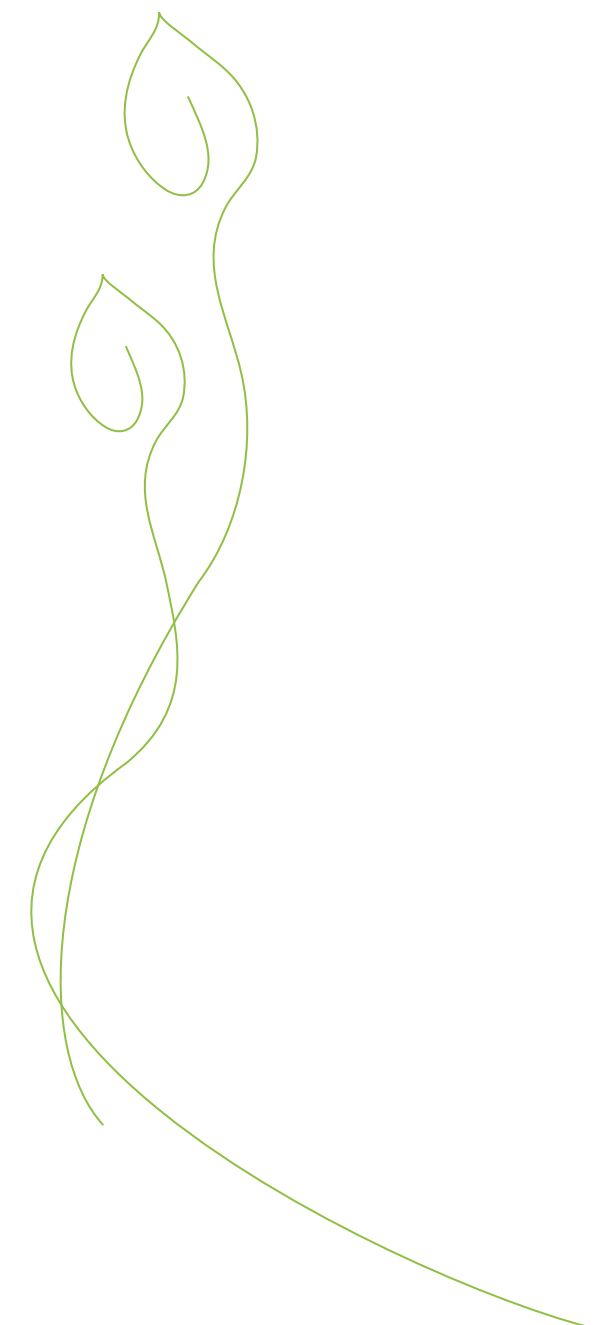
Trata-se de uma rede que reúne várias brigadas voluntárias, as quais, por sua vez, contam com suas parcerias locais.

Principais contribuições

- Apoio para o reconhecimento das brigadas voluntárias e seus membros junto à sociedade, à imprensa e aos órgãos públicos.
- Contribuição para a manutenção da biodiversidade local, com a minimização de áreas comprometidas por meio da agilidade da ação de combate aos incêndios florestais nas UCs.
- Descoberta, por vários grupos, da existência de muitas outras iniciativas semelhantes, aumentando-se, assim, a estima e a vontade de se fortalecer e se organizar.
- Desenvolvimento de associativismo em âmbito regional e estadual.

Desafios

- Estruturação de gestão administrativa, de sustentabilidade financeira, de aquisição de equipamentos e de insumos.
- Apoio e assessoramento na formação de entidades e na sua estruturação administrativa, jurídica e técnica.
- Apoio à construção de políticas públicas de valorização e fomento ao voluntariado, com ampla participação social.
- Mobilização nacional para a criação de forças-tarefa para apoio ao enfrentamento de grandes desastres.
- Promoção de intercâmbio entre brigadas e instituições de diferentes estados e países.
- Construção de relações interinstitucionais.
- Estabelecimento de um plano de comunicação nacional.
- Garantia de segurança física, jurídica, individual e coletiva às organizações associadas à RNBV no desenvolvimento das atividades de prevenção e de combate a incêndios florestais.



Principais aprendizados

- A consolidação da Rede pressupõe um mapeamento preciso das iniciativas voluntárias para prevenção e combate a incêndios florestais em todo o território brasileiro.

- Compreensão das diferenças estruturais e organizacionais das brigadas, diante das suas capacidades de investimento e de obtenção de apoio, que repercurtem nas diversas e autênticas formas de gestão e de condução das atividades administrativas, operacionais e de aprimoramento das entidades e de seus associados.

- Compreensão das necessidades, das dificuldades e das particularidades enfrentadas pelas organizações civis voluntárias quanto à sustentabilidade financeira e à gestão das entidades, o que permite inclusive a continuidade das atividades e a renovação das lideranças.

- Embora os voluntários sejam pessoas movidas pelo senso de pertencimento, cidadania e responsabilidade pela proteção ambiental, é fundamental o reconhecimento expresso do seu trabalho e que sejam oferecidas estruturas básicas de apoio, com suporte e custeio da logística, da capacitação e da segurança.

- A viabilização de seguro de vida e de despesas médicas aos voluntários é uma demanda emergencial que garante maior segurança aos envolvidos.

- A atuação em grandes ocorrências implica na capacidade de organizar forças-tarefa, o que poderia avançar com a criação de uma brigada nacional voluntária.

Destaques

As brigadas precisam se organizar de forma regionalizada para aumentar a integração durante as atuações conjuntas, para defesa de interesses comuns, e ganhar representatividade junto aos órgãos públicos, ao Poder Legislativo e ao Ministério Público. Quanto à representação nacional, o ideal é ter uma única entidade que tenha grande representatividade.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Gestão de Reserva Extrativista se une às comunidades locais para a formação de brigadas comunitárias

Jackeline Nobrega Spinola, ICMBio

Contexto

Em Santarém (PA), encontra-se uma das reservas extrativistas mais populosas do Brasil, a Resex Tapajós-Arapiuns, administrada pelo ICMBio, com uma população de cerca de 18 mil habitantes. Criada em 1998, seu território vem sofrendo alterações ambientais em virtude do aumento da ocorrência de incêndios nas áreas das comunidades onde os moradores desenvolvem o seu modo de vida tradicional, especialmente os roçados, principal fonte de produção e renda dos moradores. Essa atividade tradicional e milenar utiliza o fogo como uma ferramenta para a limpeza de áreas para produção agrícola, mas se essa atividade não for bem manejada, ela pode constituir-se como um fator de ameaça ao território.

Ao longo dos últimos anos, foi observado o aumento da ocorrência de incêndios nas áreas comunitárias, que pode ser resultado de dois fatores principais: mudanças nas condições climáticas, o que afeta o regime de chuvas e as condições de equilíbrio da floresta, e o próprio manejo do fogo realizado pelos moradores. Considerando-se que o fogo sem controle pode trazer prejuízos graves às comunidades e comprometer principalmente a segurança alimentar, o modo de vida e a biodiversidade, a gestão da unidade desenvolveu o projeto “Fogo Amigo”, voltado à formação de brigadas comunitárias na UC.

Período

Início em 2016 (em andamento).

Objetivo(s)

Fortalecer a organização comunitária para implementação do manejo integrado do fogo a partir das práticas tradicionais dos moradores das comunidades; capacitar e formar brigadas comunitárias, com vistas à minimização da ocorrência de incêndios florestais e seus impactos na região.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Considerando-se que o fogo sem controle tem causado inúmeros prejuízos às comunidades e à conservação ambiental, o Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns estabeleceu como ação estratégica de gestão a formação de brigadas comunitárias, para potencializar e otimizar a capacidade de resposta aos incêndios florestais. A implementação dessa estratégia envolveu a análise de características relevantes da UC, como:

- Quantitativo populacional, cerca de 18.000 pessoas distribuídas em 75 comunidades e aldeias.

- Dimensões territoriais e logística necessária, pois existem dois rios principais (Tapajós e Arapiuns).

- Características ambientais, sociais e econômicas das populações residentes na UC, majoritariamente formada por agricultores familiares.

- Características da atividade produtiva, que utiliza o fogo como estratégia e ferramenta de produção.

- Comunidades com maior incidência de focos de calor nos últimos anos.

Nesse sentido, desde 2016, a equipe gestora da UC, juntamente com parceiros, vem realizando diversas ações de prevenção e combate a incêndios florestais junto aos moradores locais. Assim sua meta de gestão para o ano de 2021 foi a realização de 10 cursos locais, que envolveram a equipe técnica ICMBio e o Corpo de Bombeiros, para formação de, no mínimo, 120 moradores da UC, distribuídos ao longo do território.

Em virtude da pandemia, houve a necessidade de adaptação das atividades presenciais de formação no âmbito do ICMBio e, nesse sentido, a programação e o conteúdo metodológico da capacitação pautaram-se nas orientações da Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios do ICMBio, que implementou a modalidade de cursos teóricos e semipresenciais.





Número e perfil dos voluntários

Cerca de 120 moradores da UC, sendo a maioria estudantes e homens.

Parcerias

Associações comunitárias da Resex, Associação Mãe - TAPAJOARA, Conselho Deliberativo e Corpo de Bombeiros.

Principais contribuições

- Fortalecimento da organização comunitária.
- Valorização do conhecimento tradicional e da promoção do diálogo intergeracional, no qual os moradores com mais idade transmitem seus conhecimentos aos jovens que possuem outras referências culturais.
- Capacitação aos voluntários.
- Comunidade mais segura para realizar suas atividades produtivas e de queima.
- Estímulo aos jovens como lideranças nas comunidades, ou seja, que eles se envolvam nos processos produtivos e de organização das suas comunidades.
- Melhoria na capacidade de resposta em relação à incidência de incêndios florestais.
- Redução na ocorrência de incêndios por conta das adaptações nos processos produtivos e de disposição e interesse no aprimoramento do manejo integrado do fogo por parte dos moradores.

Desafios

- Sustentabilidade financeira.
- Aquisição de EPIs e ferramentas.
- Mobilizações comunitárias.
- Adaptação das capacitações de caráter mais prático para o ambiente virtual devido à pandemia, associado ao fato de que as comunidades não possuem acesso à internet.

Principais aprendizados

- A interação entre os conhecimentos tradicional e técnico contribui para o estreitamento da parceria entre gestão e moradores locais, o que favorece a realização de ações que beneficiam o território como um todo.
- A formação de brigada, como processo educativo e instrumento de gestão da UC, possibilita regular o uso do fogo, por meio do manejo integrado do fogo, pois valoriza os saberes tradicionais e apresenta técnicas para uso controlado, a fim de mitigar os impactos do fogo tanto na biodiversidade quanto nas áreas de cultivos das comunidades.
- Mudanças de hábitos exigem tempo e o trabalho participativo e educativo contribui efetivamente para esse processo.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

Foram desenvolvidos formulários de visita de roçado e de acompanhamento de queima dos roçados, com informações relevantes sobre a prática nas comunidades, para uma avaliação posterior ao período de queima, o qual é apresentado e discutido nas comunidades.

Requer bom planejamento e mobilização para não conflitar com as atividades produtivas dos moradores, sendo importante envolver e incentivar a participação da comunidade escolar, das mulheres e dos anciãos das comunidades. Também é necessário fornecer os EPIs apresentados nas aulas, para não gerar uma expectativa frustrada.



CEDIDA POR: JACKELINE NOBREGA

Grande incêndio na Chapada dos Veadeiros impulsiona a criação de uma Brigada Voluntária Ambiental

Rafael de Souza Drumond Farias, Brigada Voluntária Ambiental de Cavalcante

Contexto

Cavalcante é o município do estado de Goiás que abrange importantes áreas protegidas, a APA Estadual Pouso Alto, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Território Quilombo Kalunga, inseridos no Cerrado, bioma que possui uma relação intrínseca com o fogo. Nesse sentido, esse fenômeno encontra-se historicamente ligado à vida cotidiana dos moradores, seja no seu uso tradicional pelas comunidades Kalungas, pelos ribeirinhos e pelos assentados, seja por meio de incêndios florestais de origem humana ou natural. Dessa relação, surgiram os primeiros brigadistas comunitários, formados pelos moradores sensibilizados com a exposição das pessoas e dos ambientes naturais ao fogo descontrolado ou aos incêndios florestais, logo eles passaram a atuar espontaneamente para combatê-los.

Em 2017, a Chapada dos Veadeiros sofreu o maior incêndio já registrado desde a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em 1961. Essa ocorrência promoveu um significativo impacto na floresta nativa e provocou uma ampla mobilização nacional para ações de combate, com mais de 200 brigadistas voluntários. Foi nesse contexto que foi criada a BRIVAC - Brigada Voluntária Ambiental de Cavalcante, que tem atuado no combate e, especialmente, na prevenção dos riscos contra novos incêndios.

Período

Início em 2017 (em andamento).

Objetivo(s)

Reduzir os incêndios florestais e seus impactos no Cerrado, por meio de uma abordagem integrada com a sociedade civil e com os setores público e privado.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A realização do curso de Brigadista Florestal Voluntário, ministrado pelo ICMBio e organizado pela BRIVAC em parceria com a Rede Contra Fogo (Alto Paraíso), impulsionou a estruturação da brigada que, equipando-se com os EPIs e os demais equipamentos de prevenção e combate aos IFs, tornou-se apta a atuar como brigada florestal. Promovido em 2018, esse curso capacitou 32 brigadistas para prevenção e combate aos incêndios florestais, que atuaram em uma área de abrangência de 40km de diâmetro dentro da APA Pouso Alto, em apoio ao Parque Nacional e ao TQ – Território Kalunga quando solicitados.

Em momento posterior, foram realizados estágios práticos com atividades de queimas prescritas, orientadas por agentes do Manejo Integrado do Fogo contratado pelo PREVFOGO/IBAMA, com instruções na prática de combate. Outro passo importante foi a incorporação da Brigada à Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno, na qual foi criado um Departamento de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal, o que possibilitou a imediata formalização e o fortalecimento das iniciativas pela conservação do Cerrado e pela qualidade de vida das comunidades locais. Essa parceria promoveu maior estruturação da brigada como uma iniciativa organizada pela sociedade civil, o que resultou na conquista de seguro de vida aos brigadistas, na organização da gestão e no desenvolvimento de campanhas de prevenção por meio da educação ambiental nas escolas e demais moradores, além do combate aos incêndios em si.

Número e perfil dos voluntários

São envolvidas 23 pessoas, sendo a maioria dos brigadistas guias e condutores da Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno, além dos moradores e proprietários rurais. No ano de 2021, foram capacitadas, através do ICMBio/PNCV, mais 25 novos brigadistas voluntários.

Parcerias

Brigadas Voluntárias setoriais da Chapada dos Veadeiros, secretarias municipais de meio ambiente municipal, turismo e saúde, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado de Goiás, Prevfogo/IBAMA, ICM-Bio, Fundação Grupo O Boticário, Rede Nacional de Brigadas Voluntárias e demais instituições da sociedade civil.

Principais contribuições

- Aumento no engajamento comunitário, com maior atuação para influenciar a criação de políticas públicas.
- Reconhecimento por parte das diferentes organizações do papel social e político das brigadas voluntárias para a defesa do Cerrado.
- Estabelecimento de estratégias de monitoramento, ação conjunta e articulada com diferentes atores, por meio do trabalho em rede.
- Eliminação de focos de incêndios registrados no entorno de Cavalcante devido ao manejo realizado com as queimas prescritas.



Desafios

- Gestão pública municipal e estadual pouco atuante e articulada.
- Falta de políticas públicas de gestão voltadas às práticas de prevenção, ao apoio continuado e ao combate.
- Prever ações educativas com as comunidades rurais.
- Obtenção de recursos para custear despesas dos voluntários.
- Formação de instrutores de brigada dentro da BRIVAC.

Principais aprendizados

- A ampliação de parcerias envolvendo os diferentes segmentos da sociedade, com especial atenção à esfera pública, é fundamental para se avançar na articulação de iniciativas da sociedade civil e das políticas públicas voltadas à gestão do fogo e da promoção de uma maior visibilidade do bioma Cerrado.
- Estruturar uma equipe é essencial para a geração e a sistematização dos conhecimentos, bem como para o estabelecimento de instrumentos de perícia, de avaliação e de monitoramento de impactos sociais e ecológicos, entre outros.
- A realização de um trabalho planejado e contínuo requer investimentos para formalização da brigada e para a estruturação da sua gestão.
- Políticas institucionais voltadas à promoção de equidade de gênero são importantes para ampliar a participação das mulheres nas brigadas.
- Fortalecer as ações da brigada gera visibilidade e credibilidade, o que propicia o engajamento de novos parceiros.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

☞ A busca pela sustentabilidade financeira conta com diferentes estratégias, como cadastro de isenção fiscal junto ao município e estado, cadastro no Ministério Público como entidade sem fins lucrativos e de interesse público, realização de campanhas diversas nas redes sociais, editais por meio de projetos de apoio e fortalecimento comunitário, rifas, doações e parcerias estratégicas. Os valores arrecadados são destinados às despesas mensais e anuais fixas com os brigadistas (seguro de vida) e à reposição de equipamentos, de insumos, para a realização de manutenções etc. Para cobrir custos imprevistos, são realizadas campanhas espontâneas.

☞ A participação feminina ainda é muito incipiente na entidade, sendo a maioria dos brigadistas de campo composta por homens. Após a participação na Conferência Internacional de Combate a Incêndios Florestais – Wildfire em 2019, em que foi possível conhecer experiências envolvendo a inserção das mulheres nas brigadas e chefias, foram definidas diretrizes para ampliação da participação feminina. Em 2021, foi realizado o curso para 30 pessoas, entre as quais metade eram mulheres. Atualmente, o grupo está sendo orientado pelo programa ACELERA CERRADO e pelo ImpactHub sobre o processo de inclusão de políticas de gênero, além de outras iniciativas para esse fim.

☞ Um dos primeiros passos é a formalização da brigada, pois isso propicia melhor estruturação e organização do trabalho de gestão. É importante, também, promover a capacitação dos brigadistas junto aos órgãos credenciados, desenvolver ações de base comunitária e capacidade de articulação com o poder público e privado.

Brigada comunitária localizada no Pantanal investe na capacitação e na prevenção de incêndios

Thainan Silva Bornato, IBAMA – Conselho Gestor da APA Baía Negra

Contexto

Considerando o fogo como uma realidade presente no bioma Pantanal, a APA Municipal Baía Negra, situada em Ladário (MS) e criada em 2010, destacou esse tema em seu plano de manejo, que previu a formação de uma Brigada Comunitária de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Embora as ocorrências de incêndios florestais na unidade fossem um fenômeno recorrente, em 2019 houve uma intensificação, que atingiu áreas mais extensas. Esse fato impulsionou a formação da primeira da Brigada Comunitária da APA nesse mesmo ano, com o apoio de diferentes instituições, como o IBAMA - PREVFOGO, a ONG ECOA e o Conselho Gestor.

Em 2020, com a ocorrência do pior cenário de incêndios florestais na região desde sua criação, quando 58,4% da APABN foi atingida (LASA-UFRJ), a brigada se deparou com limitações, como a falta de experiência e de equipamentos para o combate, portanto se viu muito dependente dos outros órgãos para realizar as suas ações.

Por conta disso, o grupo se organizou para desenvolver um trabalho voltado à arrecadação de recursos financeiros, à formação de parcerias e ao aumento de capacitações aos membros da brigada, com vistas à ampliação da proteção da UC, com a atenção especialmente voltada à prevenção de incêndios.

Período

Início em 2019 (em andamento).

Objetivo(s)

Formar uma Brigada Comunitária de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, engajada e atuante na APA Baía Negra.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A criação da Brigada, em 2019, ocorreu por meio do estabelecimento de parcerias entre o Conselho Gestor da UC, as demais instituições com atuação no território e os moradores, sendo o investimento na formação dos brigadistas voluntários uma de suas prioridades. Assim, o grupo se organizou para promover capacitações anuais e se estruturou para adquirir equipamentos, promover ações de educação ambiental para prevenção e ampliar as parcerias. Isso resultou em maior visibilidade para a brigada, melhor compreensão da dinâmica do grupo e maior autonomia para desenvolver suas atividades.

Número e perfil dos voluntários

Atualmente a brigada é formada por 12 pessoas, sendo todos moradores da APA Baía Negra, pertencentes à comunidade tradicional ribeirinha.

Parcerias

IBAMA PREVFOGO, ECOA – Ecologia e Ação e SOS Pantanal.

Principais contribuições

- Voluntários tiveram oportunidades de capacitação e de intercâmbios com outras brigadas, inclusive no exterior.
- Fortalecimento do trabalho em equipe e aprendizados sobre liderança.
- Prevenção de grandes incêndios florestais na UC, por meio da atuação permanente da brigada.
- Maior agilidade em casos relatados de uso do fogo, o que impediu a ocorrência de incêndio.

Desafios

No início, falta de motivação e envolvimento da comunidade e de recursos financeiros.

Principais aprendizados

- O reconhecimento dos voluntários como sujeitos ativos do trabalho, promovendo-se, assim, a construção e a realização das atividades de modo participativo, com maior motivação entre o grupo.

- A capacitação regular e o aporte de equipamentos propiciam maior segurança a todos os envolvidos na brigada.

- O processo de formação da brigada se constituiu também como uma ação de educação ambiental, ao prevenir que os demais moradores utilizem o fogo de maneira incorreta.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

Atualmente a brigada é composta por 5 mulheres e 7 homens, sendo liderada por uma mulher.

Em 2021, com a abertura da II Convocatória de Projetos Fortalecendo Comunidades: apoio a grupos de base no enfrentamento de emergências climáticas, do Fundo Casa Socioambiental, houve a oportunidade de conseguir recursos para as ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais da Brigada. Esse recurso tem sido importante para ampliar os equipamentos da brigada, pagar os custos das ações de prevenção e monitoramento e dar visibilidade ao assunto.

Bombeiros civis atuam pela defesa de unidades de conservação goianas

Paula Ericson Guilherme Tambellini, Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás

Contexto

Em 2019, um grupo de bombeiros civis de Goiás preocupados com a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos se organizou para atuar como brigadistas voluntários no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas e seu entorno, que abrange os municípios de Caldas Novas e de Rio Quente, e no Parque Estadual da Mata Atlântica, município de Água Limpa, ambos geridos pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás.

Um marco relevante para esse grupo foi a sua atuação no Parque Estadual da Mata Atlântica, em 2019, quando os incêndios que ocorreram no seu entorno não atingiram a unidade. Seu trabalho é estratégico, pois, além de combaterem a maior parte dos incêndios nas áreas urbanas e nas UCs, também desenvolvem ações para prevenção, o que tem contribuído para a redução significativa dos episódios de incêndios florestais na região.

Período

Início em 2013 (em andamento).

Objetivo(s)

Realizar a vigilância e o combate direto aos focos de incêndio no entorno e no interior dos Parques Estaduais da Serra de Caldas Novas e da Mata Atlântica.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Alguns bombeiros civis em Caldas Novas criaram a brigada “Esquadrão Florestal”, a fim de recrutar novos membros para combater incêndios na região de forma voluntária, ou seja, apenas com seus próprios recursos. Além de atuar na UC e no entorno, o grupo também atende diversas ocorrências de fogo nas áreas urbanas.

Diante da importância desse trabalho, a gestão do Parque Estadual de Caldas Novas realizou uma parceria e concedeu uma sala para uso como escritório, desenvolvendo, assim, um sistema de vigilância e combate, de forma a somar esforços para assegurar a proteção das biodiversidades local e regional. O desempenho do grupo inspirou a formação de outras iniciativas, como a brigada do Rio Quente, a qual, por sua vez, também tem contribuído para a ampliação da proteção ambiental na região em que se encontra inserida.

Número e perfil dos voluntários

28 brigadistas, entre bombeiros civis e cidadãos treinados para o combate a incêndios florestais.

Parcerias

Secretaria de Meio ambiente e Desenvolvimentos Sustentável de Goiás e empresas locais.

Principais contribuições

- A parceria entre o governo do estado e os voluntários possibilitou a proteção efetiva do patrimônio natural das UCs.

- O trabalho em conjunto permitiu a criação de amizade e de confiança entre os atores envolvidos, o que contribuiu para a construção de um ambiente de trabalho propício ao diálogo e à cooperação.

Desafios

Falta de recursos financeiros para fomento da atividade.



Principais aprendizados

- O trabalho por meio de parcerias amplia as possibilidades de concretização dos objetivos das UCs.
- A brigada voluntária propicia maior autonomia e agilidade para combater os episódios de incêndio.
- O modelo de gestão do fogo apoiado nas brigadas permanentes possui maior eficácia para a prevenção e o combate a incêndios, pois permite a realização de um trabalho planejado ao longo do ano, diferentemente das brigadas temporárias contratadas somente para os períodos da seca, que acabam desenvolvendo uma ação mais paliativa.
- O trabalho de vigilância e de prevenção e o estreitamento de laços com a comunidade, de modo contínuo, costumam ser mais eficazes do que uma atividade pontual e esporádica.

Destaques

- Os principais pontos de atenção são a promoção de treinamento específico, a motivação dos envolvidos e a busca pela sustentabilidade financeira.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo



CEDIDA POR: PAULA TAMBELLINI

Conselho gestor de APA se mobiliza para criação de uma brigada de incêndios que expanda o seu território de atuação

Gustavo Feliciano Alexandre, Fundação Florestal do Estado de São Paulo

Contexto

A Área de Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo (APA do Carmo) situa-se no maior aglomerado urbano do país, o município de São Paulo (SP), mais precisamente na região de Itaquera, zona leste da capital, e abrange importantes áreas verdes, como o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC), o Parque do Carmo - Olavo Egydio Setúbal e o Sesc Itaquera, portanto protege o maior fragmento de Mata Atlântica da região. Dentre os inúmeros desafios para a gestão da UC nesse contexto urbano, destacam-se os recorrentes incêndios florestais.

Em 2014, os incêndios foram altamente impactantes, o que mobilizou o Conselho Gestor da APA para analisar e buscar, conjuntamente, medidas para resolução desse problema. Dentre as alternativas possíveis, surgiu a ideia de criar uma brigada de voluntários para auxiliar no combate aos incêndios no território da UC. A formalização de parcerias ajudou a superar os desafios de falta de equipe e a aumentar a capacidade de atuação do grupo. Assim, no decorrer dos anos, o trabalho foi se consolidando e se expandindo para o atendimento de ocorrências de incêndios em outras UCs da Região Metropolitana de São Paulo, ampliando-se, desse modo, a proteção às florestas urbanas.

Período

Início em 2014 (em andamento).

Objetivo(s)

Auxiliar no combate aos incêndios na APA do Carmo, na zona leste, e em outras unidades de conservação da Região Metropolitana de São Paulo.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Primeiramente, foi formado um GT no Conselho Gestor da APA para realização de uma análise estratégica das ocorrências de fogo na unidade, o que permitiu identificar desafios para o enfrentamento desse problema, como a falta de equipe e de brigadistas para um combate imediato. Por outro lado, foi possível verificar a existência de potenciais parceiros, como o CFAB - Centro de Treinamentos em Emergências, que promove formação de bombeiros civis em primeiros socorros, prevenção e combate aos incêndios, gestão de emergências etc. na região de Itaquera.

O cenário apontou para a necessidade e a possibilidade de criação de uma brigada de incêndios voluntária. Assim, com o apoio da CFAB, foram mobilizados participantes para a formação da brigada e criado um grupo no Whatsapp para facilitar a comunicação e o acionamento do grupo, no tocante às ocorrências de fogo na APA do Carmo.

Em outubro de 2014, foi criada a brigada, cujo público-alvo é formado pelos alunos do CFAB e pelos moradores da região da APA com interesse de atuar como voluntários em atividades de monitoramento, de combate a incêndios e de apoio à equipe. Ao longo dos anos, o grupo foi se estruturando e passou a organizar capacitações em combates a incêndios tanto para os novos voluntários quanto para os funcionários das UCs. As capacitações são ministradas por instrutores do CFAB, principalmente o João Godói, proprietário do CFAB.

A partir dessa organização foi possível criar uma rede interinstitucional envolvendo o CFAB, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, via Programa Fogo Zero, e a Fundação Florestal, por meio da Operação Corta Fogo do Estado de São Paulo, o que permitiu o fortalecimento das iniciativas de prevenção e de combate e ampliação da atuação para uma abrangência regional, que contempla outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Número e perfil dos voluntários

O grupo atualmente é formado por 105 pessoas (gestores e funcionários das UCs; funcionários da Fundação Florestal e da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo e voluntários), sendo a maioria dos membros constituída por um grupo de bombeiros civis formados no CFAB.

Parcerias

CFAB - Centro de Treinamentos em Emergências e Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo.

Principais contribuições

- Geração de maior conhecimento para os voluntários acerca das UCs e de outras áreas protegidas, o que ocasiona maior percepção de pertencimento a essas áreas.

- A APA do Carmo obteve uma melhor e mais rápida resposta ao combate de incêndios florestais, o que resultou em ganhos na conservação da biodiversidade devido à diminuição de áreas afetadas.

- Formação e ampliação da rede de atuação, que envolve as esferas municipal e estadual e a iniciativa privada.

- Valorização dos bombeiros combatentes que atuam como voluntários e que também passaram a ser contratados para trabalhar de modo temporário em algumas UCs geridas pela Fundação Florestal.

Desafios

Mobilizar e organizar os voluntários no grupo de rede social, mantendo-se o foco na temática de combate a incêndios.

Principais aprendizados

- A ampliação do conhecimento das UCs aos voluntários contribui para o aumento da sua mobilização.

- A organização do trabalho em rede permite a articulação e o desenvolvimento de novas iniciativas e a expansão para outras regiões.

- O voluntariado pode contribuir para o aprimoramento e o reconhecimento do trabalho profissional, como ocorreu com os bombeiros brigadistas.

Destaques

Importante realizar um mapeamento na região sobre os possíveis parceiros que estejam envolvidos na área de prevenção e de combate a incêndios, bem como sobre a sua facilidade de acesso à internet, para viabilizar a comunicação por meio de redes sociais.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo



CEDIDA POR: GUSTAVO FELICIANO

I ENCONTRO DE BOAS PRÁTICAS EM VOLUNTARIADO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



O TRABALHO DE PREVENÇÃO E MANEJO INTEGRADO DO FOGO É MUITO IMPORTANTE!

GARANTIR EQUIPAMENTOS, EPIS E ESTRUTURA LOGÍSTICA PRÓPRIA

PLANEJAMENTO

É FUNDAMENTAR SE DEDICAR AO PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES

PREVER SEGUROS DE VIDA

SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RÁPIDO E EFICIENTE

APOIO VOLUNTÁRIO NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DAS OPERAÇÕES

PROMOVER SEGURANÇA E BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL AOS BRIGADISTAS

CAPACITAÇÃO

CURSOS E TREINAMENTOS CONTÍNUOS SÃO FUNDAMENTAIS

CAPACITAÇÃO SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE E PRIMEIROS SOCORROS

CAPACITAR LIDERANÇAS.

SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

APROVEITAR O APOIO DE VOLUNTÁRIOS E RECURSOS PÓS-EVENTOS QUE GERAM COMOÇÃO NA SOCIEDADE

TER UMA REDE DE PARCEIROS

BRIGADISTAS APOIANDO A BUSCA DE PARCEIROS E RECURSOS

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA AJUDA NA CAPTAÇÃO

AÇÕES INTEGRADAS ENTRE SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES, GOVERNO E SETOR PRIVADO



VALORIZAR O CONHECIMENTO DOS BRIGADISTAS COMUNITÁRIOS

RECONHECIMENTO

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E INTERCÂMBIO VALORIZAM OS VOLUNTÁRIOS

DIVULGAR AS AÇÕES DAS BRIGADAS EM CANAIS DE COMUNICAÇÃO

INCENTIVAR E VALORIZAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

MAIS RECONHECIMENTO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO



DRONES E IMAGENS DE SATÉLITE PARA PREVENÇÃO E MONITORAMENTO

ELABORAR RELATÓRIOS DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS

MENSURAR OS IMPACTOS POSITIVOS DAS AÇÕES DAS BRIGADAS

4.3 Eixo Temático

Capacitação, Pesquisa e Monitoramento



Apresentação

Angela Pellin & Victor Eduardo Lima Ranieri

Entre as diversas ações com potencial de serem desenvolvidas pelos voluntários em UCs, estão as relacionadas à capacitação, à pesquisa e ao monitoramento, com alguns exemplos retratados neste capítulo.

O voluntariado tem o potencial de contribuir com iniciativas de capacitação nas mais diversas temáticas e envolve comunitários que vivem nas UCs ou seu entorno, prestadores de serviços, equipe das UCs, representantes de conselhos gestores, entre outros. Isso pode ocorrer de forma presencial ou *online*, e ambas requerem adaptação dos métodos aplicados, conforme o perfil dos voluntários e o público-alvo da ação. Para isso, podem ser realizadas parcerias com universidades, centros de pesquisas, empresas, organizações da sociedade civil ou pessoas que individualmente querem dar a sua contribuição.

Outra frente importante para o voluntariado é a realização de pesquisa e monitoramento, o que pode ocorrer sob a coordenação de voluntários pesquisadores ou apoiando outras iniciativas já existentes nas UCs desenvolvidas por elas ou por outras instituições de pesquisa que atuam no território, na perspectiva da ciência cidadã.

Seja qual for a característica da iniciativa, é extremamente importante considerar o contexto local e valorizar e reconhecer a atuação comunitária no voluntariado. Especialmente em iniciativas de pesquisa e monitoramento, o apoio das comunidades locais, que muitas vezes atuam como voluntárias, é fundamental para o sucesso das atividades e para a interpre-

tação das informações. Por esse motivo, o IPÊ acredita que o respeito e o incentivo à troca de saberes são importantes para o sucesso das iniciativas de conservação.

O estabelecimento de uma ampla rede de parceiros é outro fator a ser considerado para garantir a manutenção dessas iniciativas nas UCs e, nesse sentido, não há como não considerar o potencial das universidades e centros de pesquisas como instituições capazes de fomentar a produção de conhecimento e ampliar a disseminação de informações sobre essas áreas. E isso pode e deve ser realizado para além dos cursos voltados às ciências biológicas e engenharias florestal ou ambiental. Há uma gama de necessidades e oportunidades associadas a outros campos de pesquisa e de desenvolvimento de conhecimento técnico voltados para a administração, finanças, comunicação, engenharia, arquitetura, saúde, entre muitos outros campos do conhecimento.

Ao longo do encontro de boas práticas muito foi falado sobre a importância da diversidade de perfis e de conhecimento dos voluntários e de promover programas mais inclusivos. Para além disso, destaca-se também a necessidade do estabelecimento de um ambiente acolhedor e que gere relações de confiança entre voluntários e destes com as equipes que atuam nessas áreas. A diversidade e o diálogo abrem as portas para a criatividade e para a garantia de experiências significativas para todos, o que marca positivamente os envolvidos.

Seguem as boas práticas deste eixo.

Monitoramento Participativo da Biodiversidade conecta voluntários aos monitores comunitários

Livia Maciel Lopes Silva e Cristina Tofoli, IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Contexto

O MPB - Monitoramento Participativo da Biodiversidade é um projeto desenvolvido pelo IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas e seu foco é apoiar a implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora, coordenado pelo ICMBio, sob a perspectiva do protagonismo das comunidades residentes nas UCs e/ou entorno na conservação da biodiversidade. Iniciado em 2013, visa contribuir, a partir das análises de mudanças e de perdas da biodiversidade local, com o manejo sustentável de recursos naturais ao conectar saberes tradicionais e técnico-científicos, com o intuito de manutenção do modo de vida das comunidades locais; a geração de renda e de fortalecimento da gestão das UCs.

Entre as unidades contempladas pela iniciativa, encontra-se o PARNA do Jaú, que faz parte do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Novo Airão, situado no estado do Amazonas, o qual integrou as ações do Programa de Voluntariado às demandas do Programa Monitora e propiciou aos voluntários a oportunidade de aprender e atuar em parceria com os monitores comunitários.

Período

Início em 2017 (em andamento).

Objetivo(s)

Sensibilizar e aproximar a sociedade civil, de forma ativa e inclusiva, para a conservação do meio ambiente.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

O Programa do Voluntariado do ICMBio foi criado em 2009, com o propósito de promover o engajamento da sociedade

por meio de ações voluntárias, considerando-se as especificidades de cada UC. Nesse sentido, o PARNA do Jaú organizou o seu programa de forma a envolver os voluntários nas atividades do Monitora, no âmbito do MPB. Um dos pilares dessa atividade é uma formação, que envolve capacitação teórica e prática sobre a temática promovida pelos pesquisadores do IPÊ, a qual é destinada aos comunitários interessados e aos voluntários com disponibilidade de tempo. Entretanto, o principal espaço de aprendizado aos voluntários é o exercício das campanhas junto aos monitores, os quais, além de serem formados pelo Programa, possuem um amplo conhecimento sobre o território, com base em suas vivências.

Assim, é realizado o trabalho com esses diferentes grupos, por meio da aplicação do protocolo florestal que envolve o levantamento de aves cinegéticas, de mamíferos, de borboletas frugívoras e de plantas lenhosas. Na oportunidade, os monitores comunitários auxiliam e ensinam aos voluntários, os quais, por sua vez, também contribuem com o processo com seus conhecimentos e percepções.

Os dados levantados são apresentados no evento Encontros dos Saberes, com o objetivo de promover uma análise plural sobre os resultados do monitoramento da biodiversidade, a partir dos olhares e saberes dos monitores, que possuem um conhecimento tradicional do território; dos pesquisadores, que estão amparados pela ciência; e da gestão da UC, que considera aspectos jurídico-administrativos.

Número e perfil dos voluntários

Foram envolvidos 9 participantes, interessados em conhecer e atuar por determinado período como voluntários na UC.

Parcerias

ICMBio e IPÊ- Instituto de Pesquisa Ecológica.

Principais contribuições

- Geração de oportunidades de intercâmbio entre diferentes atores com visões sobre o meio ambiente, assim como de reflexões sobre as melhores estratégias para conservá-lo.
- Promoção do engajamento da sociedade na proteção da biodiversidade.
- Criação de alternativa para a manutenção do monitoramento no longo prazo, devido ao baixo custo, com possibilidade de aproveitamento da logística já existente para o voluntariado.

Desafios

- Compatibilizar o período das campanhas de monitoramento com a atuação dos voluntários na UC.
- Falta de recursos para estruturar a logística de campo, tendo em vista a quantidade de participantes.

Principais aprendizados

- A troca de aprendizados e a parceria estabelecida entre os voluntários e os monitores da biodiversidade potencializam a sensibilização para a conservação do meio ambiente.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

Programas de voluntariado associados a programas de monitoramento da biodiversidade, que incluem colaboradores com diversos perfis, como comunitários locais e estudantes ou profissionais de fora da UC, podem ser uma oportunidade de troca de saberes muito rica, além de promover a participação social e gerar informações valiosas para apoiar a gestão.



Gestores de RPPN e universidade estabelecem parceria para implementar ações voltadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento territorial sustentável

Leandro Marciano Marra, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e Ana Luzia de Almeida Batista M. Abrão, RPPN Ernesto Vargas Baptista

Contexto	Período
<p>A RPPN Ernesto Vargas Baptista encontra-se situada no distrito de Morumbi, Eldorado (MS), em uma região de significativa relevância para a proteção da Mata Atlântica, visto que integra um mosaico de áreas de conservação que abrangem as margens do Rio Paraná e formam um extenso corredor de biodiversidade que se conecta ao PARNA do Iguazu (PR). Criada em 2019, com 14,5 ha, foi classificada como <i>wetland</i>, ou seja, é considerada área frágil e de grande relevância para a manutenção da biodiversidade, para a regulação de fluxo hídrico e para a estocagem de carbono. Apesar da importância ambiental, a região enfrenta diversos obstáculos para a promoção do desenvolvimento pautado na sustentabilidade, devido aos impactos decorrentes da mineração de argilominerais e atividades de agropecuária.</p>	<p>Início em 2018 (em andamento).</p>
Objetivo(s)	<p>Estabelecer parceria de voluntariado com a UEMS (Campus de Mundo Novo) como estratégia de gestão da RPPN, voltada para o engajamento universitário e de outros atores em prol da biodiversidade e do desenvolvimento social, implementando arranjos e instrumentos inovadores que contribuam para a aproximação com as comunidades locais e sociedade em geral e ampliação de sua participação na gestão.</p>
Como a Boa Prática foi desenvolvida	<p>Os proprietários da RPPN entraram em contato com a UEMS para a formação de parceria, dando início a uma série de ações como estratégia para se aproximar da comunidade local e estabelecer a rede de voluntários. Os trabalhos foram coordenados pelos professores do campus da UEMS de Mundo Novo, por possuir cursos de graduação em Ciências Biológicas e Tecnologia em Gestão Ambiental, além de corpo docente e de pesquisadores especializados na temática de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Dessa forma, em 2018 foi firmada carta de intenção, em que se consolidou a parceria para criação do Programa de Voluntariado, na qual a RPPN foi destinada como “laboratório a céu aberto” para a academia. Como trabalhos iniciais, a UEMS e os gestores da RPPN visitaram o local e realizaram um plano de ação com os seguintes eixos: educação ambiental; pesquisa e inovação; ecoturismo; inserção social; novos</p>

voluntários/parcerias; gestão; legislação ambiental; pagamentos por serviços ambientais; comunicação/divulgação; e sustentabilidade financeira. A estratégia de mobilização dos voluntários foi o convite por meio das instituições parceiras, pelas mídias sociais e por sites da UEMS, com o intuito de visibilidade e transparência nas ações.

A partir de então, professores, técnicos administrativos e, em especial, estudantes da UEMS foram envolvidos, a fim de trabalharem voluntariamente nas diferentes frentes acadêmicas: ensino, por meio das disciplinas correlatas; pesquisa, iniciações científicas, trabalhos de conclusão de cursos e dissertações; e extensão e inserção social, como organização de eventos, atividades de educação ambiental e projeto de ressocialização de réus.

Número e perfil dos voluntários

De junho de 2018 até dezembro de 2021, houve a participação de 166 pessoas, de diferentes gêneros, etnias, idades e localidades, que representam cerca de 30 instituições (públicas, privadas e do terceiro setor). O voluntariado é composto em sua maioria por mulheres, jovens até 30 anos e adultos até 60 anos, sendo a maioria estudantes de ensino superior, mas também professores universitários e do ensino médio, professores da APAE de Mundo Novo, políticos com mandato, profissionais de instituições públicas, empresários, estrangeiros (Paraguai) e profissionais da comunicação.

Parcerias

Departamento Municipal de Meio Ambiente de Mundo Novo (MS), Escola Estadual Silo Vargas Batista (Eldorado/MS), Fundação dos Rotarianos de Mato Grosso do Sul, Fundação Florestal de São Paulo (SP), IBAMA, ICMBio, Imasul, Itaipu Binacional – Margem Esquerda (Brasil) e Margem Direita (Paraguai), Ministério Público (MS), Poder Judiciário (MS) – Comarca de Mundo Novo – Projeto UEMS – Laboratório de Humanização, Prefeitura Municipal de Eldorado (MS), Prefeitura Municipal de Ivinhema (MS), Prefeitura Municipal de Mundo Novo (MS), proprietários e gestores da RPPN, Rádio Pantanal FM - 105,5 MHz, Refúgio Biológico Binacional de Maracaju, Rotary Club de Campo Grande, Secretaria Municipal de Comunicação Social de Mundo Novo (MS), SEBRAE (MS), TV Web Tribuna, UEMS (Unidades Universitárias de Amambai, Aquidauana e Mundo Novo) e Viveiro Papyrus.

Principais contribuições

- Aquisição e compartilhamento de conhecimento sobre meio ambiente e UCs associado ao exercício de cidadania, o que promove maior satisfação pessoal aos voluntários.

- Formação de parcerias institucionais, que iniciou a composição de uma ampla rede de apoio com cerca de 30 instituições, para inspirar ações na região e no país.

- Apoio para estruturação da gestão da RPPN, o que resultou em maior visibilidade na região, recursos financeiros para pesquisas, diretrizes para plano de manejo, apoio logístico em visitas *in loco*, entre outros.

- Captação de recursos financeiros para pesquisas no valor de R\$ 44.900,00 (UEMS-Itaipu Binacional- Convênio 4500058343).

- Levantamento de indicadores ambientais (edáficos) e conservação e preservação do solo, água, fauna e flora, o que contribui para o aumento de área de preservação do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná.

- Geração de conhecimento sobre o território por meio de *workshops*, publicações técnico-científicas, como resumos, relatórios técnicos, artigos, dissertações e edição do livro intitulado “RPPN e a Educação Ambiental”, com lançamento previsto para 2021.

- Integração da RPPN ao contexto econômico e social do distrito de Morumbi, o que contribui para a valorização de saberes e cultura locais e evidencia os anseios dos moradores pela promoção social e econômica.

Desafios

- Falta de infraestrutura tecnológica, como acesso à internet, e falta de infraestrutura física, como banheiros.

- Dificuldade de acesso principalmente em período chuvoso.

- Resistência da população local na implantação da RPPN, devido à percepção de que a UC poderia chamar atenção dos órgãos ambientais e prejudicar as atividades de mineração de argilominerais, não sendo rara as ameaças e intimidações aos proprietários e voluntários.

- Impossibilidade de realizar eventos presenciais devido à pandemia da Covid-19.

Principais aprendizados

- Os diversos atores e instituições ao apoiarem a UC, de forma voluntária, contribuem para a quebra de paradigmas, ao demonstrarem o potencial transformador da conservação do patrimônio ambiental.

- O trabalho desenvolvido de forma conjunta em prol da conservação da natureza contribui para o fomento de inovações ambientais, de criação e uso de tecnologias sociais, de desenvolvimento territorial e oportuniza novas amizades.

- As parcerias evidenciam a aplicação do ODS 17 – Parcerias em prol da Metas, além de mostrar a aplicabilidade da Lei do SNUC, já que na prática proporcionam meios e incentivos para atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental, educação ambiental, que potencializam a realização de outras atividades, como ecoturismo e restauração de ecossistemas.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

Os voluntários da UEMS apresentaram projetos ao Conselho da ITAIPU Binacional que resultou em importante aporte financeiro para a construção do Herbário Ernesto Vargas Baptista e do Laboratório de Fertilidade de Solo, instalações fundamentais para a implantação do Curso de Agronomia na UEMS-Mundo Novo, que proporcionará, dentre as diversas atuações, a ampliação das atividades de pesquisas nas UCs e experiências de voluntariado. A busca de editais de financiamento é, também, uma estratégia fundamental para a implementação e continuidade das ações com foco na conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Foram definidos indicadores quantitativos mensuráveis e qualitativos evidenciáveis para acompanhar e avaliar o andamento do trabalho, sendo eles: número de instituições envolvidas; número de voluntários; diversidade dos voluntários (gênero, etnia, idade e localidade); horas dedicadas; eventos realizados; recursos financeiros captados; inserção social (réus, pessoas com deficiência e idosos); percepção da comunidade; percepção junto aos voluntários em se sentir útil; ressocialização e inclusão dos réus em UC; publicações técnico-científicas; indicadores ambientais; e conservação e preservação do solo, água, fauna e flora.

Conselho Gestor de Reserva Extrativista recebe capacitação para gestão participativa

João Victor de Assis Peres, do ICMBio/Núcleo de Gestão Integrada do Salgado Paraense

Contexto

O Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Salgado Paraense, criado em 2020, é responsável pela gestão territorial integrada de 7 Reservas Extrativistas federais localizadas no estado do Pará, entre elas a Resex Marinha Mocapajuba, situada no município de São Caetano de Odivelas. Essas UCs protegem ambientes de rios, de praias, de estuários e de manguezais e, ainda, possibilitam a manutenção e a reprodução do modo de vida das comunidades tradicionais extrativistas da região, que desenvolvem atividades de artesanato associada à pesca artesanal e à cata do caranguejo.

A participação social é reconhecida como um princípio fundamental para a gestão dessas UCs, a qual se reflete em seu programa de voluntariado, que possui uma linha de atuação específica para gestão participativa e, também, apresenta-se como estratégia de criação de oportunidades para o envolvimento de jovens e adultos no apoio às ações das unidades. A Resex Marinha Mocapajuba foi criada em 2014, mas o seu Conselho Deliberativo foi instituído apenas em 2020, com uma composição de 31 conselheiros, distribuídos entre representantes de instituições públicas, membros locais e lideranças comunitárias, os quais, por sua vez, ressaltaram a necessidade da realização de uma capacitação específica, para que pudessem exercer, de forma efetiva, o seu papel de colaborador e articulador no território protegido.

Diante dessa demanda, a equipe técnica do ICMBio se aliou aos voluntários de gestão participativa, inscritos por meio do Edital de Voluntariado do ICMBio, para construir uma capacitação voltada aos anseios dos conselheiros e particularidades da unidade.

Período

Agosto a setembro de 2021.

Objetivo(s)

Capacitar o Conselho Deliberativo da Resex Marinha Mocapajuba para a gestão participativa e o exercício da cidadania, considerando-se direitos e deveres e o papel estratégico dos conselheiros na gestão de uma UC.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Durante a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de 2021 da Resex Marinha Mocapajuba, identificou-se a necessidade de capacitar seus membros, os quais destacaram a importância da compreensão de seu papel de conselheiros e das formas de atuação para a contribuição no processo de gestão da unidade. Nesse sentido, foi instaurada uma Comissão Organizadora da Capacitação, coordenada pelo presidente do conselho e gestor da unidade e composta por 2 analistas ambientais, 1 técnico ambiental e 2 voluntários do NGI ICMBio Salgado Paraense; 1 voluntário do Instituto Federal do Pará; e 1 membro do Conselho Gestor da UC, representante da Universidade Federal do Pará.

As temáticas da capacitação foram escolhidas de acordo com a realidade dos membros do Conselho: Áreas Protegidas e Comunidades Tradicionais, Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas, Instrumentos de Gestão e Conselho Deliberativo: Direitos e Deveres e Gestão de Conflitos. A capacitação foi oferecida de modo híbrido (presencial e remoto) e permitiu o acesso a todos os membros, inclusive aqueles que residiam em comunidades sem acesso à internet.

Número e perfil dos voluntários

A ação contemplou 8 pessoas e teve como público-alvo maiores de 18 anos com habilidades acadêmicas, profissionais ou empíricas para organizar eventos e realizar ações de sistematização e organização das informações voltadas à gestão participativa.



CEDIDA POR: LEANDRO MARRA



Parcerias

Universidade Federal do Pará e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Principais contribuições

- Fortalecimento do processo de gestão participativa da UC.
- Contribuição para a criação de espaço para a promoção da cidadania por intermédio da gestão.
- Articulação e integração de diferentes saberes e experiências.
- Construção de vínculos junto às comunidades locais, o que favorece o diálogo com maior empatia e deliberações pautadas no senso de coletividade e justiça.
- Voluntários contribuíram com práticas inovadoras e ferramentas digitais, que favoreceram o processo de gestão participativa junto ao Conselho, tendo em vista os desafios relacionados à pandemia.
- A capacitação favoreceu o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades relacionados às áreas protegidas, de instrumentos de gestão, de comunicação interpessoal oral, de criatividade, de trabalho em equipe, de ferramenta de diagnóstico participativo, de gerenciamento de demandas e de comprometimento para participação.

Desafios

A pandemia da Covid-19 dificultou o contato direto com os membros do Conselho Gestor e houve a necessidade da realização de estudos para o aprofundamento sobre a caracterização do perfil e sobre a avaliação e o monitoramento das ações que envolveram a gestão da unidade.

Principais aprendizados

- A gestão participativa se efetiva com a valorização dos diferentes saberes, acadêmico, técnico e tradicionais, assim como a participação das comunidades locais e da construção de vínculos.
- A diversidade de ações, de percepções e de costumes dos membros que compõem o Conselho Gestor são fatores positivos que enriquecem a experiência coletiva.
- A capacitação em formato híbrido é eficaz no contexto de pandemia, pois amplia as possibilidades de participação.

Destaques

A realização da atividade de capacitação foi viabilizada pelo Programa ARPA, por meio de custeio de alimentação e deslocamento dos conselheiros, da equipe do ICMBio e dos voluntários.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Parque Nacional realiza monitoramento da biodiversidade com voluntários

Luiz Fernando Schneider Loureiro, ICMBio

Contexto

Na zona de transição entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica, localiza-se o Parque Nacional da Serra do Cipó, entremeado por campos rupestres no Espinhaço Mineiro, região dotada de significativa beleza cênica e endemismos.

Como uma das atividades centrais para o seu planejamento e gestão, encontra-se o monitoramento da biodiversidade que, desde 2014, vem sendo realizado via Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora. O voluntariado tem sido fundamental para o andamento desta ação, tendo em vista a falta de equipe e a capacidade técnica dos monitores voluntários que já possuem um envolvimento e afinidade com a UC e/ou temática.

As informações coletadas pelo monitoramento permitirão, em longo prazo, obter maior compreensão das dinâmicas florestais e campestres ao longo das décadas, e inferir, inclusive, as dinâmicas ocasionadas pelas mudanças climáticas.

Período

Início em 2014 (em andamento).

Objetivo(s)

Monitorar a biodiversidade dos Capões de Mata Atlântica de Altitude no Parque Nacional da Serra do Cipó.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

O monitoramento no PARNA da Serra do Cipó segue as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa ICMBio n.º 3/2017, que instituiu o Programa Monitora, assim como materiais de apoio à identificação, como Guia de Identificação de Tribos de Borboletas Frugívoras, e protocolos estabelecidos pelo Roteiro Metodológico de Aplicação do Monitoramento.

O trabalho iniciou-se a partir do componente terrestre, subcomponente florestal, com coleta de amostragens de borboletas frugívoras e plantas lenhosas, e, atualmente, conta com duas estações amostrais. Desde 2014, os voluntários estão envolvidos nessa ação e contribuíram para a instalação da cruz-de-malta para protocolos de inventário florestal, da trilha-transecto para monitorar mamíferos e aves (em desuso por questões técnicas) e das armadilhas para monitoramento de borboletas frugívoras.

Dentre as perspectivas para o fortalecimento do monitoramento e da ampliação do envolvimento dos voluntários, encontra-se a busca de parcerias institucionais junto às universidades e centros de pesquisas para a criação de uma terceira estação amostral, voltada ao subcomponente terrestre savânico-campestre, e à implementação do Programa Piloto de Monitoramento Bioacústico. Além disso, pelo fato de todos os voluntários serem escaladores, existe a previsão para desenvolver o Programa Avançado de Plantas Lenhosas, que contempla coleta de amostras em altura, as quais serão remetidas para os Jardins Botânicos do Rio de Janeiro, de New York (EUA) e da UFMG.

Número e perfil dos voluntários

Ao longo da iniciativa, foram envolvidas cerca de 10 pessoas, sendo todos moradores da Serra do Cipó. O grupo atual é composto por uma botânica, uma turismóloga/brigadista, dois professores da rede pública e um funcionário terceirizado do Parque, pertencente à comunidade local. Há perspectiva de ampliação da participação de voluntários, por meio da abertura de novo edital de chamamento público, que será lançado quando houver maior segurança, tendo em vista o contexto de pandemia.

Parcerias

Moradores do Distrito da Serra do Cipó (MG).

Principais contribuições

- Reconhecimento do trabalho do grupo que resultou na contratação de uma voluntária como brigadista florestal, devido à sua atuação no Programa Monitora e em combates a incêndios florestais.
- Aprendizados obtidos no programa são multiplicados na educação ambiental infantil, com atividades desenvolvidas no próprio Parque.
- Trocas e ampliação do conhecimento sobre a UC e sua biodiversidade, com coleta de dados amostrais de espécies bioindicadoras de plantas e borboletas frugívoras.
- Geração de dados que contribuirão para compreender os fenômenos: flutuações de espécies, sumidouros de carbono, crescimento e/ou declínio dos Capões de Mata Atlântica de Altitude e, principalmente, se o Parque Nacional tem cumprido seu papel de conservação da biodiversidade.
- Benefícios gerados à UC por meio do envolvimento de voluntários qualificados e dispostos para a implementação do programa, os quais, por sua vez, desenvolvem novas experiências e habilidades científicas.

Desafios

- A pandemia da Covid-19 impactou diretamente a atividade e ocasionou a paralisação inesperada do Programa.
- Falta de recursos financeiros para o cumprimento dos protocolos de monitoramento campestre-savânico do ICMBio, que prevê equipamentos, como câmeras-trap, assim como para o Programa Piloto de Monitoramento Bioacústico, que necessita de gravadores.
- Compatibilizar a agenda das atividades da UC com a disponibilidade de tempo dos voluntários.

Principais aprendizados

- O trabalho voluntário potencializa as atividades de gestão, além de aproximar a comunidade à unidade de conservação, visto que promove o intercâmbio de conhecimentos, o pertencimento e o empoderamento dos moradores do entorno imediato sobre o território.
- O envolvimento dos moradores na experiência do monitoramento contribui para a capacitação e a qualificação dos participantes, o que resulta em um efeito multiplicador, com a formação de monitores.

Destaques

- ☞ O voluntariado no Programa de Monitoramento da Biodiversidade tem sido replicado em diversas UCs brasileiras, sendo importante conhecer o contexto socioambiental em que as UCs se encontram inseridas, devido à multiplicidade de atores e territórios.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Intercâmbio de saberes é tema de programa que beneficia povos e comunidades tradicionais da Amazônia

Tereza Cristina Guimarães Taranto, Braziliando Viagens e Vivências Ltda.

Contexto

A Amazônia é mundialmente reconhecida pela alta socio-biodiversidade, traduzida pela existência de diversos povos e comunidades tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, que estabeleceram seu modo de vida em significativa conexão com os ecossistemas do bioma e desenvolveram manejo de baixo impacto. No estado do Amazonas, a Braziliando, um negócio de impacto social, já atuava como parceira desses grupos na promoção do turismo sustentável, drasticamente impactado com a pandemia do Covid-19.

Como forma de dar continuidade às parcerias junto a essas populações, foram elaboradas, de modo conjunto, duas iniciativas *online*, dentre elas, o VOA! - Vivência Online de Aprendizado, um programa de troca de saberes ancorado no voluntariado. Entre as necessidades identificadas, destacou-se o aprendizado da língua inglesa, para acesso a editais de apoio a projetos e para comunicação com visitantes, pesquisadores e doadores estrangeiros interessados na produção local. Assim, por meio da parceria junto aos setores público e privado e à organização da sociedade civil, iniciou-se o trabalho voltado às comunidades residentes nas UCs: RDS do Uatumã, RDS de Uacari e APA do Rio Negro, que beneficiou diretamente 58 pessoas e três comunidades.

Período

Início em outubro de 2020 (em andamento).

Objetivo(s)

Propiciar troca de saberes, valorizar a cultura tradicional e ampliar a rede de transformação, por intermédio de ações que possam atender as necessidades identificadas por moradores de comunidades amazônicas indígenas e ribeirinhas, conectando-os às pessoas dispostas a compartilhar conhecimentos, voluntariamente.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Primeiramente, foi realizado um mapeamento das comunidades que seriam atendidas pelo programa, sendo um critério importante a existência do núcleo da Fundação Amazonas Sustentável com sala de aula e *internet*. Após a definição das comunidades, com o devido alinhamento de suas expectativas quanto à participação, foram selecionados os voluntários, os quais, juntamente com a equipe Braziliando, elaboraram um material didático (apresentação de *slides*, fotos, vídeos e áudios) para ensino da língua inglesa, para atender aos interesses dos alunos e às particularidades do contexto sociocultural das comunidades.

Para não prejudicar o andamento do processo de ensino e aprendizagem, os voluntários se comprometem com a participação em, pelo menos, 01 módulo, que possui a duração de 3 meses e está dividido em encontros semanais que ocorrem via plataforma de videochamada, com duração de 1h30 cada encontro. O material de apoio é apresentado aos alunos durante o período da aula e fica disponibilizado para consulta posterior aos encontros, com o intuito de incentivar e facilitar a prática. Os voluntários também atuam como monitores em um sistema de apadrinhamento de alguns alunos, para um melhor acompanhamento do desenvolvimento individual, sendo realizada, portanto, uma avaliação continuada. Durante as aulas, os comunitários compartilham com os voluntários aspectos sobre a realidade local e informações sobre a vida amazônica.

Número e perfil dos voluntários

Até o final de 2021, um total de 22 voluntários se engajaram no projeto, sendo eles quase exclusivamente do gênero feminino e com conhecimento da língua inglesa.

Parcerias

Fundação Amazônia Sustentável, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas e, durante alguns meses, Karibu Assessoria em Viagens Ltda.

Principais contribuições

- Oportunidade para os voluntários terem contato com a cultura amazônica e conhecer outras realidades.
- Ampliação das perspectivas, com a geração de novas ideias nas áreas de atuação profissional dos voluntários.
- Para as UCs, a ampliação de oportunidades e de possível geração de renda para os moradores.

Desafios

- Acesso à internet com maior estabilidade para promover uma experiência virtual com melhor qualidade.
- Acompanhar todos os encontros semanais com equipe reduzida.
- Identificar forma(s) de monetizar a empresa para custear na equipe o trabalho de uma pessoa dedicada à coordenação do programa e a encontrar novos parceiros de apoio à sua expansão.

Principais aprendizados

- A tecnologia é um recurso potencial para aproximar pessoas e lugares, que conecta voluntários de diversas localidades do Brasil e do exterior às comunidades da Amazônia, e possibilita a ampliação das realidades locais, com quebra de estereótipos e geração de conhecimento para todos os envolvidos.
- O ensino à distância apresenta-se como uma alternativa viável para democratização do acesso ao conhecimento e para a aquisição de novos saberes para quem reside em áreas remotas.
- Estabelecer critérios de participação, com a definição clara das responsabilidades de todos os envolvidos, contribui para o bom andamento do programa e evita desistências durante a atividade.



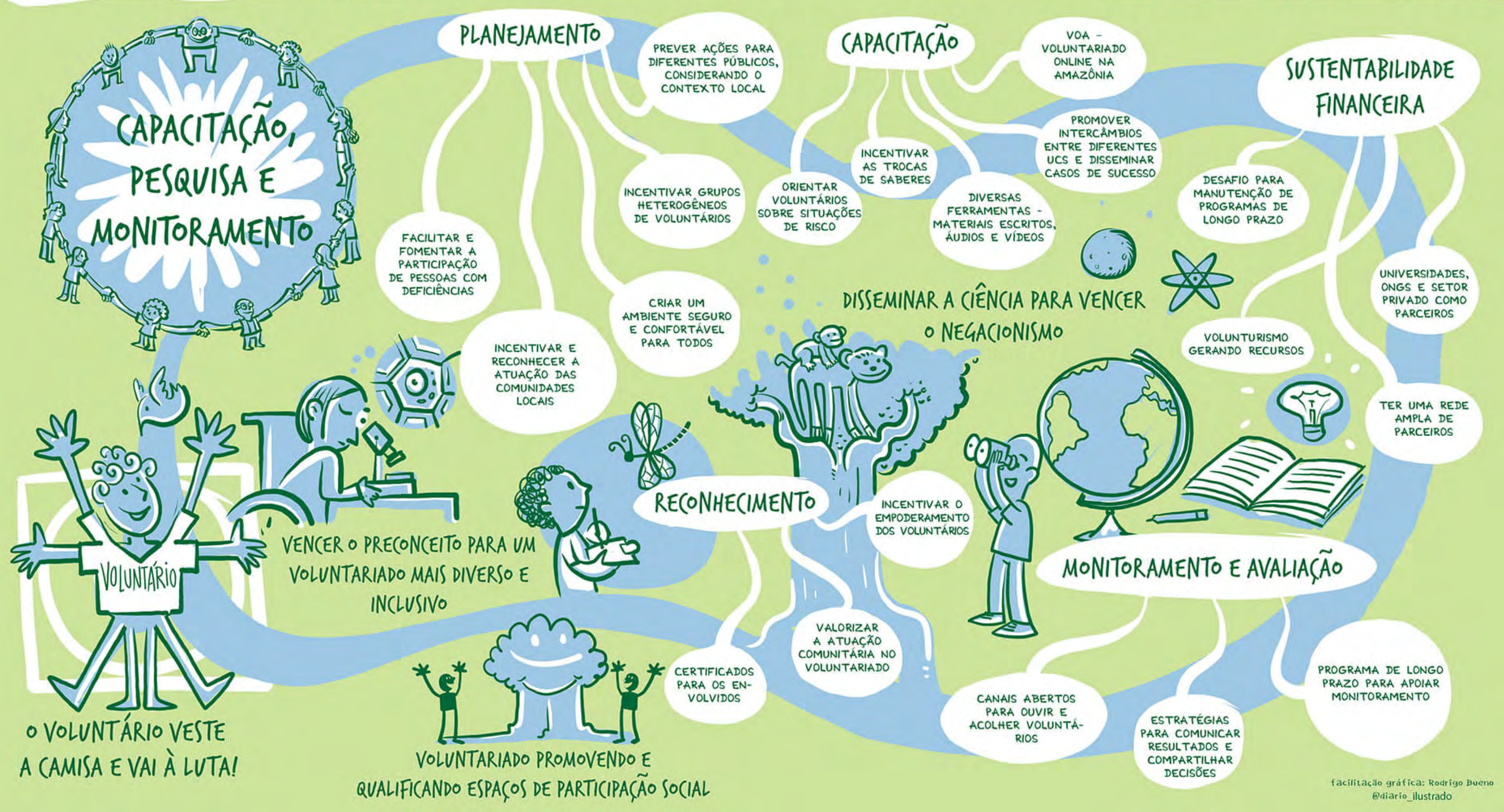
Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

- É realizada parceria com a FAS para disponibilizar acesso à internet e a alguns materiais de apoio às comunidades contempladas. Também é cobrada uma taxa aos voluntários para cobrir alguns custos da empresa. No entanto, outras estratégias são necessárias para garantir a sustentabilidade financeira, como a participação em editais e a introdução do voluntariado presencial, quando possível, como uma ação do VOA!.
- É realizada uma avaliação do VOA! por alunos e voluntários ao longo da atividade e, da mesma forma, é realizado *feedback* de *checkout* do voluntário na saída do programa, para entender o motivo do desligamento e obter sugestões de melhorias. A avaliação do desenvolvimento dos alunos na realização das tarefas e no progresso na comunicação é continuada e visa identificar a necessidade de ajuste de conteúdo, de atividades e de técnicas de ensino, para o aumento da participação dos alunos durante as aulas e nas tarefas de casa.
- Por ser um programa online, pode ser replicado e atender, além do aprendizado da língua inglesa, outras possíveis necessidades identificadas junto às comunidades onde haja conexão de internet com alguma qualidade. Outros fatores são importantes de serem considerados: capacidade de identificar os temas de interesse comunitário e suas motivações; verificar o engajamento da liderança local; ter uma pessoa que seja a ponte entre os organizadores do programa e os comunitários; e acesso dos comunitários a dispositivos com Whatsapp e internet em períodos fora dos encontros semanais com os voluntários. A expansão para outras localidades requer pessoal dedicado à coordenação e apoio e envolvimento de outros parceiros.



I ENCONTRO DE BOAS PRÁTICAS EM VOLUNTARIADO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



4.4 Eixo Temático

Educação e Comunicação



Apresentação

Angela Pellin & Cibele Tarraço

O voluntariado voltado para ações de educação e comunicação encontra um campo fértil no território das UCs e seu entorno, com oportunidades praticamente infinitas, se considerarmos a diversidade socioambiental e cultural dessas áreas em nosso país.

O desenvolvimento de ações de educação ambiental por voluntários junto aos moradores das UCs e seus arredores, aos visitantes, às escolas e a outras instituições da região são oportunidades de aproximação entre a UC e esses diversos públicos, assim como de ampliação do conhecimento sobre essas áreas e sua importância.

Mas, em alguns casos, os resultados vão muito além disso. Existem iniciativas em que a própria seleção e a capacitação dos voluntários para exercer suas atividades fazem parte de um processo formativo. Com isso, os voluntários envolvidos nessas atividades têm a oportunidade de serem mais facilmente absorvidos pelo mercado de trabalho. Vale destacar que os conhecimentos adquiridos pelos voluntários extrapolam os conteúdos em si, pois envolvem também a experiência de conviver com os diversos desafios e as oportunidades da gestão desses espaços, o trabalho em equipe, o diálogo e a construção de consensos. Todas são habilidades muito importantes tanto para o âmbito profissional, quanto para o exercício da cidadania.

A participação de voluntários em ações de comunicação ainda tem bastante espaço para avanço e pode contemplar, inclusive, a própria estruturação de planos de comunicação e de mídia para essas áreas. Ao expandir a divulgação desses espaços para a sociedade, ampliamos o conhecimento sobre a sua importância e sobre todos os benefícios gerados por

elas. Algumas UCs já descobriram que, quando divulgam as suas atividades considerando dias temáticos, há maior repercussão na mídia. Assim, aos poucos, valiosos conhecimentos são acumulados.

Ao pensarmos nas oportunidades do voluntariado nessas e em outras temáticas, não podemos esquecer que estamos tratando de um sistema de UCs, em que elas se complementam. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs, por exemplo, são áreas criadas em perpetuidade e voluntariamente por seus proprietários para a conservação e poderiam ser muito beneficiadas se houvessem iniciativas que aproximassem os voluntários a essas áreas.

Em qualquer que seja a UC, é importante sempre considerar a importância da realização de capacitações, tanto para quem realiza a gestão dos voluntários quanto para os voluntários, considerando-se aspectos gerais e específicos das atividades que serão realizadas. Além disso, é preciso contemplar a geração de materiais de comunicação sobre essas iniciativas, como informativos, vídeos e guias para voluntários e gestores.

Como nos diversos outros eixos, a sustentabilidade financeira para a manutenção dessas iniciativas surge como um desafio. Mas algumas soluções foram construídas e seus exemplos são compartilhados nesta publicação. Como já apontado, as parcerias com pessoas e instituições locais e de maior abrangência continuam sendo um destaque para muitas práticas de voluntariado e garantem a continuidade das iniciativas.

Seguem as boas práticas deste eixo.

Projeto Sala Verde na Amazônia contribui para o envolvimento das comunidades com as unidades de conservação

Alysson de Sousa Silva e André Luis Macedo Vieira, NGI ICMBio Carajás

Contexto

O projeto Sala Verde é uma iniciativa do Programa de Voluntariado do NGI ICMBio Carajás desenvolvido, desde 2018, no Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás, um território situado no estado do Pará considerado uma Área de Prioridade Extremamente Alta para a Conservação da Biodiversidade Brasileira.

Protegendo uma região de mais de um milhão de hectares, o Mosaico é formado por um conjunto de seis UCs federais e uma terra indígena: a APA do Igarapé Gelado, o Rebio do Tapirapé, o Parna dos Campos Ferruginosos, o Flonas de Carajás, a Itacaiúnas, o Tapirapé-Aquiri e a Terra Indígena Xikrin do Cateté. O contexto socioeconômico de seu entorno, no entanto, é desafiador, por ser altamente antropizado e marcado por conflitos socioambientais e de ordem fundiária. Além disso, no interior das UCs existem os maiores projetos mineradores do cenário mundial atual. Diante dessa realidade, o núcleo de gestão elaborou um Plano de Conservação Estratégico, como forma de gerenciar e mitigar as pressões e as ameaças, assim como, potencializar as oportunidades de geração de renda e desenvolvimento socioambiental a partir da gestão da biodiversidade.

Entre os eixos que estruturam o plano, encontra-se a gestão participativa, que prevê o engajamento da sociedade pelo viés da educação ambiental crítica, segundo a qual o voluntariado é compreendido como importante componente para a sua implementação. Assim, considerando-se a relevância socioambiental da região, o projeto Sala Verde foi desenvolvido para promover ações de sensibilização e educação ambiental junto à população local, sendo os voluntários mediadores das atividades que promovem maior aproximação e integração das comunidades às UCs. Dessa forma, busca-se ampliar a rede de apoio à proteção e à conservação do território.

Período

Início em 2019 (em andamento).

Objetivo(s)

Proporcionar conhecimento sobre as UCs federais de Carajás e sua importância ecológica, por meio de ações itinerantes da Sala Verde ICMBio Carajás, de forma a despertar o sentimento de pertencimento das comunidades que vivem no seu interior e entorno.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

O Programa de Voluntariado do NGI ICMBio Carajás está fortemente amparado pelo processo de formação dos participantes, com duração de 2 anos, distribuído da seguinte forma: i) 6 meses de formação teórica e prática; ii) 6 meses de condução de visitas e de promoção de formação em educação ambiental crítica, com supervisão de servidores ou colaboradores; e iii) 1 ano de condução de visitas e ações de educação ambiental.

O projeto Sala Verde é uma das diversas atividades desenvolvidas no âmbito do voluntariado, conta com apoio da iniciativa privada, da gestão pública municipal e de outros parceiros, e envolve diretamente as seguintes UCs do Mosaico dos Carajás: Flona Carajás, APA do Igarapé Gelado e Parna dos Campos Ferruginosos. O entorno também é contemplado, portanto abrange um público diverso: comunidades escolares da rede municipal e privada; crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no entorno da Flona Carajás; idosos do município de Parauapebas; colaboradores das UCs, do Aeroporto de Carajás, das minas de ferro existentes na Flona Carajás e da mina de cobre localizada na Flona Tapirapé Aquiri.

Para atender esses grupos sociais e cumprir o objetivo de difundir o conhecimento sobre as UCs, são realizadas ações socioambientais com base em diferentes metodologias: exposição dialogada de acervo de livros, *banners* e totens sobre a biodiversidade amazônica; palestras sobre a importância das UCs; apresentação de vídeos e documentários sobre a sociobiodiversidade amazônica; realização de jogos lúdicos, de dinâmicas de grupo com a temática socioambiental etc. Para apoiar a mediação dessas atividades, o NGI Carajás promove seleção anual por meio de edital, com cerca de 40 vagas, para voluntários em Marabá e 40 vagas de voluntariado em Parauapebas, totalizando 80 vagas por ano, o que contribui ativamente para a implementação da Sala Verde.

Número e perfil dos voluntários

Desde o início do projeto, cerca de 100 voluntários participaram das atividades, sendo em sua maioria jovens universitários.

Parcerias

Vale S.A, prefeituras municipais de Parauapebas e Canaã dos Carajás (PA), Geoterra, Funtec-DF e Infraero – Aeroportos.



CEDIDA POR: ALYSSON DE SOUZA

Principais contribuições

- Oportunidade para os voluntários colocarem em prática os conhecimentos adquiridos na universidade e exercerem sua cidadania.

- Contribuição para a formação profissional e o desenvolvimento humano, com oportunidades posteriores de atuação como colaboradores da gestão das UCs ou, ainda, como bolsistas de iniciação científica do ICMBio ou de mestrado.

- Ampliação da visibilidade e do conhecimento das comunidades sobre as UCs, o que resulta em parcerias formais e informais e no engajamento social em torno da conservação dessas áreas.

- Aproximação das comunidades às UCs, por meio de atividades de lazer, de educação, de formação e de geração de renda, o que contribui para o seu envolvimento com a conservação do território.

Desafios

Acesso ao público prioritário do projeto, comunidades que se encontram distantes dos centros urbanos.

Principais aprendizados

- O envolvimento de estudantes em trabalhos teóricos e práticos de educação ambiental contribui para a ampliação do seu conhecimento sobre o território em que as UCs se encontram inseridas.

- O investimento na formação e na diversificação da atuação do voluntário nas atividades relacionadas à gestão das UCs agrega valor ao programa e promove maior motivação para atuarem como articuladores entre gestão local e sociedade.

- O voluntário informado e com amplo conhecimento sobre a dinâmica dos processos e macroprocessos da gestão da biodiversidade terá maiores condições de contribuir com a gestão e com a mobilização da sociedade.

Destaques

Os principais pontos de atenção a serem considerados nessa iniciativa são: o reconhecimento da importância do investimento na formação profissional e no desenvolvimento pessoal dos voluntários, assim como da diversificação de sua atuação, com ampliação de seus conhecimentos sobre a dinâmica da gestão das UCs.

Sociedade civil valoriza público infantil em mutirões voluntários

Alane Silva de Oliveira, União de Caminhantes e Escaladores Rio de Janeiro

Contexto

O Parna da Tijuca, situado na capital do Rio de Janeiro, destaca-se por apresentar o programa de voluntariado em UC mais antigo do país, existente desde 2003, com uma programação de ações contínuas, que beneficiam a biodiversidade e o público envolvido. Dentre as diferentes atividades, destacam-se os mutirões realizados em diferentes modalidades: mensais, abertos ao público em geral; extras, destinados aos grupos fechados externos; e infantis, voltados às crianças.

Os mutirões infantis tiveram sua origem a partir do desejo de um casal de guias da Unicerj, clube de montanhismo parceiro no voluntariado do Parque há mais de 19 anos, em realizar o aniversário do filho em um local que refletisse a sua realidade e seu estilo de vida. Como o casal também é voluntário da UC, havia a intenção de que o evento tivesse um propósito, logo surgiu a ideia de transformar a festa em um mutirão para crianças, com plantio de mudas e caminhada pelas trilhas. Após o sucesso dos primeiros mutirões infantis, a atividade passou a compor oficialmente o Programa de Voluntariado do Parna da Tijuca e buscou, por meio da ludicidade, proporcionar maior aproximação desse público, junto a seus familiares e ao Parque.

Período

Início em 2017 (em andamento).

Objetivo(s)

Criar oportunidades para a inclusão de crianças e adultos no ambiente natural, o que contribui para o estreitamento de vínculos com a UC, de forma que o público envolvido reconheça o Parque como um bem-comum e que se mobilize para a sua defesa e proteção.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Os primeiros mutirões infantis foram organizados pela Unicerj que, além de elaborar as atividades, como pinturas e colagens com elementos da natureza, plantio de mudas, trilhas e brincadeiras diversas, também se responsabilizou pela compra dos materiais necessários para a sua execução e pela aquisição, por meio de parcerias, de mudas doadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Com o aumento do público envolvido e a percepção da relevância socioambiental da ação, a organização dos mutirões foi incorporada pela gestão do voluntariado da UC, e os coordenadores passaram a planejar e elaborar as atividades de forma conjunta com a Unicerj, ou seja, organizaram datas, objetivos, materiais necessários, custos e responsáveis pela execução.

Dessa forma, a atividade ocorre, pelo menos, a cada trimestre e é destinada às crianças de 1 a 12 anos. A sua divulgação ocorre por meio das redes sociais e por grupos de mensagem. As inscrições ficam disponíveis nas redes sociais, sendo solicitados somente o nome e a idade da criança, sem limitações de vagas.

Número e perfil dos voluntários

Entre 40 e 50 pessoas por edição, formada por crianças, pais, monitores e voluntários.

Parcerias

Unicerj, Amigos do Parque (extinta) e voluntários.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Principais contribuições

- Desenvolvimento dos voluntários em sua capacidade de planejamento, de comunicação, de condução das atividades, de criatividade, de resiliência etc.

- Ampliação das linhas temáticas de trabalho na UC, para alcançar o público infantil, geralmente pouco contemplado em ações diretamente ligadas às questões ambientais, o que proporciona contato com a natureza.

- Dar às crianças, aos pais e aos responsáveis oportunidade de contato com a natureza, de forma lúdica e educativa, o que contribui para seu desenvolvimento social, intelectual, cognitivo e sensorial.

Desafios

- Recursos financeiros para aquisição de materiais para as atividades junto às crianças e para a confecção de coletes e luvas em tamanhos apropriados.

- Capacitação dos voluntários coordenadores para definir metodologias e atividades mais adequadas ao público infantil.

Principais aprendizados

- Os mutirões infantis, por exigirem maior tempo de dedicação e flexibilidade para adaptações, requerem resiliência e persistência.

- Trabalhar com crianças implica em ter sensibilidade para considerar suas percepções e seus entendimentos quanto à realização das ações propostas, portanto é importante flexibilidade no planejamento para atendê-las.

Destaques

Existência de planejamento, com atenção à quantidade e à diversidade de atividades a serem desenvolvidas, para contemplar diversidade de faixas etárias.

Estabelecer parcerias que possam apoiar financeiramente a prática, bem como, a capacitação dos voluntários para atividades com crianças.

Adotar inscrições com antecipação, por meio do uso de formulários *online*, com o intuito de otimizar o início das atividades no dia, considerando-se as principais informações, como autorização do uso de imagem, caso o evento seja fotografado.

Buscar parcerias com entidades artísticas, universidades e grupos organizados para promover atividades ecoartísticas e educacionais, como teatro e experiências científicas.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo



CEDIDA POR: MELINA MERLONE E ALANE OLIVEIRA

Comunidade local é envolvida em ações voluntárias que beneficiam unidade de conservação e seu entorno

Wesley Júnio de Andrade, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás

Contexto

O projeto Povo do Parque iniciou-se a partir de um diálogo entre a gestão do Parque Estadual de Terra Ronca, situado em São Domingos e Guarani de Goiás (GO), e as comunidades do entorno, com o intuito de construir coletivamente estratégias que contribuíssem para a proteção da UC e para o desenvolvimento local sustentável, a partir de uma perspectiva de compartilhamento de responsabilidades, em busca de soluções para os problemas socioambientais.

Assim, a parceria envolvendo a gestão do Parque, as secretarias municipais, as entidades sociais e as populações locais permitiu o desenvolvimento de diferentes iniciativas, de modo voluntário, a fim de suprir demandas tanto da UC quanto do entorno e contribuir para uma gestão integrada do território.

Período

Início em janeiro de 2021 (em andamento).

Objetivo(s)

Integrar a comunidade local nas atividades realizadas no Parque Estadual de Terra Ronca, de forma participativa, para estimular o turismo sustentável e a conservação ambiental.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

O projeto Povo do Parque apresenta um caráter participativo e encontra-se apoiado nas diretrizes: i) integrar a comunidade do entorno nas atividades desenvolvidas no Parque; ii) realizar ação de sensibilização e educação ambiental; iii) desenvolver capacidades colaborativas para elaborar projetos socioambientais comunitários; iv) valorizar a cultura e os costumes da comunidade local; v) desenvolver ações para geração

de trabalho e de renda para a comunidade local; vi) fomentar o envolvimento das mulheres nas atividades desenvolvidas pela UC; vii) estimular o turismo comunitário; e, viii) buscar desenvolver o uso de tecnologia sociais pela população local.

Nesse sentido, são realizadas ações voluntárias, como os mutirões, voltadas ao monitoramento ambiental, às manutenções de trilhas e aceiros, às reformas de estruturas, ao combate e à prevenção de incêndios, assim como, ao apoio para a formalização e o fortalecimento das organizações comunitárias, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento de ações almejadas pelos moradores.

Número e perfil dos voluntários

A iniciativa envolve 24 pessoas, todas pertencentes à comunidade local, entre homens e mulheres de 20 e 45 anos, em sua maioria condutores locais que desenvolvem atividade de turismo e pequenos agricultores.

Parcerias

Associação dos Condutores e Monitores Ambientais, secretarias municipais de meio ambiente e turismo e Peregrino Aventura.

Principais contribuições

- Criação de rede de colaboração e de responsabilidade mútua, com documentos e acordos para regulamentação de atividades.

- Maior participação e envolvimento dos voluntários na gestão da UC, o que contribui para a geração de trabalho e renda, formação em cursos de capacitação e maior compromisso com a conservação da UC.

- Ampliação da percepção da população local sobre os papéis individuais e coletivos na proteção da biodiversidade local.

- Realização de parceria entre gestão e comunidade para a transformação da realidade local.

Desafios

Desconstruir a ideia de que apenas o poder público possui a responsabilidade pela resolução dos desafios do Parque.

Principais aprendizados

- Desenvolver ações cujos resultados possam ser mensurados pela comunidade de modo positivo, a fim de gerar maior envolvimento e favorecer a gestão participativa.

- Moradores motivados pela experiência, que contribui para a transformação local, tornam-se importantes aliados para o engajamento de novas pessoas.

Destaques

Considerando-se a realidade cultural local, na qual as mulheres têm pouca participação, foram realizadas ações específicas para esse público, como uma atividade com duração de 2 dias, em que as mulheres puderam exercer um papel de liderança e fortalecer os vínculos sociais entre si.

É importante que as demandas da comunidade sejam consideradas, para o estabelecimento de estratégias a serem contempladas no plano de gestão da UC, como o convite aos moradores para que eles acompanhem e contribuam nas ações cotidianas da gestão, com o cuidado de reconhecer e valorizar seu trabalho.



CEDIDA POR: MELINA WESLEY ANDRADE

Macaco-prego é espécie alvo de trabalho voltado à sensibilização ambiental de visitantes

Simone Clélia de Freitas, Fundação Florestal

Contexto

Na área urbana da Estância Hidromineral de Águas da Prata, interior do estado de São Paulo, situa-se o Parque Estadual de Águas da Prata, criado inicialmente como Reserva Estadual em 1952 e categorizado como Parque em 2018, que protege fontes de água com características radioativas e remanescente da Mata Atlântica, distribuídas em uma área de 50,43 hectares.

Dentre os desafios encontrados pela gestão da UC, encontra-se o hábito histórico dos visitantes em alimentar os macacos-prego (*Sapajus nigritus*), o que interfere em seu comportamento natural. Com a pandemia da Covid-19 e a decorrente suspensão da visitação em 2020, foi possível verificar a diminuição da oferta de alimentos à fauna. Entretanto, como consequência, houve um aumento no deslocamento dos macacos para as residências próximas ao Parque, inclusive com o forrageio junto aos telhados, o que acentuou conflitos entre primatas humanos e não humanos.

Como estratégia de gestão, a Fundação Florestal, órgão responsável pela gestão da UC, e parceiros desenvolveram o projeto Lugar de Macaco é na Floresta, lançado em 2020 com o apoio de diferentes segmentos da sociedade, em especial dos voluntários que se tornaram agentes multiplicadores de conhecimento sobre a espécie e sua realidade.

Período

Início em 2021 (em andamento).

Objetivo(s)

Promover o afastamento dos macacos-prego da área de uso público do Parque Estadual Águas da Prata, para propiciar seu retorno para os ambientes florestados, e sensibilizar moradores e visitantes sobre a importância dessa espécie na natureza e sobre as consequências da oferta de alimentos nos diversos aspectos da saúde e do seu comportamento.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A primeira etapa da iniciativa foi o estabelecimento de parcerias estratégicas técnico-científicas e de gestão com o Conselho Gestor da UC e a gestão municipal de Águas da Prata, para a sua concepção e estruturação, e a Comissão Pró-Primatas Paulista para validação.

O projeto envolveu o delineamento de ações de manejo da espécie e de educação ambiental, com moradores locais, visitantes e voluntários. Para promover o afastamento dos macacos da área de uso público do Parque, incentivando seu retorno para os ambientes florestados, são ofertados alimentos em plataformas dispostas no alto de algumas árvores no interior da floresta e observados conflitos intraespecíficos e interespecíficos. É, também, realizado um enriquecimento ambiental usando frutos de jequitibás coletados no chão da UC, os quais são preenchidos com sementes ou outros alimentos e distribuídos de forma aleatória em outros pontos da mata. A sensibilização dos moradores e visitantes sobre a importância e o papel dos macacos-prego na natureza e as consequências da oferta de alimentos em sua saúde e comportamento ocorre mediante diferentes estratégias, como: comunicação visual, contemplando a confecção de faixas, adesivos com o macaco-prego como mascote do Parque e *banners*; mensagens nas rádios e jornais regionais; palestras e rodas de conversa; encontros virtuais, do tipo *lives*, com especialistas; além do envolvimento de quem tem o hábito de alimentar como doadores de alimento para o projeto.

A participação dos voluntários ocorre desde a produção de equipamentos, como plataformas e passarelas, promoção de encontros, divulgação da informação ao visitante e, principalmente no auxílio à alimentação, cuja frequência ocorre conforme cronograma previamente acordado. Também apoiam no monitoramento, realizam a observação comportamental dos animais e compartilham relatos diários, nas ações de educação ambiental e no processo de tomada de decisão sobre novas atividades do projeto.

Número e perfil dos voluntários

Atualmente participam 30 pessoas no projeto, entre idosos, crianças, adolescentes, estudantes, profissionais da área, grupo de escoteiros, ONGs, membros da comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiências.

Parcerias

Prefeitura Municipal de Águas da Prata, comércios do ramo de alimentos, Associação Amigos dos Animais Silvestres, Sociedade Comunitária Renovação e Progresso, Conselho Gestor do Parque, Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Nativos do Estado de São Paulo, além de diversas pessoas.

Principais contribuições

- Satisfação pessoal dos envolvidos, relacionada ao sentimento de proteção e de conservação ambiental.
- Diminuição dos impactos dos conflitos entre primatas humanos e não humanos, com o intuito de se promover sua coexistência.
- Caracterização e conservação da população de macacos-prego (*Sapajus nigritus*) da UC.
- Elaboração de protocolo, que poderá ser utilizado como referência para as demais UCs com conflitos similares.
- Diminuição do tempo de permanência dos macacos-prego na área de uso público.



CEDIDA POR: SIMONE FREITAS

Desafios

- Ausência de legislação específica para coibir a alimentação desregrada.
- Resistência entre os moradores de Águas da Prata e os visitantes do Parque em cessar a alimentação inadequada dos animais, por considerarem a atividade como um dos principais atrativos.

Principais aprendizados

- A mudança do comportamento humano apresenta-se como mais desafiadora do que dos animais e exige trabalho contínuo de sensibilização e de educação ambiental.
- A ausência de instrumentos legais dificulta a sensibilização da população que é resistente à orientação de não alimentar a fauna silvestre.
- A oferta de alimentos planejada em equipamentos adaptados nas áreas de mata estimula a permanência da fauna no local e contribui para a diminuição da competição intra-específica.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

- Com os voluntários, é realizada a observação dos conflitos interespecíficos da população de macaco-prego do Parque, assim como encontros e rodas de conversas em que são alinhadas as propostas de estratégias futuras e identificadas as dificuldades na execução do projeto. As informações compiladas junto aos voluntários são encaminhadas para a Comissão Pró-Primatas Paulista, que acompanha o desempenho e a execução do projeto e propicia apoio técnico.
- A prática pode ser replicada para outras espécies, como, por exemplo, os quatis que interagem com humanos em UCs e seu entorno.

Programa de educação ambiental envolve jovens e contribui para a formação de novos atores na conservação da natureza

Maria Cristina Weyland Vieira, Instituto Sul-Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza & Associação de RPPNs e outras Reservas Privadas de Minas Gerais

Contexto

Desde os anos de 1980, o Instituto Sul-Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza vem atuando com o propósito de sensibilizar a comunidade de Monte Belo (MG) e região em prol da conservação da natureza. Nesse contexto, foi desenvolvido o Programa de Educação Ambiental visando possibilitar vivências aos jovens estudantes e incentivando o seu envolvimento em projetos ambientais educativos, de pesquisa científica, de restauração ecológica e outros.

O Programa é desenvolvido na RPPN Fazenda Lagoa, na qual o Instituto Sul-Mineiro possui o Centro de Pesquisas e Educação Ambiental, que protege 291 hectares de remanescente da Mata Atlântica no sul de MG, sendo a única UC do município.

O programa abrangeu instituições de ensino de Monte Belo e região, com diversos parceiros, como o Ministério Público de Minas Gerais, a empresa vizinha ADECOAGRO e a empresa proprietária Alfenas Agrícola, que apoiaram os projetos de capacitação de monitores ambientais para atuarem como voluntários e, quando possível, remunerados no Programa de Educação Ambiental. Acredita-se que a imersão de jovens estudantes nas trilhas ecológicas e nas atividades de pesquisa nas florestas nativas contribui para o desenvolvimento de um sentimento de valorização da natureza.

Período

De 2010 a 2020 (suspensão por conta da pandemia da Covid-19).

Objetivo(s)

Realizar treinamentos para os estudantes da região, para atuarem como monitores voluntários e, quando possível, remunerados no Programa de Educação Ambiental do Instituto Sul-Mineiro, com acompanhamento de excursões educativas na RPPN Fazenda Lagoa, realização de palestras e orientação de visitantes ao centro de pesquisas, coleções vivas e cultivos orgânicos.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A iniciativa começou com a seleção de grupos de 10 a 20 estudantes do ensino médio de escolas estaduais de Monte Belo, com critério de equidade de gênero, para estimular o protagonismo juvenil na conservação ambiental. Os jovens passaram por uma etapa de capacitação, concretizada por meio de parcerias entre diferentes instituições, para desenvolverem determinadas ações, como realização de palestras nas escolas da região; participação de excursões de revisão de árvores em pesquisa de fitossociologia e nas trilhas da RPPN Fazenda Lagoa; organização das coleções do herbário, museus e bibliotecas; monitoramento fenológico das Coleções Vivas, como Arboreto e Bosque das Fruteiras; participação em reuniões de trabalho e eventos ecológicos na região. A maioria das participações ocorreu de forma voluntária, sendo remuneradas quando possível.

Número e perfil dos voluntários

Foram contemplados jovens estudantes do ensino médio da rede pública de ensino de Monte Belo, com equidade de gênero.

Parcerias

Ministério Público de Minas Gerais; ADECOAGRO; escolas municipais e estaduais de Monte Belo; Câmara de Vereadores de Monte Belo; membros da diretoria, do conselho e pesquisadores colaboradores do Instituto Sul-Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza.

Principais contribuições

- Estímulo ao Voluntariado no Programa de Educação Ambiental do Instituto.
- Implementação da Lei n.º 9.795/1999, em que consta previsão da Educação Ambiental como algo contínuo nos processos de educação formal e não formal.
- Capacitação de jovens monitores ambientais com potencial para atuar na RPPN Fazenda Lagoa.
- Demonstração da importância da RPPN Fazenda Lagoa para a conservação de recursos hídricos, da biodiversidade, de espécies ameaçadas de extinção e como área para pesquisa científica de fauna e flora e outros temas.
- Fortalecimento da atuação do Instituto em parceria com a ARPEMG, para assumir um papel de modelo para outros programas de educação ambiental.

Desafios

- Obtenção de recursos para os projetos do Programa de Educação Ambiental do Instituto Sul-Mineiro.
- Sensibilização do governo local para apoiar o programa, considerando-se o recebimento mensal de recurso proveniente do ICMS Ecológico da RPPN.
- Contexto de pandemia da Covid-19, que levou à interrupção das atividades do Programa em 2020.
- Incentivo à continuidade do interesse dos jovens estudantes em participar de eventos e projetos desenvolvidos pelo Instituto ISMECN.

Principais aprendizados

- O engajamento e capacitação de jovens em programas de educação ambiental contribui para a valorização da RPPN e para a promoção da sensibilização ambiental da comunidade local e regional.

Destaques

- Foram encaminhados anualmente projetos para editais do Ministério Público de Minas Gerais - Fórum de Monte Belo e realizadas parcerias com a prefeitura e câmara de vereadores de Monte Belo para transporte e espaço de reuniões dos grupos jovens de voluntários. Também foram criadas sinergias com outros projetos, como o da Bacia do Rio Muzambo patrocinado pela ADECOAGRO, para a realização dos Cursos de Monitores Ecológicos.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo



CEDIDA POR: MARIA CRISTINA WEYLAND

Produção de documentário mobiliza jovens para difundir conhecimentos sobre unidades de conservação

Clarice Araújo Barbosa Costa, Aídee Araújo de Oliveira e Najila V. Monteiro Silva Rede Cuca - Coordenadoria de Juventude de Fortaleza - Prefeitura Municipal de Fortaleza

Contexto

Reconhecendo que a pauta ambiental é identitária das juventudes, a Coordenadoria de Juventude da cidade de Fortaleza desenvolveu o Programa Cuca Ambiental, que promove uma série de atividades voltadas para jovens de 15 a 29 anos, com o intuito de estimular sua reflexão sobre questões ambientais locais.

Entre as questões emergenciais, destaca-se a drástica redução da cobertura florestal em Fortaleza nos últimos 35 anos, estimada em 90%, com a manutenção de poucos remanescentes florestais, em sua maioria, protegidos por UCs. Com o intuito de proporcionar maior visibilidade a essas áreas, considerando-se sua relevância socioambiental e de visitação, originou-se o documentário “Árvores pra que te quero”, produzido pela Rede Cuca da Prefeitura de Fortaleza, estruturado em uma série de três episódios.

No episódio 01, é abordada a ARIE Floresta Sítio Curió, escolhida por estar situada na periferia da cidade e ainda ser pouco conhecida entre os habitantes em comparação às outras UCs, mesmo sendo a primeira ARIE criada no estado do Ceará. O episódio foi gravado na unidade com a participação da gestão local, do voluntariado do Programa Cuca Ambiental e do Programa de Extensão Trilhas EcoBotânicas/UFC. A realização dessa iniciativa possibilita abranger as diferentes linhas de atuação do Programa: educação ambiental, protagonismo juvenil, difusão das plantas nativas e áreas verdes de Fortaleza.

Período

Início em junho de 2021 (em andamento).

Objetivo(s)

Sensibilizar a sociedade, sobretudo os jovens, de modo acessível e eficaz, quanto à existência e ao papel das UCs

de Fortaleza, de forma a contribuir para a construção de uma percepção ambiental crítica e engajamento na proteção destas áreas.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A iniciativa foi motivada pelo pouco conhecimento da população em geral sobre a existência das UCs em Fortaleza e pela necessidade de sua divulgação e promoção de ações de educação ambiental com o público-alvo do Programa Cuca Ambiental.

Nesse sentido, o documentário “Árvores pra que te quero”, além de proporcionar maior visibilidade das áreas verdes, tornou-se uma ferramenta para a difusão de conhecimento sobre os benefícios da arborização urbana, aspectos fitossociológicos da flora, divulgação sobre importância das UCs para a biodiversidade, realização de debates sobre ameaças aos espaços naturais, entre outros. O documentário foi estruturado em série, sendo o primeiro episódio dedicado à ARIE do Sítio Curió, o segundo ao Parque Natural Municipal Dunas da Sabiaguaba e o terceiro ao Parque Estadual do Cocó / Área Adahil Barreto. Para cada episódio agrega-se algum conteúdo complementar sobre as questões ambientais mais relevantes de cada UC, a fim de se problematizar sua realidade.

A produção do documentário envolveu as etapas de organização e gravações (junho/2021 a julho/2021) e edição (setembro/2021). O lançamento virtual ocorreu em outubro/2021, no canal do Youtube da Coordenadoria de Juventude para livre acesso, e faz parte de uma estratégia de exibições presenciais em escolas públicas de Fortaleza. Pretende-se, assim, fomentar rodas de conversa sobre as temáticas abordadas e ações de plantio de árvores nativas com os estudantes das escolas públicas. Cerca de 40 jovens estiveram envolvidos diretamente, desde a elaboração de roteiro/argumentação até a sua gravação.

Número e perfil dos voluntários

Cerca de 100 voluntários, em sua maioria estudantes de graduação, de diferentes áreas, residentes em diferentes regiões da cidade, incluindo áreas periféricas.

Parcerias

Universidade Federal do Ceará, Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará e Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza.

Principais contribuições

- Oportunidades aos estudantes voluntários para aquisição de conhecimentos voltados ao meio em que se encontram inseridos, e/ou colocar em prática os conhecimentos construídos na academia.

- Sensibilização e aproximação dos jovens com a natureza, ao proporcionar trocas de experiências e possibilidade de construção de currículo profissional.

- Estímulo ao pensamento crítico sobre as UCs e a conservação ambiental.

- Divulgação da existência das UCs, sua flora, fauna e principais ameaças, a fim de despertar a atenção da sociedade e das mídias locais.

- Disponibilização à população local de conhecimentos sobre a importância da conservação das UCs, para o bem-estar humano e a biodiversidade, além de sua contribuição para a manutenção do equilíbrio ecológico da cidade.

Desafios

Dificuldade inicial na organização das atividades, devido à falta de experiência dos jovens na área audiovisual.

Principais aprendizados

- A realização de processos educativos pautados na criatividade e na arte favorecem maior envolvimento e aprendizado sobre a temática abordada.

- A inserção das juventudes em UCs e em práticas de educação ambiental configura-se como uma forma de aprendizagem e exercício da cidadania, ao formar jovens como agentes transformadores na sociedade.



CEDIDA POR: VICTORIA MONTEIRO

Destaques

A Coordenadoria de Juventude ofertou 15 vagas de monitoria remunerada para atuação no Cuca Ambiental, o que atendeu cerca de 15% do voluntariado do programa, havendo grande possibilidade desse número ser ampliado devido aos resultados satisfatórios obtidos pela ação.

O público prioritário das ações da Coordenadoria de Juventude de Fortaleza são os jovens em sua diversidade de gênero, origem, raça/etnia, orientação afetivo-sexual, condição física, egresso do sistema socioeducativo, entre outros. A instituição busca promover um processo inclusivo, em que destina-se um percentual de vagas nos editais de monitoria remunerada para PCDs e egressos do sistema socioeducativo.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

I ENCONTRO DE BOAS PRÁTICAS EM VOLUNTARIADO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO





4.5 Eixo Temático

Gestão e Operacionalização de Programas e Iniciativas



Apresentação

Angela Pellin

O voluntariado é uma iniciativa que, além de proporcionar maior engajamento dos cidadãos brasileiros em relação às UCs, pode apoiar a gestão dessas áreas. Dentre as atividades possíveis, estão o apoio à visitação, a educação ambiental, a pesquisa e o monitoramento, a prevenção e o combate a incêndios, a comunicação, entre muitas outras, inclusive o voluntariado à distância.

Percebemos um crescente interesse da sociedade nessas ações, o que contribui de forma mais ativa para a manutenção das UCs e de seus territórios associados. No entanto, ainda existem importantes desafios a serem superados para que possamos alcançar níveis mais elevados de participação. Talvez o primeiro e mais importante seja considerar que o voluntariado é uma estratégia de conservação e de incentivo ao envolvimento e ao engajamento da sociedade na gestão e na defesa das UCs. Para tanto, deve ser tratado como uma política pública e considerado no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A sustentabilidade financeira das iniciativas e programas também representa um desafio, visto que, na maioria das vezes, não existem recursos adequados para a sua implementação. À medida que a sociedade reconhecer o valor dessas áreas e pressionar pela sua maior valorização, espera-se que esse cenário mude. Enquanto isso não acontece, são notados os esforços empreendidos por gestores, organizações da sociedade civil e redes de voluntários, em busca do estabelecimento de parcerias que permitam uma diversidade

de recursos que se complementem e permitam que essas iniciativas sejam perpetuadas. Nesse sentido, é cada vez mais importante a criação de pontes entre as UCs e os diversos setores da sociedade.

Outro aspecto que vale ser ressaltado é a necessidade de bons planejamentos estratégicos associados aos programas e iniciativas, que resultem em planos de trabalho específicos para as UCs onde serão realizadas as atividades voluntárias. A profissionalização cada vez maior da gestão dessas iniciativas é importante para assegurar os inúmeros benefícios que podem ser gerados por meio dessas experiências e para conquistar e manter bons parceiros. Para isso, é necessário contar com uma capacitação contínua de gestores, de voluntários e de parceiros, com o aprimoramento dos processos de avaliação e de monitoramento de resultados, com a divulgação dessas informações de forma adequada e nos espaços apropriados.

Por fim, é necessário olhar para a gestão desses programas e iniciativas com perspectiva que abarque toda a diversidade de categorias de UCs, de contextos culturais, socioeconômicos e ambientais, ou seja, deve-se pensar em iniciativas cada vez mais inclusivas, para que esses espaços possam ser realmente representativos da nossa sociedade. Assim, teremos mais possibilidades de ampliar essa grande rede em defesa das UCs, seja no dia a dia das atividades que desenvolvemos, seja nos espaços políticos que influenciemos.

Seguem as boas práticas deste eixo.

Programa se consolida valorizando a qualidade da experiência dos voluntários na unidade de conservação

Priscila Saviolo Moreira e Marcela Lima Pedro - Parque Estadual Ilha Anchieta/Fundação Florestal
Lucas Citele - Pesquisador do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo

Contexto

Em Ubatuba, litoral norte de São Paulo, encontra-se um dos parques mais visitados do estado, o Parque Estadual Ilha Anchieta, que apresenta uma média anual de visitação próxima a 45.000 pessoas, concentradas, principalmente, na temporada de verão. A beleza da paisagem insular, o sentimento de estar temporariamente ilhéu, o diferencial do histórico do local, assim como a infraestrutura de alojamento favorecem o interesse pelo Programa de Voluntariado, que, nos últimos anos, recebeu cerca de 500 inscrições anualmente.

Neste contexto, desde 1995 o Programa é desenvolvido pela UC, inicialmente centrado no atendimento da demanda proporcionada pela alta visitação e, ao longo dos anos, foi amadurecendo e se consolidando com foco na qualidade da experiência, pois passou a compreender o potencial de atuação dos voluntários tanto no sentido da contribuição para a gestão quanto de seus papéis como cidadãos no engajamento na causa ambiental e no respeito ao próximo.

Período

Início em 2015 (em andamento).

Objetivo(s)

Promover experiência de qualidade aos voluntários, por meio da imersão no Parque Estadual Ilha Anchieta, e fomentar a prática da coletividade e do envolvimento da equipe no acompanhamento e acolhimento deste público, de modo a propiciar o seu bem-estar, evitar situações de assédios e distensões, tornando-os agentes de difusão e multiplicadores do programa e dos aprendizados adquiridos.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

O cuidado com o voluntário e sua experiência na UC é uma prática construída ao longo de 18 turmas do Programa de Voluntariado. Nesse sentido, considera a experiência de cada um e busca o aprimoramento constante, de forma a marcar positivamente a passagem do voluntário pela unidade. A disponibilização de tempo e equipe são fatores estruturantes para executar todas as etapas do programa com qualidade. Assim, adotou-se o papel de coordenação, desenvolvido por voluntários que já vivenciaram o programa, o que permitiu maior proximidade na convivência com o grupo e na identificação de descontentamentos, de desentendimentos e de dificuldades emocionais, com o adequado suporte a possíveis situações de assédio.

Previamente são enviados materiais informativos sobre a UC, a logística de chegada, a alimentação e os itens fundamentais para permanência na Ilha. Na chegada, há o acolhimento, em que são levantadas as expectativas, de forma a balizar as informações do Programa. Também são realizados acordos quanto à conduta na UC e é criado um espaço de diálogo diante dos desafios. Os primeiros dias destinam-se ao reconhecimento da área e à capacitação nas atividades, momentos fundamentais para sanar dúvidas e proporcionar maior confiança na atuação. No decorrer do Programa, são realizadas palestras com parceiros, para ampliar o conhecimento e difundir outras oportunidades.

Há acompanhamento constante do desenvolvimento de cada participante, com reuniões do grupo junto aos coordenadores e destes com a gestora da UC. Por fim, o relatório final e a atividade de fechamento realizada junto à equipe de gestão trazem a devolutiva e garantem a melhoria contínua do Programa, o que torna esses elementos atores-chave para o aprimoramento do voluntariado.

Número e perfil dos voluntários

A prática contemplou 193 pessoas, sendo a maioria dos participantes do gênero feminino, provenientes do estado de São Paulo e com faixa etária que varia entre 18 e 40 anos. Quase que a totalidade é representada por estudantes de graduação, com predominância nas áreas relacionadas às ciências naturais.

Parcerias

Em 2021, através do Programa Adote um Parque da Fundação Florestal, órgão gestor das UCs no Estado de São Paulo, alguns empresários e instituições patrocinaram uma turma de voluntários e propiciaram uma qualificação do programa de voluntariado do Parque Estadual Ilha Anchieta, entre eles: Aquário de Ubatuba, Instituto Argonauta, Banana Bamboo, Ok Arte, Padaria Integrale, Instituto Bacuri, Kairós, WA confecções, NORTEK e Balaio Caiçara.

Principais contribuições

- Participação do voluntário no cotidiano da UC, que possibilitou a compreensão, na prática, dos desafios da gestão e ajudou a formular estratégias para superá-los.

- Promoção de uma experiência profissional diferenciada em meio a um cenário inspirador, em que o foco é o trabalho coletivo e voluntário em prol do objetivo da conservação dos atributos naturais e histórico-culturais, da difusão das informações da UC para os visitantes em geral, da realização de atividades de educação ambiental e do monitoramento de aspectos relacionados à visitação.

- Valorização da dimensão do sentir, da relação cultivada entre o grupo e o lugar, o que gerou significativas transformações individuais e coletivas, por meio do questionamento de valores, de necessidades e da responsabilidade para com o outro e com o mundo.

- Apoio para o cumprimento da missão institucional e do atendimento das demandas ao uso público, principalmente na temporada do verão, com auxílio às atividades de educação ambiental, de monitoramento da visitação, do controle de acesso dos atrativos, de monitoramento dos resíduos sólidos gerados, em suma, na execução de atividades que contribuem de forma direta e/ou indireta para a conservação da biodiversidade presente no território da UC.



Desafios

- Desenvolver o trabalho de coordenação focado não apenas no resultado mas no processo como um todo, a fim de ser uma experiência única a todos os envolvidos.

- Construir um papel de liderança pautado no reconhecimento da importância da humildade, do ouvir ativamente e da valorização das diferenças.

- Estabelecer relações nas quais os voluntários confiem na gestão e reportem problemas que eles estejam enfrentando ao longo do voluntariado para que possam ser resolvidos.

- Obter recursos financeiros para viabilização das despesas com a logística de transporte da cidade de origem à Ubatuba e com a alimentação.

Principais aprendizados

- A gestão do Programa de Voluntariado orientado pela qualidade da experiência dos participantes é o modelo mais coerente a uma iniciativa que visa contribuir para a transformação social, com o olhar cuidadoso para as relações humanas e a natureza.

- A experiência baseada no trabalho voluntário e cooperativo em prol de um bem comum em um contexto da lógica do instantâneo, no qual prevalecem a produtividade, a competição e a meritocracia, ressalta o valor do processo e sua contribuição para o desenvolvimento de cada turma e indivíduo.

- As devolutivas dos voluntários contribuem para a melhoria contínua do Programa.

- A forma mais eficiente de divulgação é resultado da atuação dos próprios voluntários, o que ressalta a importância da qualidade da experiência.

- A qualidade do Programa de Voluntariado se dá, também, pela obtenção de meios para democratizar a oportunidade, considerando-se a realidade socioeconômica de muitos estudantes brasileiros e criando condições para o acesso, principalmente daqueles que dependem de políticas de permanência estudantil nas universidades.

Destaques

☞ O Parque recebe recursos para suprir parte da alimentação dos voluntários, dos EPIs e dos equipamentos utilizados. Contudo, recentemente testou o uso do Programa Adote um Parque de São Paulo. Isso resultou no engajamento de uma série de empresários que se reuniram e patrocinaram a última turma, doando à UC: uniforme (camiseta, boné, lycra, sacola e máscara), notebook, pranchetas e pen drives.

☞ As reuniões semanais permitem à gestão monitorar se todos estão sendo bem cuidados e ouvidos, além de oferecer uma devolutiva de questões importantes para o grupo entender a dinâmica do parque. Além disso, tanto no relatório entregue pela turma quanto na atividade de fechamento, o grupo como um todo ou cada pessoa individualmente têm a oportunidade de trazer suas percepções sobre os aspectos positivos e negativos do tempo que esteve como voluntário.

☞ O processo de seleção é pautado em estratégias para promover equilíbrio entre os gêneros, a faixa etária e a experiência, sendo o público feminino priorizado, o qual passou a representar 60% dos participantes, após ajustes finais.

Área de Proteção Ambiental é território estratégico para a implementação de sistema de trilhas regional

Ricardo Peng, APA do Planalto Central/ICMBio

Contexto

Caminhos do Planalto Central é uma iniciativa que envolve múltiplos atores sociais, com o intuito de criar um sistema de trilhas que conecta 21 UCs, das esferas federal e do estado de Goiás, assim como, propriedades privadas, áreas verdes e atrativos turísticos do Distrito Federal.

Constituída para atender um público formado por caminhantes, por ciclistas, por corredores, por cavaleiros e por interessados em atividades ao ar livre, seu objetivo é oportunizar o contato com a diversidade ambiental e cultural da região do Planalto Central, por meio de 400 km distribuídos em cinco trilhas. O sistema integra a Rede Brasileira de Trilhas e seus marcos legais são a Lei Distrital n.º 6.892/2021, que cria o Sistema Distrital de Trilhas Ecológicas, denominado Caminhos do Planalto Central – CPC, e as Portarias Conjuntas n.º 407/2018 e n.º 500/2020 (MMA/MTur/ICMBio).

A APA do Planalto Central, maior UC da região e que abrange porções do território do DF e de GO, ocupa um lugar estratégico para a consolidação do Caminhos, pois, além de apresentar objetivos de manejo compatíveis com a iniciativa, abriga parte significativa dos percursos. Assim, em 2020, com o apoio de uma ampla rede de parceiros, formada por representantes da sociedade civil, da gestão pública, do setor privado e de pessoas engajadas no tema, foi iniciada uma nova etapa de trabalho do projeto, com ênfase no voluntariado na APA, em busca de avanço na implementação das trilhas.

Período

Início em 2020 (em andamento).

Objetivo(s)

Implementar um sistema de sinalização de trilhas da APA do Planalto Central que integram o Caminhos do Planalto Central e promover atividades de pesquisa, de educação ambiental, de turismo e de comunicação.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

O trabalho foi realizado de forma conjunta, sob a coordenação do CPC e do ICMBio, com a abertura de chamada de 70 vagas para voluntários, pelo programa federal, voltadas para a sinalização das trilhas, tendo como público-alvo ciclistas, caminhantes e praticantes de cavalgadas. Diante do significativo número de inscritos, foram selecionados 100 voluntários, com prioridade em moradores locais, os quais passaram por um processo de capacitação que envolveu eventos virtuais e presenciais na sede da unidade. Cabe ressaltar que o número total de pessoas mobilizadas praticamente dobra à medida que outros voluntários aderem às ações, resultado da articulação interna nos movimentos de trilheiros dos quais eles fazem parte.

Para melhor organização da iniciativa, foram criados diversos GTs, como: sinalização permanente, rústica e botânica; estratégia de turismo; comunicação etc. As atividades são coordenadas por uma equipe de voluntários, orientados pela gestão da APA e pela coordenação executiva do Caminhos. As atividades de sinalização ocorrem tanto na sede quanto diretamente nas trilhas, para as quais são organizados três grupos de voluntários para atuar na sinalização permanente, com a produção de mourões e tabuletas; sinalização rústica, ou seja, aplicação da marca em pedras e troncos de árvores; e sinalização botânica, referente à identificação nos trajetos das árvores do Cerrado, cujas placas são instaladas com a ajuda dos brigadistas da UC. O trabalho de comunicação acontece de maneira remota e envolve o gerenciamento das redes sociais do Caminhos e a interação dos vários grupos de trabalho.

A parceria entre a equipe do ICMBio e a coordenação do Caminhos do Planalto Central tem resultado em outras ações, como: credenciamento do Caminhos na Rede Trilhas e premiação pela Secretaria de Turismo do DF (2020); colaboração para o projeto de lei distrital que cria o Sistema Distrital de Trilhas Ecológicas; organização da Semana do Cerrado (2021); soluções para a roçagem, a limpeza e a manutenção das trilhas; contato com empreendedores e proprietários rurais; e interlocução com outras UCs federais e outros órgãos públicos do DF.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Número e perfil dos voluntários

Foram envolvidos mais de 100 voluntários, entre jovens e idosos, homens e mulheres (com predominância de mulheres), estudantes, profissionais atuantes e aposentados. O grupo tem como interesse comum as trilhas, as atividades ao ar livre, a conservação do meio ambiente e a integração comunitária.

Parcerias

Movimentos de trilheiros e voluntários em geral, Rede Brasileira de Trilhas, órgãos do GDF (Secretarias de Meio Ambiente, Turismo e Agricultura, IBRAM/DF, Emater/DF), Flona de Brasília e Parque Nacional de Brasília, SEBRAE/DF, Viva Lago Oeste, Comitê de Turismo de Planaltina, movimentos de desenvolvimento do turismo, operadores e guias de turismo locais e proprietários de áreas rurais por onde passam as trilhas.

Principais contribuições

- Oportunidade aos voluntários de aprendizado, de experiências, de interação com outras pessoas e de contribuição para o serviço público.

- Implementação de importante equipamento de uso público para a UC que ajuda na conservação e proteção do Cerrado; contribui com a educação ambiental; apoia a existência e a importância da unidade e promove visibilidade à APA, com possibilidade de interação com outros órgãos e entidades e participação e apoio da sociedade na gestão da UC.

- Criação de oportunidade de novos negócios aos proprietários e empreendedores e de participação em agenda voltada ao apoio à sustentabilidade e contribuição social.

- Ampliação dos atrativos, com maiores opções de trilhas aos visitantes, com sinalização confiável, estruturas e pontos de apoio, e sinalização botânica que enriquece a experiência.

- Maior fluxo de pessoas conscientes e preocupadas com o meio ambiente na UC, o que contribui com os processos de proteção da unidade.

Desafios

- Adaptação das atividades planejadas tendo em vista a pandemia, como novos protocolos, eventos e reuniões virtuais.

- Desenvolver as atividades na perspectiva multidisciplinar.

- Caráter inovador das metodologias de sinalização rústica, permanente e botânica, que implica na necessidade de aprendizado e adaptação da equipe do ICMBio para atender as demandas.

- Promover a sensibilização de proprietários rurais.

Principais aprendizados

- O trabalho conjunto requer a criação de um processo decisório participativo envolvendo a sociedade civil organizada.

- Envolver outros membros da equipe da UC nas ações junto aos voluntários, como os brigadistas, torna a experiência mais rica.

- A viabilização das atividades planejadas implica na articulação com outros órgãos governamentais, na identificação de oportunidades e na otimização dos recursos e mecanismos disponíveis.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

A iniciativa conta com a estrutura do ICMBio e, para aquisição de materiais e ferramentas utilizados pelos voluntários, são acionados os suprimentos mensais de material de expediente da unidade e suprimentos de fundos.

Com apoio em diversos instrumentos, a APA monitora os trabalhos por meio do planejamento coletivo das ações; da documentação pública do projeto; do registro fotográfico de todas as atividades realizadas; da atualização e do acompanhamento de indicadores da implementação da sinalização; do registro público das atividades por meio de postagens em redes sociais; do registro dos trabalhos e da avaliação qualitativa, conforme relatório de voluntariado; e da realização de pesquisas com os voluntários sobre as ações desenvolvidas.

A prática é bastante favorável em UCs de uso sustentável como APA, uma vez que envolve o contato com proprietários rurais, outros órgãos governamentais de outras esferas, empreendedores locais e sociedade civil organizada. As metodologias desenvolvidas para organização e para a realização das atividades de sinalização também podem ser replicadas.



CEDIDA POR RICARDO PENG

Lideranças voluntárias apoiam estruturação de programa de voluntariado

Geliandra A. Pereira, ICMBio

Contexto

O voluntariado na Floresta Nacional de Brasília, localizada em Taguatinga (DF), teve seu início em 2015, a partir de um diálogo entre gestão e público visitante e se estruturou e se consolidou ao longo dos anos. Dentre as estratégias adotadas nesse processo, a designação de voluntários na coordenação de diferentes áreas temáticas se mostrou como uma alternativa efetiva.

Assim, a presente experiência refere-se ao envolvimento de uma voluntária na etapa em que a UC já havia conquistado diversos benefícios, como a implementação de trilhas sinalizadas, em 2017, mas que ainda tinha um público e ações bem específicos, sendo necessária a ampliação da abrangência do voluntariado. Nesse sentido, com o apoio da gestão da Flona, a iniciativa contribuiu para melhor organização da atividade, ampliação de parcerias e realização de capacitações, o que possibilitou o envolvimento, por exemplo, de pessoas com deficiência e contribuiu para que a unidade se tornasse mais inclusiva e diversa.

Período

Janeiro a outubro de 2018.

Objetivo(s)

Ampliar as oportunidades de contato com a natureza a diferentes públicos e contribuir para o processo de reflexão sobre a responsabilidade individual e coletiva no cuidado do meio ambiente.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Com o apoio da gestão da Flona, realizou-se um levantamento das demandas da UC, que contava com poucos servidores e recursos, assim se identificou a necessidade de estabelecer três áreas temáticas: uso público e negócios; estratégias para a conservação; e gestão socioambiental. Outra etapa importante foi a elaboração do projeto de execução das atividades, com respectivo cronograma e diretrizes, para melhor direcionar o processo de inscrição de cada voluntário, considerando-se tempo, período de dedicação e atividades de interesse. Também foram definidos instrumentos de formalização da participação no Programa de Voluntariado, o Termo de Adesão ao Serviço Voluntário e o Plano de Trabalho. De modo complementar, foram buscadas alternativas para capacitação dos voluntários, considerando-se as áreas de interesse da unidade.

Um diferencial da prática foi a parceria com a Polícia Militar, que permitiu que a UC contasse com o apoio de pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade e adolescentes em processo de desenvolvimento e com reparação de responsabilidade com a justiça, que cometeram infrações leves, para cumprir suas horas na Flona. O envolvimento desse público pautou-se pela legislação. A integração deles com os demais voluntários da UC trouxe resultados positivos para ambos os públicos e para a gestão.

Número e perfil dos voluntários

Mais de 250 pessoas com perfil predominante de aposentados e pessoas que estavam em tratamento da depressão. Também compõem esse grupo idosos, jovens, pessoas com deficiência.

Parcerias

Grupos de Escoteiros, Caminhos da Flona e Polícia Militar.

Principais contribuições

- Organização do voluntariado na Flona possibilitou a ampliação do seu público e a diversificação das ações.

- Oportunidade de atividades integradas entre os voluntários e as pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade e adolescentes em processo de desenvolvimento e com reparação de responsabilidade com a justiça, que cometeram infrações leves, melhorou a autoestima dos participantes e difusão de valores sociais, como honradez, solidariedade e fraternidade.

- Promoção da inclusão social voltada à conservação ambiental.

Desafios

- Responsabilidade individual dos membros para manter o compromisso do que havia agendado.

- Recursos materiais disponíveis para as ações dos voluntários.

Principais aprendizados

- Criar oportunidades para promover inclusão de grupos que vivem à margem da sociedade reforça o papel social e político da UC associada com a conservação da sua biodiversidade.

- A valorização do trabalho em equipe e das relações humanas gera motivação e contribui para o desenvolvimento pessoal.

Destaques

As temáticas contavam com um monitor responsável pelo acompanhamento do andamento do trabalho e pela organização de encontros mensais com todos os voluntários, para celebrar as metas alcançadas.

O planejamento de atividades que integram diferentes perfis e incluem voluntários, pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade e adolescentes em processo de desenvolvimento e com reparação de responsabilidade com a justiça, que cometeram infrações leves, é positivo para oportunizar experiências de capacitação e integração social, mostrando-se algo positivo para todos os envolvidos, com bons resultados para a gestão da UC.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Iniciativa se constitui como oportunidade para a formação complementar de estudantes universitários

Andréa de Sousa Moreira, Gestora ambiental, e Luana Vitória da Silva Rodrigues, Estagiária do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC)/Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do estado do Ceará/ Célula de Conservação da Diversidade Biológica (CEDIB)

Contexto

O Agente Voluntário Ambiental (AVA), um programa instituído pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do estado do Ceará, surgiu da motivação em incentivar e valorizar o voluntariado nas UCs estaduais e possibilitar o intercâmbio de experiências e ações entre voluntários e profissionais da SEMA Secretaria.

Nesse sentido, o programa foi desenvolvido em cinco UCs estaduais com diferentes realidades: APA da Bica do Ipu, localizada em Ipu, que encontra significativos desafios para o ordenamento do uso e da ocupação do solo; ARIE do Sítio do Curió, estratégica para a proteção de espécies do Complexo Vegetacional dos Tabuleiros Pré-litorâneos da zona urbana de Fortaleza; Parque Estadual Botânico, em Caucaia, que apresenta uma diversidade de ecossistemas, como mata de tabuleiro, caatinga, cerrado e manguezal; Parque Estadual do Cocó, situado em área urbana de Fortaleza, com extenso manguezal, matas ciliares, floresta estacional semidecidual, dunas, vegetação de restinga, campos salinos, vegetação das comunidades ribeirinhas aluviais e lacustres; e, por fim, a Estação Ecológica do Pecém, localizada nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que possui riqueza de espécies da fauna e da flora.

O programa constitui-se como uma ferramenta essencial, voltada para capacitação de estudantes e profissionais de diversas áreas de conhecimento, com o intuito de implantação de atividades a serem desenvolvidas que agreguem força de trabalho à equipe da UC e funcionem como um instrumento importante para a divulgação de informações sobre a conservação do meio ambiente e o trabalho desenvolvido pela SEMA.

Período

De 2019 a 2020.

Objetivo(s)

Proporcionar ao voluntário experiências acerca da prática da conservação ambiental, da integração comunitária, da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável aprimorando os conhecimentos, para sua formação educacional e profissional.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

A SEMA selecionou por intermédio do edital de chamamento n.º 1/2019 (DOE-CE, 26/06/2019), 20 voluntários para prestar apoio em ações previamente estabelecidas e/ou desenvolver projetos a serem implementados pela gestão das UCs e coordenadorias da SEMA, visando a cooperação entre sociedade civil e a gestão pública, em busca de soluções para a conservação da biodiversidade nessas áreas protegidas.

O processo de seleção envolveu inscrição, análise curricular e entrevista. Após selecionados, os voluntários passaram por capacitações e, a partir dessa etapa, elaborou-se o Plano de Ação, com a definição da carga horária e período das atividades, com o objetivo de compatibilizar as necessidades das UCs com as aspirações pessoais e profissionais de cada candidato. As atividades desenvolvidas pelos voluntários foram supervisionadas pelos gestores das UCs e envolveram a prestação de informações aos visitantes, o desenvolvimento

de projetos de educação ambiental e pesquisa, a manutenção de trilhas e instalações, o apoio às populações no entorno das UCs, os trabalhos administrativos nas suas sedes das UCs, a recuperação de áreas degradadas e manejo de exóticas, e o apoio à implementação de projetos de manejo nessas espaços protegidos.

Número e perfil dos voluntários

Foram envolvidos 20 voluntários, entre estudantes de graduação e pós-graduação, com priorização de moradores do entorno das UCs contempladas pelo programa.

Parcerias

A boa prática foi desenvolvida pela Célula de Conservação da Diversidade Biológica (CEDIB) da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do estado do Ceará, com o apoio de Universidades, ONGs, outras Instituições governamentais e conselho gestor das UCs.

Principais contribuições

- Troca de aprendizados e vivências entre todos os envolvidos e apoio nas ações de gestão das UCs.
- Contribuição na formação profissional dos voluntários, com casos de contratação posterior para compor ao quadro efetivo das UCs.
- Aperfeiçoamento do conhecimento dos voluntários, por meio do desenvolvimento de uma série de atividades teóricas e práticas voltadas para a conservação da biodiversidade e para a educação ambiental nas UCs, como a recuperação de áreas degradadas; as brigadas de incêndios; os mutirões de limpeza de praias, de rios e lagoas; as ações na Festa Anual das Árvores, com o plantio de mudas, e a Semana da Biodiversidade, com oficinas e cursos à comunidade.
- Contribuição para a divulgação das informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria e sobre as UCs.
- Apoio nas atividades relacionadas ao processo de criação de novas UCs, além da elaboração de guias e cartilhas que são utilizadas nas atividades diárias das UCs e da Secretaria.



Desafios

Ausência de infraestrutura de apoio ao voluntário em algumas UCs, o que dificulta a ampliação do programa para outras áreas protegidas do estado do Ceará, principalmente as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Principais aprendizados

- A gestão de um programa de voluntariado pautada em práticas educativas contribui para o estímulo da criatividade, do senso crítico e reflexivo e para o aprimoramento de uma série de competências, habilidades e talentos, como a capacidade de comunicação oral, o trabalho em equipe, além dos próprios conhecimentos a respeito do meio ambiente, tornando-se, assim uma experiência de aprendizado significativa para os envolvidos.

- A criação de espaços para a efetiva participação dos voluntários possibilita o reconhecimento da sua importância no processo de gestão ambiental e, principalmente, acerca de sua potencialidade para a transformação dos espaços públicos.

- O programa favorece a interação entre comunidade, voluntários e gestores das UCs e contribui para a formação e intercâmbio entre eles.



Boas Práticas
Clique para assistir o vídeo

Destaques

Os agentes voluntários ambientais elaboraram relatórios mensais, com as atividades realizadas durante o mês e a descrição de cada uma delas, os quais foram enviados aos gestores das UCs, para o acompanhamento, a avaliação e a inserção de contribuições para a execução e o planejamento de novas atividades.



CEDIDA POR: LUANA VITÓRIA

Pandemia impulsiona voluntariado à distância em Floresta Nacional

Larissa Moura Diehl, Hudson Coimbra Felix - Floresta Nacional de Brasília/ICMBio

Contexto

A Floresta Nacional de Brasília é uma UC urbana, situada a cerca de 20 km de Brasília, no município de Taguatinga (DF), que protege uma área de cerrado de 9 mil km², aproximadamente. O uso público é um dos componentes estratégicos para a gestão, e foi por meio dele que se iniciou o voluntariado na Flona, que se destaca por apresentar a maior quilometragem de trilhas sinalizadas em UC federal do país.

A implementação e sinalização das trilhas foi realizada com ampla participação dos voluntários em 2017 e resultou em um aumento significativo do número de visitas anuais, que passou da faixa de 20 mil visitas em 2017 para cerca de 70 mil visitas em apenas dois anos, o que proporcionou maior visibilidade à UC. O voluntariado, nesse período, ocorria de modo informal, sem um plano estratégico voltado à sua gestão e sem a definição de papéis entre voluntários e analistas ambientais. No decorrer do tempo, o programa foi sendo estruturado de forma a atender, também, as diferentes demandas da gestão da unidade, para além do uso público, e as necessidades de adaptação ao contexto de pandemia, que restringiu as atividades presenciais, contribuindo-se, assim, para o processo de consolidação dos objetivos básicos de criação da Flona.

Período

Início em 2020 (em andamento).

Objetivo(s)

Obter apoio do voluntariado para ações relacionadas ao uso público, manejo, comunicação, prevenção e combate a incêndios e promover o seu engajamento na causa ambiental.

Como a Boa Prática foi desenvolvida

Considerando-se a necessidade da realização do manejo das trilhas, tendo em vista o impacto da visitação, de ações de prevenção e combate aos incêndios florestais e a padronização e revisão de conteúdo de comunicação para as redes sociais, foram lançados dois editais no ano de 2020.

De forma a facilitar a coordenação e otimizar a gestão do voluntariado, efetuaram-se chamadas para 4 áreas temáticas: manejo e plantio florestal de espécies nativas e exóticas; uso público; prevenção e combate a incêndios florestais; e comunicação. Esta última área contou com maior número de inscritos, especialmente em decorrência da atividade poder ser desenvolvida remotamente.

Inicialmente, a temática comunicação encontrava-se dividida em dois subtemas: uso público e prevenção e combate aos incêndios florestais, porém, no decorrer do processo, as equipes de comunicação foram unificadas e a coordenação compartilhada, de modo a se otimizar e padronizar os trabalhos.

Número e perfil dos voluntários

75 pessoas com predominância de jovens universitários, na faixa etária de 20 a 30 anos.

Parcerias

Foram envolvidas somente pessoas físicas.

Principais contribuições

- Diversificação nas formas de atuação dos voluntários, com o trabalho remoto, o que favoreceu a ampla participação para estruturação de uma comunicação padronizada e eficiente nas redes sociais.
- Aumento de seguidores do perfil oficial da Flona no Instagram, que passou de cerca de 2.000 inscritos para perto de 6.000.
- Criação de um perfil específico para o projeto Caminhos da Flona no Instagram, em 2020, que já conta com 2.200 seguidores. Isso facilita o diálogo com os visitantes e a divulgação das ações de educação ambiental, de uso público, de prevenção e combate aos incêndios florestais e dos projetos de restauração ambiental.
- Elaboração do Plano de Comunicação da Floresta Nacional de Brasília.

Desafios

- Resistência por parte dos antigos voluntários no processo de estruturação do programa, pois estavam habituados a atuar sem a coordenação direta por parte do ICMBio.
- Baixa adesão às atividades práticas, em decorrência da pandemia.
- Falta de recursos financeiros para as atividades.

Principais aprendizados

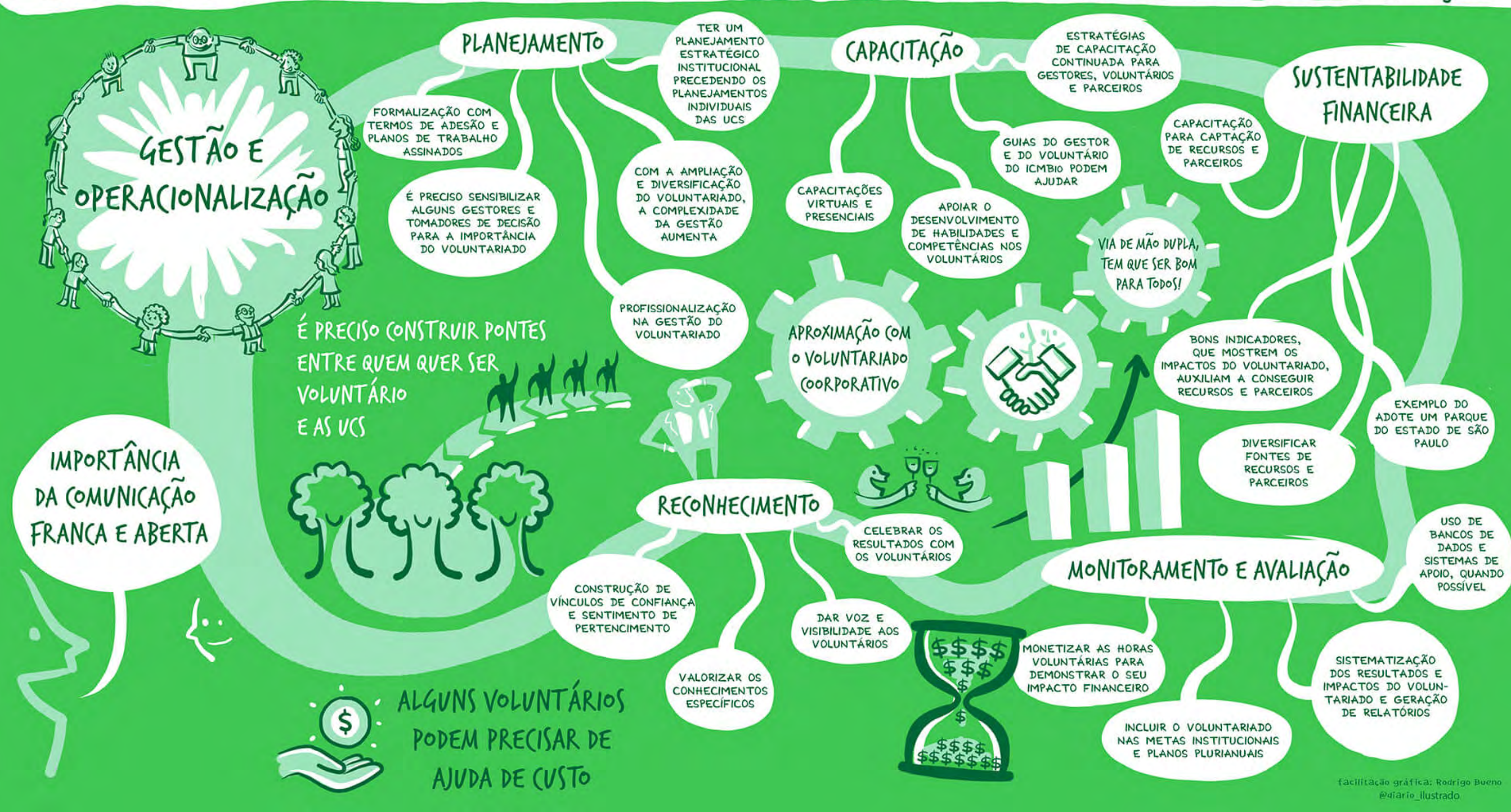
- A designação de voluntários na coordenação das diferentes áreas temáticas aumenta a efetividade tanto nas ações quanto na gestão do programa de voluntariado.
- A formalização do processo com a assinatura do Termo de Adesão promove maior legitimidade e clareza sobre as regras e as atribuições das partes envolvidas.
- A possibilidade de trabalhar remotamente, em tempos de pandemia, potencializa o engajamento dos voluntários.

Destaques

- É necessário compreender que o voluntariado exige a presença institucional, especialmente aos finais de semana, quando as pessoas possuem maior disponibilidade. Delegar algumas funções de coordenação para voluntários que apresentam boa participação e perfil de liderança contribui para a obtenção de maior êxito no programa.



I ENCONTRO DE BOAS PRÁTICAS EM VOLUNTARIADO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



5

Manifesto voluntariado para conservação

Ainda é um desafio mensurar os resultados e os impactos do voluntariado para conservação no país, mas sabemos que são milhares de pessoas engajadas, que contribuem para ações específicas, como a construção e a sinalização de centenas de quilômetros de trilhas, a prevenção e combate a incêndios, as ações de educação ambiental em comunidades e escolas, o plantio de árvores, a restauração de áreas degradadas, o monitoramento ambiental, o apoio às comunidades, a capacitação e comunicação, entre muitas outras.

E os ganhos não param por aí. Todos esses voluntários juntos formam uma grande rede de pessoas que acredita que é possível se dedicar a uma causa. Eles têm a oportunidade de vivenciar experiências transformadoras, conhecer os desafios e as oportunidades das nossas unidades de conservação, ampliar sua conexão com essas áreas e, assim, tornarem-se seus defensores. Fortalecer o voluntariado nessas áreas contribui para ampliar a participação social na sua gestão e para aumentar

o engajamento da sociedade para a conservação da sociobiodiversidade. Além disso, é uma oportunidade para oferecer o contato com a natureza, tão importante para saúde física e mental de todos, e para formar novas gerações de conservacionistas.

Ser um voluntário é sobre tudo isso, mas também é sobre não ser apenas espectador diante dos desafios climáticos e da proteção da biodiversidade que temos pela frente. É sobre ser protagonista e parte da solução.

Por tudo isso o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas elaborou um manifesto pelo Voluntariado para a Conservação. Conheça o manifesto e junte-se a nós nessa jornada:



Clique para assistir o manifesto

“O Brasil é um país gigante, megadiverso, com uma riqueza natural e socio-cultural incrível, que inclui uma variedade extraordinária de animais, plantas e ecossistemas. Grande parte dessa riqueza, que é todos os mais de 213 milhões de brasileiros, está protegida por unidades de conservação: áreas criadas para conservar a nossa fauna, a flora, as paisagens, os serviços ecossistêmicos, as culturas e os modos de vida tradicionais. Só no Brasil existem mais de 2.500 delas. Com toda essa abrangência e diversidade, imagine quanto trabalho a fazer! São atividades diárias que incluem fazer a proteção da área, receber pesquisadores e visitantes, promover o uso sustentável dos recursos naturais. Elas são verdadeiros laboratórios ao ar livre. Mas, além das riquezas naturais, elas guardam um outro tesouro: pessoas que querem ajudar a cuidar desses espaços. Todos os dias, uma rede de gestores, de parceiros, de moradores e de voluntários dedica um pouquinho das suas vidas às unidades de conservação. É aí que, por amor a natureza, os voluntários pesquisadores e visitantes, desenvolvem atividades de educação ambiental, previnem e apagam incêndios, auxiliam a construção e a manutenção de trilhas e criam pontes... muitas pontes, que conectam pessoas, histórias, conhecimentos, corações e formam redes. Redes que unem voluntários e instituições com o mesmo objetivo: conservar a nossa sociobiodiversidade. O IPÊ, Instituto de Pesquisas Ecológicas, que há 30 anos se dedica a ações de pesquisa, de educação e de negócios sustentáveis, quer ajudar a aproximar e a engajar a sociedade na defesa desse imenso patrimônio. Para isso, busca ampliar essa grande rede de voluntariado para conservação, facilitando a conexão entre tantos caminhos, saberes, vidas, corações, com o objetivo de contribuir para a manutenção dessa enorme riqueza, que são as nossas unidades de conservação.

IPÊ, Voluntariado para Conservação. Sua participação fortalece essa rede em defesa da natureza”.



VOLUNTARIADO



PARA CONSERVAÇÃO

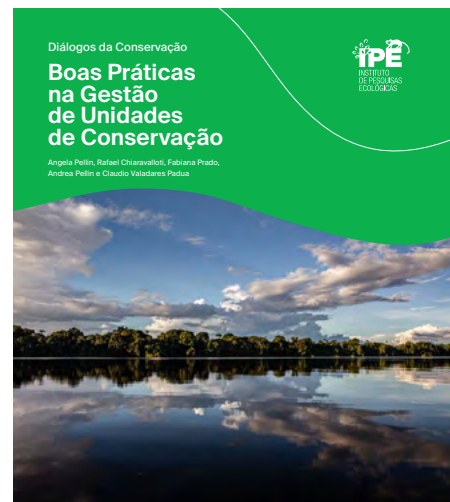
Sobre a Série Técnica

Diálogos da Conservação

A Série Técnica Diálogos da Conservação é um conjunto de publicações do IPÊ com o objetivo de compartilhar resultados e aprendizados das experiências que vivenciamos em nossos projetos de pesquisa e de conservação, para assim, juntos aos nossos parceiros, ampliar a disponibilização dos conhecimentos gerados e estimular o diálogo com os diversos atores e setores da sociedade.

Conheça outras publicações da Série Técnica:

Clique no livro para acessar 

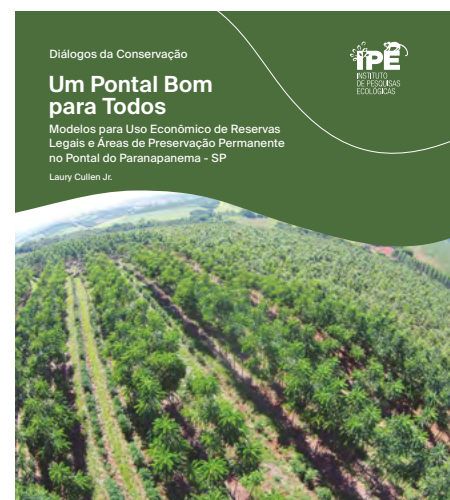


Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação (2019).

Disponível em: <https://www.escas.org.br/serietecnica-ipe1>

Autores: Angela Pellin, Rafael Chiaravalloti, Fabiana Prado, Andrea Pellin e Claudio Valadares Pádua

Resumo: o tema dessa edição é as Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação. Ao longo do texto, são descritos o nascimento da ideia de investir no compartilhamento de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação Federais e como esse processo tem sido construído. Além disso, são apresentados os principais desafios de gestão e as ações desenvolvidas pelos gestores para solucioná-los, em busca de compreender o que faz uma experiência ser considerada uma boa prática de gestão.



Um Pontal Bom para Todos: Modelos para Uso Econômico de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente no Pontal do Paranapanema - SP (2020).

Disponível em: <https://escas.org.br/ipe-2>

Autor: Laury Cullen Jr.

Resumo: o tema dessa edição é os modelos para recomposição florestal em áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente. São apontados alguns critérios para que esses modelos de exploração econômica ocorram em conformidade com a legislação, de acordo com os conceitos de manejo florestal sustentável e com a dinâmica e estrutura das florestas tropicais. Busca, ainda, servir como subsídio para a construção e aprimoramento dos Programas de Regularização Ambientais estaduais.



Voluntariado: uma estratégia de conservação da natureza e aproximação com a sociedade (2020).

Disponível em: <https://escas.org.br/serietecnica-ipevoluntariado>

Autores: Angela Pellin, Cibele Tarraço Castro, Rafael Chiaravalloti, Fabiana Prado, Andrea Pellin, Letícia Lopes S. S. Dias, Camilla Helena da Silva, Vera Christiana Pereira Pastorino, Paulo Roberto Russo e Claudio Valadares Pádua

Resumo: o tema dessa edição é o voluntariado como estratégia de conservação da natureza e aproximação com a sociedade. Ao longo do texto, são descritos o histórico do Programa de Voluntariado do ICMBio, seu processo de reestruturação, alguns dos principais resultados alcançados até o momento e algumas reflexões sobre o Programa a partir das boas práticas recomendadas. A publicação pretende compartilhar o processo e os aprendizados, mas, acima de tudo, celebrar todos os voluntários que têm contribuído com as áreas protegidas, com o ICMBio e com a conservação da biodiversidade.



Legado Integrado da Região Amazônica: trabalhando em rede para ampliar a efetividade das áreas protegidas para a conservação (2021).

Disponível em: <https://www.ipe.org.br/publicacoes/ipe>

Autores: Fabiana Prado, Neluce Soares, Letícia Lopes S. S. Dias e Angela Pellin

Resumo: essa edição tem o objetivo de apresentar o histórico e a estratégia de implementação da iniciativa LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica, bem como o detalhamento das linhas de atuação e a sua importância no âmbito da conservação e efetividade de gestão de áreas protegidas. A publicação apresenta, ainda, uma série de aprendizados do IPÊ, resultantes da sua longa trajetória junto às áreas protegidas da Amazônia, o que é refletido na iniciativa LIRA e nas reflexões e perspectivas do Instituto em relação ao futuro.



Parcerias em Rede para a Gestão de UCs. (2021).

Disponível em: <https://www.ipe.org.br/publicacoes/ipe>

Autores: Angela Pellin, Fabiana Prado, Andrea Pellin, Leonardo Geluda, Erika Bechara, Simone Tenório e Claudio Valadares Pádua

Resumo: o tema dessa edição é Parcerias em Rede para a Gestão de Unidades de Conservação. Ao longo do texto, são descritos o resultado de um estudo para apoio à ampliação da mão de obra em UCs, os meios de construção do componente de Parceria em Rede para fortalecimento da gestão de UCs federais na Amazônia, os principais resultados alcançados pelos envolvidos na experiência e os aprendizados adquiridos, ressaltando-se os aspectos econômicos e jurídicos do modelo.




Realização



**VOLUNTARIADO
PARA CONSERVAÇÃO
E AÇÃO CLIMÁTICA**

Apoio Técnico e Financeiro



Por ordem do
 Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da:
 **giz** Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



da República Federal da Alemanha

Apoio Institucional



#UNIDOS
CUIDAMOS



SEMAGRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente,
Desenvolvimento Econômico,
Produção e Agricultura Familiar

